

ESCOLA NAVAL  
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO DE MARINHA



**Poder Naval chinês**  
**no apoio à política externa - *String of Pearls***

**Pedro Janicas**  
**Aspirante-a-Oficial**

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES NAVAIS  
RAMO MARINHA

MMXII



ESCOLA NAVAL  
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO DE MARINHA

**Poder Naval chinês**  
**no apoio à política externa – *String of Pearls***

O Mestrando,

O Orientador,

---

João Pedro Janicas

---

Victor Lopo Cajarabille

Aspirante-a-Oficial

Vice-Almirante

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES NAVAIS  
RAMO MARINHA

MMXII

**NÃO CLASSIFICADO**



## AGRADECIMENTOS

Ao terminar esta dissertação de mestrado, é com contentamento e sentimento de missão cumprida que escrevo estas humildes palavras de agradecimento.

É meu dever começar por agradecer aos meus pais e avós, pelos valores e pela educação que me transmitiram, pelas oportunidades que me proporcionaram e pelo seu incondicional apoio.

Agradeço igualmente à Escola Naval, pela formação que me ofereceu ao longo destes cinco anos nas mais diversas áreas, e por ter despertado em mim o gosto pelo estudo da Estratégia.

Agradeço ao Sr. Almirante Lopo Cajarabille, que gentilmente aceitou em orientar a minha dissertação de mestrado, dedicando-lhe todo o seu conhecimento e experiência. Foi para mim uma honra ter desenvolvido este trabalho de investigação individual sob a sua orientação.

Agradeço ao comando do N.R.P. “Álvares Cabral”, na pessoa do Sr. Comandante, Capitão-de-Mar-e-Guerra Sobral Domingues, e do Sr. Imediato, Capitão-Tenente Pereira da Fonseca, por toda a compreensão e apoio dados na realização deste trabalho.

Agradeço ao Sr. Almirante Silva Ribeiro, ao Sr. Comandante Sardinha Monteiro e ao Sr. Comandante Ferreira da Silva, pela sua disponibilidade e pelos conhecimentos transmitidos.

Agradeço ao Tiago Ferreira Lopes e ao Bruno Silva, pela valiosa ajuda que me deram em várias fases deste trabalho.

Por último, agradeço a toda a minha família, aos meus amigos, aos meus camaradas, e à Filipa, a minha namorada, pela compreensão que tiveram ao longo deste ano desafiante e pelo apoio que me deram.



## RESUMO

A presente dissertação de mestrado pretende responder à questão principal: Em que medida o *string of pearls* representa a principal modalidade de ação estratégica da China no que respeita ao Oceano Índico? Para responder a esta pergunta, foram elencados os seguintes objetivos: identificar as principais prioridades da política externa chinesa; identificar os principais desafios internacionais que estão a ser colocados à China; analisar a implantação da estratégia do *string of pearls* no Oceano Índico; identificar as principais tendências da modernização naval chinesa; e validar o *string of pearls* como principal modalidade de ação estratégica da China, no Oceano Índico. Na prossecução destes objetivos, utilizou-se uma lógica dedutiva com o recurso à análise documental de diversos tipos de fontes, e a realização de entrevistas exploratórias. O trabalho está organizado em seis capítulos, nomeadamente: introdução; política externa chinesa; *string of pearls*; modernização naval chinesa; o *string of pearls* como modalidade de ação estratégica; e conclusões.

Deste trabalho de investigação individual concluiu-se que, um dos principais desafios externos com que a China se depara no século XXI é o acesso aos recursos energéticos. A segurança energética tem uma importância extrema para a China na medida em que a sua economia está dependente dela.

Com base neste panorama, a China implementou o *string of pearls* como principal modalidade de ação estratégica no Oceano Índico. Esta modalidade de ação estratégica está estruturada em três elementos: a obtenção de acesso a portos; a manutenção das relações diplomáticas; e a modernização das Forças Armadas – em particular da Marinha.

Conclui-se ainda que, o *string of pearls* é tanto um produto como um objetivo da modernização naval chinesa, no que concerne à adaptação da Marinha chinesa às operações fora de área.

Por último, conclui-se que o *string of pearls* apresenta-se como uma modalidade de ação estratégica adequada, exequível e aceitável.

Palavras-chave: política externa, poder naval, *string of pearls*, segurança energética, modernização naval.



## ABSTRACT

This paper will address the central question: ‘How the string of pearls represents the leading Chinese strategic approach in the Indian Ocean?’ The following goals were listed in order to answer the central question: identify the leading priorities of the Chinese foreign policy; analyze the implantation of the string of pearls in the Indian Ocean; identify the main trends of the Chinese naval modernization; and validate the string of pearls as the leading strategic approach in the Indian Ocean. In order to accomplish this goals it was used a deductive logic, based on document analyzes and exploratory interviews. This paper is structured in six chapters: introduction; Chinese foreign policy; string of pearls; Chinese naval modernization; the string of pearls as the leading strategic approach; and conclusions.

It was concluded that the access to energy resources is one of the Chinese major challenges in the 21st century. Energy security is vital for nowadays China because its economy depends heavily on foreign energy imports.

Based on this outlook, China has implemented the string of pearls as the leading Chinese approach in the Indian Ocean. This strategic approach is structured in three key elements: assure the access to ports; maintaining the diplomatic ties; and modernization of the Armed Forces – specially the Navy.

It was concluded that the string of pearls is both a result and an aim of the Chinese naval modernization, specially the adaption to out of area missions.

It was also concluded that the string of pearls is a strategic approach that can be characterized as adequate, feasible, and admissible.

Keywords: foreign affairs, naval power, string of pearls, energy security, and naval modernization.



## Índice Geral

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO .....	IV
ABSTRACT .....	V
ÍNDICE DE FIGURAS .....	IX
ÍNDICE DE TABELAS .....	X
LISTA DE ACRÓNIMOS .....	XI
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1 Justificação do tema.....	1
1.2 Objeto de estudo e sua delimitação .....	3
1.3 Objetivos da investigação .....	4
1.4 Problema e Questões do estudo.....	4
1.5 Metodologia de investigação .....	5
1.5.1 Opções fundamentais .....	5
1.5.2 Recolha e análise de dados .....	7
1.6 Estrutura.....	9
2. POLÍTICA EXTERNA CHINESA .....	10
2.1 Perspetiva da política externa chinesa.....	10
2.1.1 Prioridades diplomáticas a longo prazo .....	10
2.1.2 A perspetiva chinesa do ambiente de segurança internacional .....	25
2.2 Organização da ação externa .....	27
2.2.1 Agentes intervenientes na formulação da política externa chinesa.....	27
2.2.2 Fatores influenciadores na formulação da política externa chinesa .....	31
2.3 Mundo harmonioso e Desenvolvimento pacífico .....	32
2.4 A aproximação aos países do sudeste asiático .....	35
2.5 Desafios à política externa chinesa .....	37
2.6 Aspectos a reter .....	39
3. <i>STRING OF PEARLS</i> .....	41
3.1 O que é o <i>string of pearls</i> ? .....	41
3.2 Antecedentes .....	43
3.3 Motivações .....	47
3.4 Estabelecimento do <i>string of pearls</i> .....	54
	VI



3.5 Objetivos operacionais.....	57
3.6 Análise das <i>pearls</i> .....	59
3.6 Aspectos a reter .....	68
4. PODER NAVAL CHINÊS.....	71
4.1 Ascensão da estratégia marítima chinesa.....	71
4.2 Modernização naval chinesa .....	72
4.2.1 Principais objetivos .....	77
4.2.2 Principais limitações.....	80
4.3 Principais elementos da modernização naval chinesa.....	80
4.4 Operações navais fora de área.....	91
4.5 Aspectos a reter .....	96
5. O <i>STRING OF PEARLS</i> COMO MODALIDADE DE AÇÃO ESTRATÉGICA .....	98
5.1 Indícios diplomáticos e económicos .....	99
5.2 Indícios militares .....	100
5.3 Provas da Estratégia .....	102
6. CONCLUSÕES.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	108
ANEXOS .....	115
Anexo 1 Mapa-múndi (Central Intelligence Agency, 2012) .....	116
Anexo 2 Mapa da Ásia (Central Intelligence Agency, 2012) .....	117
Anexo 3 Vias de comunicação marítima e projetos no âmbito da segurança energética (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012) .....	118
Anexo 4 Participação chinesa em exercícios militares bilaterais e multilaterais, entre 2006 e 2011 (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012) .....	119
Anexo 5 Contribuições chinesas para as operações de manutenção de paz (Gill & Huang, 2009) .....	121
Anexo 6 Relação de países visitados pela liderança chinesa, entre 2006 e 2011 (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012).....	122
Anexo 7 Relação dos meios navais da Marinha chinesa entre 1990 a 2009, e previsões futuras (O'Rourke, 2012) .....	123
Anexo 8 Localização das principais bases navais chinesas e distribuição dos meios navais (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012) .....	124
Anexo 9 Relação da aquisição de submarinos por parte da Marinha chinesa, entre 1995 e 2012, e previsões futuras (O'Rourke, 2012).....	125



Anexo 10 Em cima: evolução da discricção dos submarinos nucleares russos e chineses. Em  
baixo: evolução da discricção dos submarinos não nucleares russos e chineses (O'Rourke, 2012)  
..... 125

Anexo 11 Relação da aquisição de *destroyers* por parte da Marinha chinesa, entre 1994 e 2012  
(O'Rourke, 2012) ..... 125

Anexo 12 Relação da aquisição de fragatas pela Marinha chinesa, entre 1991 e 2013 (O'Rourke,  
2012) ..... 125



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Fases e etapas do procedimento científico (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 30).....	5
Figura 2 Em cima: Crescimento económico chinês. Em baixo à esquerda: Comparação do consumo privado entre a China, o Japão e a Coreia do Sul. Em baixo à direita: Comparação do investimento entre a China, o Japão e a Coreia do Sul (Economist, 2012).....	12
Figura 3 Análise da produção e consumo de petróleo por parte da China (U.S. Energy Information Administration, 2012) .....	13
Figura 4 Análise das importações de petróleo, por país (U.S. Energy Information Administration, 2012) .....	14
Figura 5 Importações de petróleo chinês, por país (U.S. Energy Information Administration, 2012) .....	15
Figura 6 Previsões da evolução do PIB <i>per capita</i> (Snowdon, 2009) .....	16
Figura 7 Evolução do modelo de industrialização chinês (Bijian, 2005) .....	17
Figura 8 Evolução do modelo de ascensão chinesa (Bijian, 2005).....	18
Figura 9 Evolução do modelo social chinês (Bijian, 2005) .....	18
Figura 10 Reivindicações chinesas (Economist, 2012) .....	24
Figura 11 Fronteiras atuais (Economist, 2012).....	24
Figura 12 Disputas territoriais chinesas (Economist, 2010) .....	25
Figura 13 Agentes intervenientes na formulação da política externa chinesa (Jakobson & Knox, 2010) .....	30
Figura 14 Principais influências na formulação da política externa chinesa (Jakobson & Knox, 2010) .....	31
Figura 15 Representação gráfica do comportamento internacional chinês (Medeiros, 2009) .....	39
Figura 16 Localização das <i>pearls</i> (compilado pelo autor com base em (Pehrson, 2006), (Lin, 2008) (Kaplan, 2009), (Prabhakar, 2009), (Lin, 2011), (Kostecka, 2011) e (Kim, 2011) .....	43
Figura 17 Contribuição chinesa para as missões de manutenção de paz da ONU de 1990 a agosto de 2009 Nota: Tropas representam engenheiros e elementos médicos, não forças combatentes (Gill & Huang, 2009). .....	45
Figura 18 Índice de instabilidade política (Lança, 2011) .....	50
Figura 19 Destinos das vendas de armas chinesas, entre 2005 e 2010 (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011) .....	56
Figura 20 Evolução do orçamento da defesa chinês (Singh & Kumar, 2012) .....	73
Figura 21 Primeira e segunda corrente de ilhas (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011) .....	77
Figura 22 Forças navais chinesas e forças navais taiwanesas (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011).....	81
Figura 23 Comparação de sistemas ao longo da modernização naval chinesa (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011).....	83
Figura 24 Evolução das operações fora de área (Yung, Rustici, Kardon, & Wiseman, 2010) .....	94



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Resumo das *pearls*, compilado pelo autor com base em (Pehrson, 2006), (Lin, 2008) (Kaplan, 2009), (Prabhakar, 2009), (Lin, 2011), (Kostecka, 2011), (Kim, 2011).....66



## LISTA DE ACRÓNIMOS

A2AD – Anti-Access and Area Denial

AAD – Area Air-Defense

ANSEA - Associação de Nações do Sudeste Asiático

ASBM – Anti-Ship Ballistic Missile

ASCM – Anti-Ship Cruise Missile

CNPC – China National Petroleum Corporation

COSCO – China Ocean Shipping Company

CPP – Comité Permanente do Politburo

ELINT – Electronic Intelligence

EU NAVFOR – European Union Naval Force Somalia

EUA – Estados Unidos da América

FAC – Fast Attack Craft

HVU – High Value Unit

IDN – Instituto de Defesa Nacional

LACM – Land Attack Cruise Missiles

LHD – Landing Helicopter Dock

LPD – Landing Platform Dock

MaRV – Maneuverable Reentry Vehicle

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

NEO – Non-combatant Evacuation Operation



OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PCC – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

PLAN – People’s Liberation Army Navy

PRC – People’s Republic of China

RMA - Revolution in Military Affairs

SAM – Surface-to-Air Missile

SIGINT – Signals Intelligence

SLBM – Submarine-Launched Ballistic Missiles

SLOC – Sea Line Of Communication

SS- Submarine

SSBN – Ballistic Missile Submarine Nuclear Propulsion

SSN – Attack Submarine Nuclear Propulsion

UAV – Unmanned Aerial Vehicle

UCAV – Unmanned Combat Air Vehicle

UUV – Unmanned Underwater Vehicle

VALM – Vice-Almirante

ZEE – Zona Económica Exclusiva



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Justificação do tema

Este trabalho de investigação individual deve a sua pertinência à atualidade e à relevância universal do tema.

Por um lado, a ascensão global da República Popular da China (RPC) apresenta-se como um dos maiores acontecimentos das relações internacionais desde o fim da Guerra Fria, e muitos autores vêem a China como uma futura superpotência<sup>1</sup>. Neste contexto, a sua importância como membro da comunidade internacional é indiscutível, na medida em que é cada vez mais solicitada para apoiar a resolução de problemas comuns e na medida em que muitos países mantêm relações bilaterais de relevo com Pequim.

Ao longo da História sempre houve regiões que, devido à sua importância geopolítica, assumiram preponderância no palco mundial. Perceber o mapa europeu foi crucial para a compreensão do século XX, assim como entender o Oceano Índico será obrigatório para compreender o século XXI. Assim o explica Robert Kaplan no seu artigo *Center Stage for the Twenty-first Century – Power Plays in The Indian Ocean*, onde afirma que “The right map can stimulate foresight by providing a spatial view of critical trends in world politics” (Kaplan, 2009, p. 16).

O Oceano Índico assume um papel ímpar nos dias de hoje, já que metade do transporte mundial de contentores e 70% do transporte mundial de petróleo navegam pelas suas águas. Esta importância é justificada principalmente por dois fatores: a proximidade aos recursos energéticos e o crescimento económico asiático (Kaplan, 2009). Ciente desta importância, e das atuais abordagens comerciais de *just enough, just in time*, percebe-se imediatamente a importância que o Oceano Índico tem no mundo atual.

---

<sup>1</sup> Uma superpotência é um Estado com poder – definido pela combinação de uma série de variáveis nomeadamente riqueza económica, tamanho da população, e acima de tudo, a força militar, especialmente na posse de sofisticado armamento nuclear – que transcende largamente os restantes Estados da arena internacional (McLean & McMillan, n.d.).



Este trabalho espera obter resultados em três âmbitos distintos: conhecimento para a Marinha portuguesa; informação a ser considerada pela política externa nacional; e o estudo académico.

A nível organizacional este tema é justificado pela constante necessidade que a Marinha tem de conhecer o mundo atual e inferir a futura realidade estratégica internacional. Os dividendos deste conhecimento serão numerosos e bastante relevantes. Destes é possível salientar uma melhor adaptação aos futuros teatros operacionais assim como uma previsão das futuras tarefas e desafios. De salientar que a Marinha portuguesa partilha parte da sua área de operações no Oceano Índico com a Marinha chinesa (ou *People's Liberation Army Navy*, PLAN), no âmbito das missões de combate à pirataria.

Este trabalho mostra-se ainda útil a montante, à política externa nacional, pois aqui é encontrada informação válida e atualizada sobre as ações externas tomadas pela China e os seus objetivos futuros. Adicionalmente, e por comparação, é ainda possível tirar ilações de como usar o poder naval<sup>2</sup> na persecução dos objetivos estratégicos portugueses.

A nível do estudo académico, este trabalho procura dar à comunidade científica um contributo útil sobre um tema pouco divulgado e que, dada a posição geopolítica portuguesa<sup>3</sup>, nunca perderá a sua importância. Por último, estão também apresentadas algumas sugestões para futuros estudos.

---

<sup>2</sup> “O Poder Naval é uma componente do Poder Marítimo, que por sua vez é uma componente do Poder Nacional, através do qual os países realizam objectivos nacionais relacionados com o mar. (...) São componentes do Poder Naval: o Elemento da Força (instrumento de guerra para emprego à superfície, acima desta e em imersão); o Elemento da Segurança (bases e pontos de apoio navais) e o Elemento de Transporte (os próprios das Marinhas de Guerra, e também os mobilizáveis das Marinhas civis para o efeito)” (Carvalho, 1999, p. 142).

<sup>3</sup> “Portugal tem uma superfície emersa de 92 mil km, uma linha de costa com 2188km de comprimento e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) que se expande sobre uma área de 1658 mil km<sup>2</sup>. Pela sua dimensão acima da linha de água, posiciona-se no centésimo décimo lugar no ranking dos países do mundo. A ZEE, 18.7 vezes o tamanho da superfície emersa, permite situar Portugal no 11º lugar a nível mundial, à frente de países como a Índia e a China. Na União Europeia, é quem possui a maior ZEE, se não tivermos em conta as zonas marítimas dos territórios ultramarinos de França e do Reino Unido” (Correia, 2010, p. 209).



## 1.2 Objeto de estudo e sua delimitação

A problemática deste estudo prende-se com o alargamento dos interesses chineses dum âmbito regional para um âmbito global, e os esforços desenvolvidos pela China nesse sentido.

Este trabalho começa por analisar a política externa<sup>4</sup> chinesa num âmbito geral, com especial enfoque nos assuntos de âmbito marítimo e nos assuntos relacionados com a segurança energética chinesa.

De seguida, aborda o entendimento sobre o *string of pearls* e a aproximação que Pequim faz aos Estados envolvidos.

Posteriormente, analisa os principais contornos da modernização naval chinesa, em especial os meios vocacionados para operações fora de área. Neste contexto explora ainda a dicotomia que se verifica entre os meios navais que a China está a desenvolver e as missões a que se propõe executar.

---

<sup>4</sup> Actividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e aos atores com relevância internacional, visando garantir as melhores condições para a realização de objectivos, na defesa dos interesses do próprio Estado (Cajarabille, 2002).



### 1.3 Objetivos da investigação

Este trabalho de investigação individual pretende abordar a problemática do alargamento de interesses chineses dum âmbito regional para um âmbito mais alargado, fazendo uso do método científico. Nesse sentido procura atingir aos seguintes objetivos:

- Identificar as principais prioridades da política externa chinesa;
- Identificar os principais desafios internacionais que estão a ser colocados à China;
- Analisar a implantação da estratégia do *string of pearls* no Oceano Índico;
- Identificar as principais tendências da modernização naval chinesa;
- Validar o *string of pearls* como principal modalidade de ação estratégica<sup>5</sup> da China no Oceano Índico.

### 1.4 Problema e Questões do estudo

No cumprimento dos objetivos enunciados, esta dissertação procura responder à questão principal: Em que medida o *string of pearls* representa a principal modalidade de ação estratégica da China no que respeita ao Oceano Índico? Para fazê-lo, esta investigação sustenta-se nas seguintes questões derivadas:

- Questão derivada nº1: Quais são os desafios externos que a China enfrenta no início do século XXI?
- Questão derivada nº2: O *string of pearls* corresponde aos principais interesses marítimos chineses no Oceano Índico?
- Questão derivada nº3: O desenvolvimento das capacidades da Marinha chinesa parece ajustar-se ao *string of pearls*?

---

<sup>5</sup> Conjunto de linhas de ação estratégica – ou de manobras- com o objetivo de alcançar determinado fim. “Em lugar de abordar o inimigo de maneira frontal, a manobra visa agir sobre os seus pontos fracos, ultrapassá-lo, envolvê-lo, cortar as suas bases de reabastecimento, desorganizá-lo e desagregá-lo de tal forma que perca as suas capacidades combatentes ” (Ribeiro, 2009, p. 99).

## 1.5 Metodologia de investigação

### 1.5.1 Opções fundamentais

Tendo em conta os requisitos associados à elaboração de uma dissertação de mestrado da Escola Naval, este trabalho tem a obrigatoriedade de ser conduzido através do método científico, de modo a granjear credibilidade académica e se apresentar como um trabalho válido e relevante.

Segundo o Manual de Investigação em Ciências Sociais, o procedimento científico para a elaboração dum trabalho é dividido em três atos principais: a ruptura, a construção e a verificação. Estas três fases dividem-se em sete etapas como mostra a figura 1, abaixo.

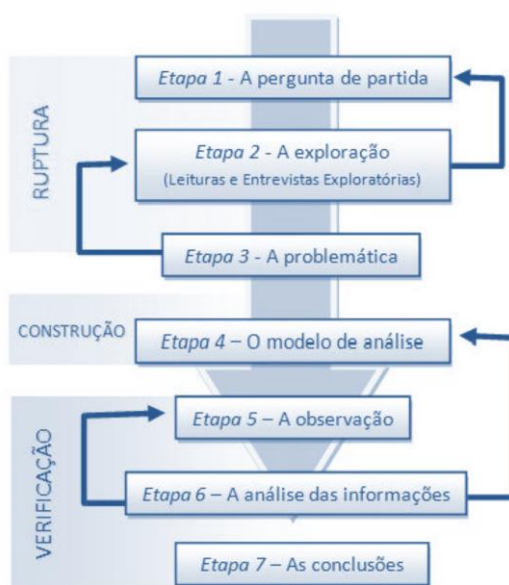


Figura 1 Fases e etapas do procedimento científico (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 30)

Na fase na ruptura o autor deve romper com pensamentos preconcebidos e falsas evidências, na medida em que é vulgar que a bagagem cultural dum indivíduo transporte diversas aparências imediatas e posições parciais. Na fase da construção o autor deve elaborar um sistema conceptual organizado de modo a formular as proposições explicativas do fenómeno a estudar, prever qual o plano de pesquisa a definir, e prever as



consequências esperadas no final da observação. Sem esta construção teórica, o trabalho não poderia apresentar uma experimentação válida. Na verificação, o autor deve verificar as proposições elaboradas, dando ao trabalho um carácter científico (Quivy & Campenhoudt, 2008).

O passo basilar deste trabalho deu-se com as primeiras leituras, experiências e observações. A partir delas, e após discussão com o Orientador, foi escolhido o tema para esta investigação. Este tema foi escolhido com base na pertinência académica e na motivação pessoal. Seguiu-se o processo de reflexão acerca da pergunta de partida. Este processo foi conduzido com particular prudência devido à sua capital importância (Quivy & Campenhoudt, 2008). Uma escolha rápida e imponderada desta questão é um erro crasso, pois “nenhum trabalho pode ser bem-sucedido se for incapaz de decidir à partida e com clareza, mesmo que provisoriamente, aquilo que deseja conhecer melhor” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 45). Segundo estes autores, uma pergunta de partida deve apresentar as seguintes qualidades: pertinência, exequibilidade, e clareza. Desta reflexão surgiu como pergunta de partida: ‘Em que medida o *string of pearls* representa a principal modalidade de ação estratégica da China no que respeita ao Oceano Índico?’ De facto, esta é a *raison d’être* do trabalho, sendo o seu verdadeiro fio condutor.

Esta pergunta foi igualmente o ponto de partida para a fase da exploração, que foi feita através de análises documentais e contactos exploratórios (Quivy & Campenhoudt, 2008). Estas entrevistas foram dirigidas ao Vice-Almirante (VALM) Lopo Cajarabille, na sua qualidade de especialista em estratégia. A abrangência e atualidade destas leituras são de grande relevância, pois delas depende a formulação da problemática.

De seguida seguiu-se a construção do modelo de análise, que é um prolongamento da problemática e onde foram articuladas as questões derivadas.

Devido ao facto deste estudo estar inserido no âmbito das Ciências Sociais e ter por objetivo responder a uma questão complexa foi escolhida a abordagem qualitativa para a sua execução já que os seus métodos “são apropriados quando o objeto de estudo é complexo e requer uma contextualização social e cultural (Liebscher, 1998).



Moreira (2007, p. 50) conclui sobre os métodos qualitativos:

- Os métodos qualitativos visam o estudo dos significados intersubjetivos, situados, construídos e usados (repetidos) (...);
- Os métodos qualitativos elegem formas flexíveis de captar a informação e recorrem basicamente a uma linguagem conceptual e metafórica (...);
- Os métodos qualitativos estudam a vida social no seu próprio quadro natural sem o distorcer ou controlar;
- Os métodos qualitativos elegem a descrição densa e os conceitos compreensivos da linguagem simbólica (...).

De seguida, passou-se à etapa da verificação onde se mediram os resultados das variáveis e se procurou verificar a hipótese apresentada. Por último, sintetizaram-se as conclusões obtidas na elaboração deste trabalho de investigação individual.

### 1.5.2 Recolha e análise de dados

A recolha de dados do presente estudo foi efetuada através de dois instrumentos: análise documental e entrevistas de carácter informal.

Para que a análise documental consiga melhorar a capacidade de problematização, deve obedecer aos seguintes princípios (Quivy & Campenhoudt, 2008):

- Começar pela pergunta de partida;
- Evitar sobrecarregar o programa, selecionando as leituras;
- Procurar, na medida do possível, documentos cujos autores não se limitem a apresentar dados, mas incluam também elementos de análise e de interpretação;
- Ter o cuidado de recolher textos que apresentem abordagens diversificadas do fenómeno estudado;
- Oferecer-se a intervalos regulares, períodos de tempo consagrados à reflexão pessoal e às trocas de pontos de vista com colegas ou com pessoas experientes.



Na realização deste estudo foram encontradas limitações ao nível da análise documental da política externa chinesa e da modernização naval chinesa. Ao nível da política externa, as limitações prendem-se com o facto de a China viver num regime totalitário, pelo que é muito difícil encontrar autores chineses independentes que abordem a política externa do seu país com imparcialidade. Por outro lado, a liderança chinesa ainda reveste de secretismo os seus processos de tomada de decisão. Daí resulta que os documentos publicados continuem a não clarificar completamente as intenções chinesas.

Ao nível da modernização naval chinesa, as limitações prendem-se com o facto das publicações oficiais chinesas serem ainda escassas e de credibilidade questionável. De facto, muitos autores ocidentais acusam a China de falta de transparência, e da ocultação de informações no que concerne às suas Forças Armadas.

Estas limitações levaram a que grande parte da análise documental tenha sido realizada recorrendo a autores estrangeiros.

Para a realização desta análise documental foram visitadas a biblioteca do Instituto de Defesa Nacional (IDN) e a biblioteca da Escola Naval – para além da obtenção de diversos tipos de fontes através da internet.

Não obstante, e de modo a esta investigação responder à questão principal, e dela se tirarem conclusões válidas, foram incorporadas igualmente entrevistas qualitativas.

Na realização deste trabalho foram privilegiadas as entrevistas informais por se considerar que um diálogo fluente e informal seja mais enriquecedor para trocas de ponto de vista e partilha de experiências (Quivy & Campenhoudt, 2008). As entrevistas foram realizadas ao VALM Lopo Cajarabille, na sua qualidade de especialista em Estratégia.



## 1.6 Estrutura

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos: introdução; política externa chinesa; *string of pearls*; modernização naval chinesa; o *string of pearls* como modalidade de ação estratégica; e conclusões.

O primeiro capítulo apresenta o enquadramento do trabalho, a justificação do tema, os objetivos que visa alcançar, a problemática, as escolhas metodológicas e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo fornece uma perspetiva da política externa desenvolvida atualmente pela China, procurando responder à questão derivada nº1: Quais são os desafios externos que a China enfrenta no início do século XXI?

O terceiro capítulo faz uma análise detalhada à implementação do *string of pearls* no Oceano Índico, procurando responder à questão derivada nº2: O *string of pearls* corresponde aos principais interesses marítimos chineses no Oceano Índico?

O quarto capítulo analisa a modernização naval chinesa, procurando responder à questão derivada nº3: O desenvolvimento das capacidades da Marinha chinesa parece ajustar-se ao *string of pearls*?

O quinto capítulo relaciona as várias variáveis analisadas nos capítulos anteriores, procurando responder à questão principal: Em que medida o *string of pearls* representa a principal modalidade de ação estratégica da China no que respeita ao Oceano Índico?

O sexto capítulo faz uma retrospectiva ao trabalho e apresenta as conclusões tiradas. Por último são propostos alguns temas para futuros trabalhos.



## 2. POLÍTICA EXTERNA CHINESA

### 2.1 Perspetiva da política externa chinesa

Para Bijian (2005), a importância de conhecimento das ações e caminhos chineses por parte da comunidade internacional centra-se em três dividendos do crescimento económico chinês que estão em franco progresso, nomeadamente: a sua influência regional e mundial, as suas capacidades militares e a procura por recursos energéticos.

De facto a ascensão chinesa apresenta-se como um dos eventos mais relevantes nas relações internacionais depois do fim da Guerra Fria.

#### 2.1.1 Prioridades diplomáticas a longo prazo

Ao instaurar a República Popular da China, em 1949, a liderança chinesa determinou três prioridades diplomáticas a longo prazo: desenvolvimento económico; a maximização do *status* e respeito concedido pelo sistema internacional<sup>6</sup>; e a soberania e integridade territorial. E, apesar da importância relativa de cada uma ter variado – Mao dava prioridade à integridade territorial e ao *status*, enquanto a liderança atual dá preferência ao desenvolvimento económico – estas três prioridades têm estado na base das formulações da política externa chinesa (Medeiros, 2009).

---

<sup>6</sup> “Conjunto de centros independentes de decisões políticas que interactivam com uma certa frequência e regularidade” (Ribeiro, 2008, p. 299).



### 2.1.1.1 Desenvolvimento económico

O crescimento económico chinês é atribuído a quatro fatores principais (Prabhakar, 2009):

- Modernização económica e estratégica;
- Restabelecimento de laços com a diáspora chinesa espalhada em especial pelo Ocidente;
- Modernização da periferia geográfica chinesa e respetivo impacto no litoral;
- Revalorização da maritimidade chinesa no atual contexto estratégico e económico.

Este crescimento económico teve por berço as reformas económicas iniciadas por Deng Xiaoping<sup>7</sup>, em 1978. Essas medidas tinham como objetivo principal um incremento substancial da qualidade de vida do povo chinês, e o PCC esperava atingi-lo concentrando os seus esforços em políticas de desenvolvimento económico, vivendo numa postura de abertura ao mundo. Esta escolha estratégica teve lugar num momento particularmente importante: no final da década de 1970, enquanto o mundo era palco de uma nova revolução tecnológica e de uma nova vaga de globalização, a China arripiava caminho pelos efeitos nefastos da sua revolução cultural. Perante esta situação, a liderança do PCC reconheceu que o desenvolvimento chinês estava dependente da sua inclusão no sistema internacional, e procedeu às reformas económicas que estimularam os seus mercados nacionais e que abriram o país aos mercados estrangeiros (Bijian, 2005). Esta evolução económica pode ser observada na figura 2, abaixo.

---

<sup>7</sup> Deng Xiaoping (1904, Guand'na – 1997, Pequim) foi um dos estadistas de maior envergadura do século XX chinês. Entre as diversas funções que Deng exerceu salientam-se ter sido Vice-Primeiro Ministro da RPC de janeiro de 1975 a junho de 1983, e presidente da Comissão Militar Central de junho de 1981 a novembro de 1989. Deng ficou reconhecido por per feito a China abandonar muitas das doutrinas comunistas dando os primeiros passos da incorporação duma economia de mercado na China (Deng Xiaoping, 2010).



O segundo grande passo destas políticas de desenvolvimento económico e de abertura foi dado em 2001 quando, após quinze anos de conversações, a China aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>8</sup>, como refere o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) da RPC (2003). Esta decisão mostrou grande determinação, pois foi tomada numa década de noventa assolada pela crise financeira asiática, o que levou a um grande debate entre as fações antiglobalização e pró-globalização (Bijian, 2005).

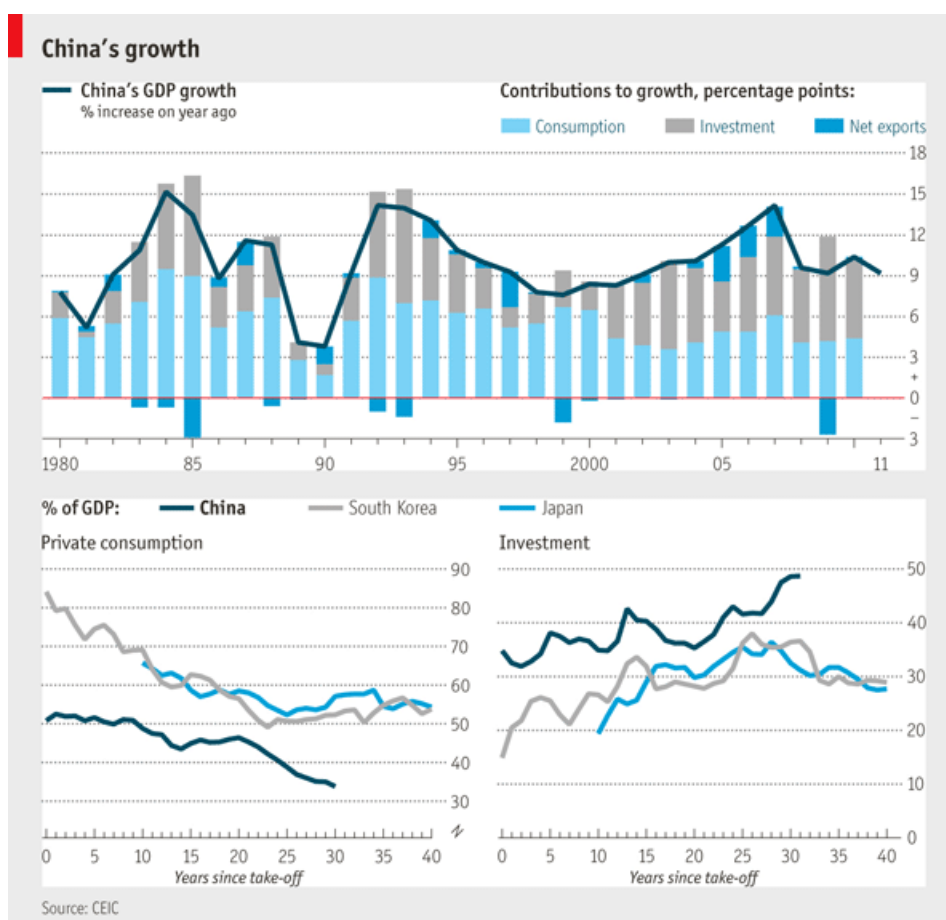


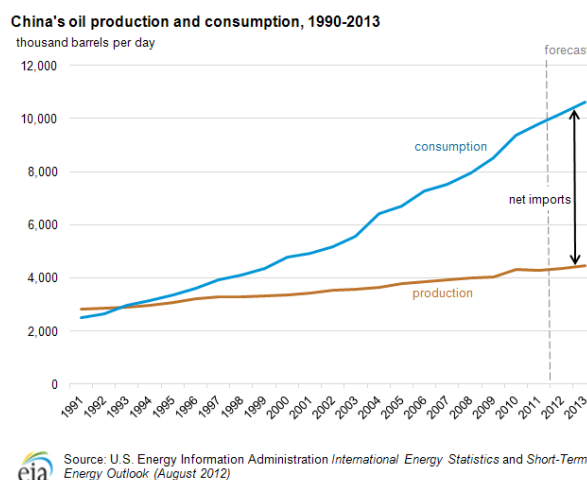
Figura 2 Em cima: Crescimento económico chinês. Em baixo à esquerda: Comparação do consumo privado entre a China, o Japão e a Coreia do Sul. Em baixo à direita: Comparação do investimento entre a China, o Japão e a Coreia do Sul (Economist, 2012)

<sup>8</sup> Organização Mundial do Comércio é uma organização internacional fundada em 1962 e sediada em Genebra (Suíça) que regula as normas do comércio mundial. Os seus principais objetivos são: “estabelecer e reforçar as regras do comércio internacional; oferecer um fórum para negociar e monitorizar a liberalização do comércio; resolver disputas comerciais; aumentar a transparência nos processos de tomada de decisão; cooperar com outras grandes instituições internacionais do comércio envolvidas na gestão económica global; ajudar os países em desenvolvimento a beneficiar ao máximo do sistema comercial global (World Trade Organization, 2010).



Posteriormente, esta projeção de desenvolvimento foi dividida em três períodos de crescimento económico e desenvolvimento social. No primeiro período (2000-2010), a China almejou duplicar o seu Produto Interno Bruto (PIB). No segundo (2010-2020), tem como objetivo duplicar novamente o PIB, esperando que o PIB *per capita* chegue aos 3000 Dólares. Para o terceiro período (2020-2050), a China pretende erradicar a pobreza, tornando-se num país desenvolvido, próspero e democrático (Bijian, 2005).

Uma das consequências mais relevantes que o desenvolvimento económico chinês trouxe foi um aumento exponencial do consumo de energia, e a China apresenta-se atualmente como o maior consumidor de energia e o segundo maior consumidor de petróleo a nível mundial. A figura 3, abaixo, mostra a tendência de crescimento do consumo e das importações de petróleo da China (U.S. Energy Information Administration, 2012).



**Figura 3 Análise da produção e consumo de petróleo por parte da China (U.S. Energy Information Administration, 2012)**

Nesse sentido, e apesar de a China ter consideráveis reservas de petróleo a nível nacional, começou a ser um importador a partir de 1993 e hoje é o segundo maior importador de petróleo a nível mundial, como mostrado na figura 4, abaixo (U.S. Energy Information Administration, 2012).

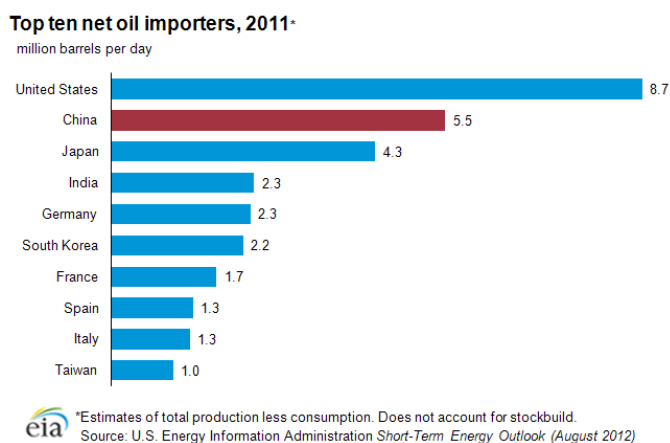


Figura 4 Análise das importações de petróleo, por país (U.S. Energy Information Administration, 2012)

Devido à relação direta que existe entre os recursos energéticos e a prosperidade económica, a China considera a sua segurança energética como um assunto de segurança nacional. Como tal, a China, receosa dos mercados internacionais, prefere constituir relações diretas com os Estados exportadores de recursos energéticos (Lin, 2011). A figura 5, abaixo, mostra o peso de cada país nas importações chinesas de petróleo.

Foi neste contexto que nasceu a estratégia de obtenção de recursos energéticos no estrangeiro, ou a *go out strategy*. Esta estratégia divide-se em duas esferas principais.

A primeira esfera é terrestre, sendo consubstanciada pela construção de oleodutos, gasodutos, redes ferroviárias e rodoviárias (Lin, 2011). O anexo 3 mostra as principais infraestruturas que derivaram desta abordagem assim como os futuros projetos.

A segunda esfera é marítima, sendo consubstanciada na criação duma rede de apoio às vias de comunicação marítima, ou *Sea Line Of Communication* (SLOC), por onde viajam os recursos energéticos. Esta rede de apoio, também chamada de *string of pearls* será abordada em profundidade no capítulo 3 (Lin, 2011). O anexo 3 mostra as vias de comunicação marítima mais importantes e a sua relevância para as importações de petróleo chinesas, em percentagem.

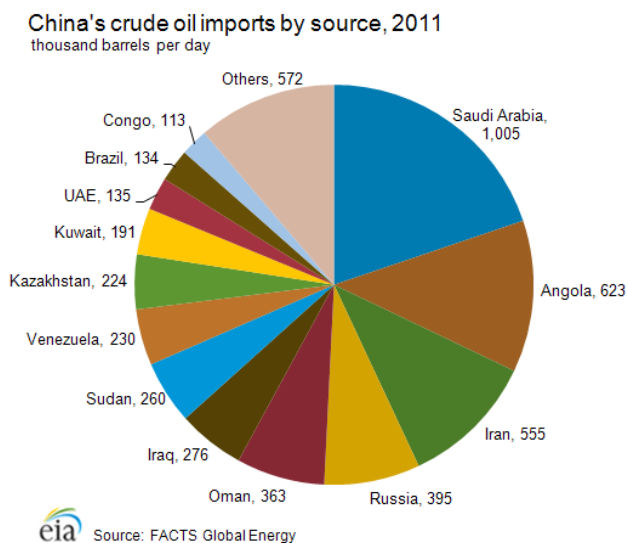


Figura 5 Importações de petróleo chinês, por país (U.S. Energy Information Administration, 2012)

Outra das medidas relativas à segurança energética foi tomada em janeiro de 2010, ao ser criada a Comissão Nacional de Energia. Esta agência reúne especialistas das mais variadas áreas como economistas, diplomatas e militares, de modo a que a segurança energética seja abordada de uma forma holística e sejam alcançados melhores resultados (Lin, 2011).



Nesta caminhada pelo desenvolvimento, a China tem encontrado grandes desafios dos quais se destacam (Bijian, 2005):

- 1- Escassez de recursos naturais dos quais merecem realce os recursos energéticos, matérias primas e água;
- 2- Ambiente (poluição, lixo e baixa reciclagem)<sup>9</sup>;
- 3- Falta de coordenação entre desenvolvimento económico e desenvolvimento social.

A figura 6, abaixo, retrata esta falta de coordenação entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social, na medida em que – apesar da China se encontrar em franca expansão económica – o rendimento *per capita* da sua população ainda é bastante baixo.

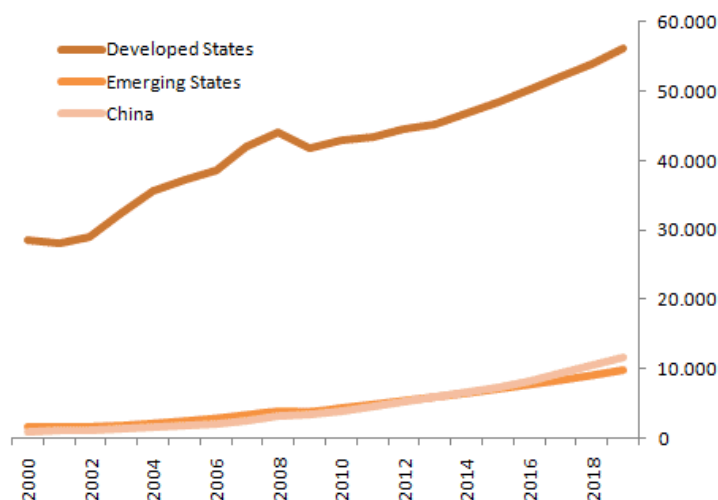


Figura 6 Previsões da evolução do PIB *per capita* (Snowdon, 2009)

<sup>9</sup> No seu artigo intitulado *10 China Myths for the new decade*, Derek Scissors afirma que no período de 2010 a 2020 a China será responsável pela maioria das emissões de carbono a nível mundial (Scissors, 2010).



A falta de coordenação entre desenvolvimento económico e desenvolvimento social é um desafio especialmente delicado, do qual podem enumerar-se tensões entre (Bijian, 2005):

- Crescimento do PIB e o desenvolvimento social;
- Desenvolvimento tecnológico e as oportunidades de emprego;
- Desenvolvimento das áreas costeiras e as áreas rurais do interior;
- Favorecimento do urbanismo em detrimento das áreas agrícolas;
- Fosso social entre as classes mais favorecidas e menos favorecidas;
- Atração de investimento estrangeiro e o aumento a competitividade de empresas nacionais;
- Introdução de novas reformas e a preservação da estabilidade social;
- Abertura de mercados domésticos e a consolidação da independência;
- Promoção da economia de mercado e o apoio à população mais desfavorecida.

Por forma a ultrapassar estes três grandes desafios, a China empreendeu a numerosas políticas e reformas que podem ser resumidas em três grandes estratégias: as três transcendências.

A China projetou esta abordagem com base no estudo da História e com o fito de não cometer os erros que muitas potências cometeram no passado. A primeira estratégia pretende evoluir o modelo de industrialização chinês como mostrado na figura 7 (Bijian, 2005).

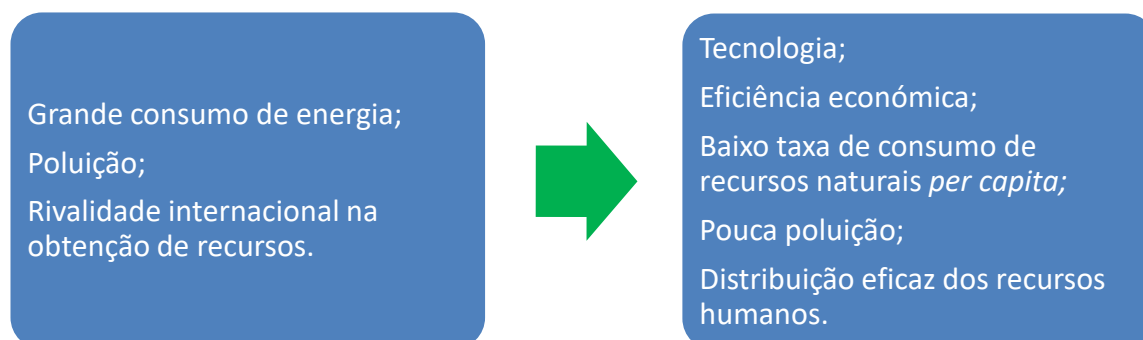


Figura 7 Evolução do modelo de industrialização chinês (Bijian, 2005)



Tendo em conta esta aproximação, a liderança chinesa apercebeu-se que para garantir a sua sobrevivência, teria de evoluir a sua indústria de modo a diminuir as importações de recursos naturais e potenciar os seus recursos domésticos, adotando uma postura de poupança energética.

A segunda estratégia consiste em transcender o modo como as potências em ascensão tendem a emergir, como mostrado na figura 8, abaixo.

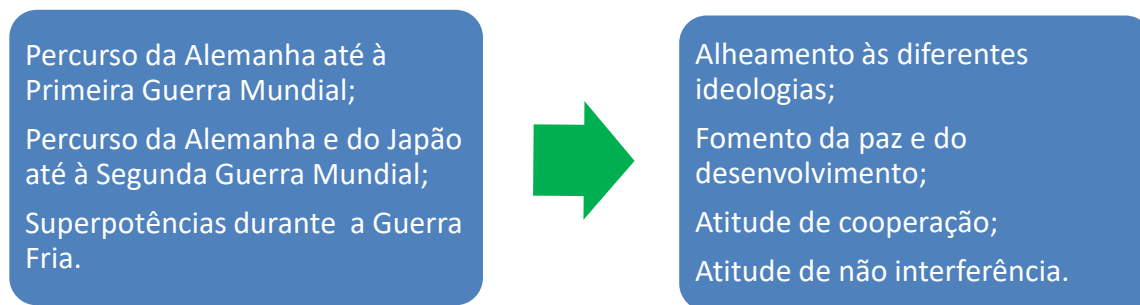


Figura 8 Evolução do modelo de ascensão chinesa (Bijian, 2005)

Deste modo, a China repudia a procura de hegemonia e a competição armada por recursos, escolhendo ter uma atitude harmoniosa e pacífica.

A terceira estratégia consiste em evoluir o seu modelo social, como mostrado na figura 9, abaixo (Bijian, 2005).

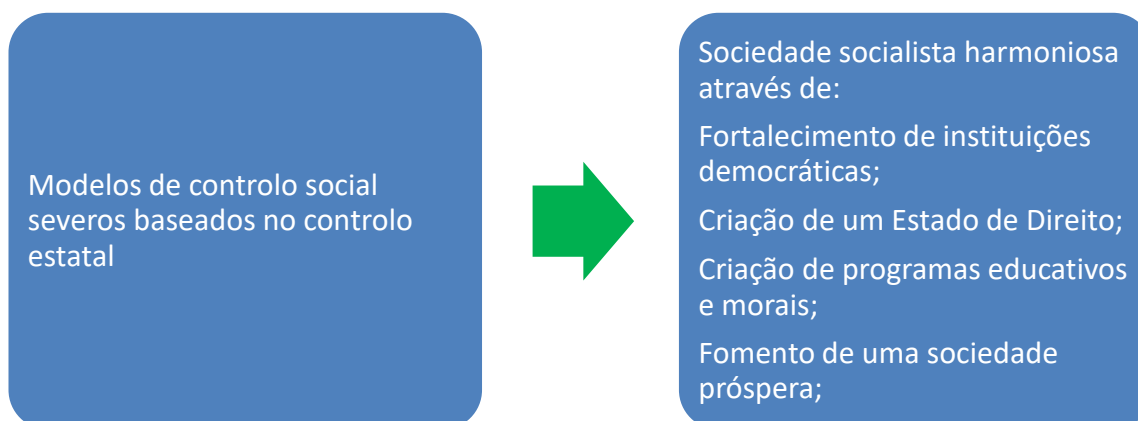


Figura 9 Evolução do modelo social chinês (Bijian, 2005)



Através do aligeirando do seu modelo social comunista, o Estado chinês espera servir melhor o seu povo promovendo uma sociedade socialista civilizada, próspera e democrática.

Uma das medidas tomadas para concretizar estas três estratégias foi a criação de cidades no sul, na zona central, e nas regiões ocidentais mais remotas, de modo a funcionarem como autênticos *clusters* de desenvolvimento. A mais-valia destes aglomerados urbanos é que são autênticos motores de crescimento, devido à sua capacidade de produção industrial, por funcionarem como centros de comércio e por receberem força laboral do interior. Isto resulta na melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas e na inclusão da sociedade chinesa na civilização industrializada (estima-se que dez milhões de chineses migrem das zonas rurais para as cidades todos os anos). Estes fatores contribuem para a manutenção de altos padrões de produtividade, de cultura, e de interação com o resto do mundo (Bijian, 2005).

Relativamente ao impacto desta ascensão no mundo, a China repudia a procura de hegemonia, afirmando a procura duma nova ordem mundial política e económica num ambiente multipolar de reformas e democratização das relações internacionais. Enquanto isso, o crescimento do poder de compra do seu povo é sinónimo do crescimento de mercados, o que fomenta o comércio mundial e cria oportunidades económicas aos restantes membros da comunidade internacional (Bijian, 2005).

#### **2.1.1.2 Maximização do *status* e respeito a nível internacional**

O *status* chinês sempre foi considerado pela liderança e comunidade académica chinesa como uma prioridade nas suas ações a nível internacional, sendo uma constante prioridade maximizá-lo (Medeiros, 2009).

Desde a fundação da República Popular da China que a liderança chinesa associa o estatuto de potência mundialmente respeitada a atributos como: um lugar permanente no



Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o seu arsenal contar com armas nucleares, a sua numerosa população e área territorial, e o seu legado histórico como uma grande potência na Ásia (Medeiros, 2009).

Segundo a liderança chinesa, este *status* deve ser mantido a dois níveis: ao nível da imagem, e ao nível da reputação da China perante a comunidade internacional. Uma boa imagem é necessária para que a China seja aceite nas instituições internacionais. Uma boa reputação é necessária, pois permite à China facilidade no acesso ao comércio, à ajuda, à tecnologia, e ao investimento estrangeiro (Medeiros, 2009).

Esta busca por respeito a nível internacional é refletida na cooperação e no respeito chinês pelas normas e pelas instituições internacionais, assim como um aumento de participação nas associações regionais, desempenhando o papel de um interveniente responsável, ou *responsible stakeholder*. De facto, a China vem desempenhando um papel cada vez mais ativo em instituições como a ONU, a OMC e em várias organizações regionais como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSEA) (Medeiros, 2009). No terreno, a China tem demonstrado cada vez mais esta participação a nível internacional, como o envio de militares para missões de manutenção de paz, no quadro da ONU (Kostecka, 2011).

### **2.1.1.3 Soberania e integridade territorial**

A China faz fronteira terrestre com catorze países e o comprimento da sua costa é de 14500km. A liderança chinesa sempre deu muita importância a esta matéria, considerando a sua soberania e integridade territorial como assunto de segurança nacional. Esta importância é consubstanciada em formulações de política externa que promovem a segurança das fronteiras e a reunificação com Taiwan, e que salvaguardem as exigências territoriais marítimas chinesas (Medeiros, 2009).

A principal disputa territorial é a questão de Taiwan. Esta disputa começou no final da Guerra Civil chinesa com a vitória da facção comunista e a derrota da facção



nacionalista. Após este desfecho, enquanto Mao Zedong declara a instauração da República Popular da China, os nacionalistas liderados por Chiang Kai-Shek escapam para a ilha de Taiwan. Aí, implantaram a República da China, e reclamaram para si a legitimidade de governar toda a China.

A partir daí as relações no estreito de Taiwan<sup>10</sup> mantiveram-se cortadas, com vários picos de tensão. Apesar da República da China (Taiwan) ter ganho inicialmente o reconhecimento da comunidade internacional, veio a perdê-lo ao longo do tempo (Fernandes, 2009).

Para resolver esta situação, a China criou a *one-China policy*: uma política destinada a eliminar a República da China, sublinhando que só há um Estado chinês, apesar de haver dois governos a reclamar esse estatuto. Esta política atesta que os Estados que desejarem manter relações diplomáticas com a República Popular da China devem cortar relações com Taiwan.

Na prática, a *one-China policy* é consubstanciada em medidas destinadas a cessar as relações bilaterais entre Taiwan e a restante comunidade internacional. Através do seu Desenvolvimento pacífico, a China adoptou três aproximações para diminuir as relações bilaterais de Taiwan (Prabhakar, 2009):

- Diplomacia competitiva

Através desta, a China pretende beneficiar as suas relações com a comunidade internacional, diminuindo assim a influência de Taiwan. Neste contexto, Taiwan recorreu à diplomacia dos cheques ou *check diplomacy*, com o qual visava granjear apoio diplomático em troca de ajudas financeiras. Esta estratégia tem-se revelado infrutífera, já que a China tem logrado obter o reconhecimento internacional, sendo um produto do seu crescimento económico e da sua aproximação aos países do Médio Oriente, África, América Latina e aos Estados do Oceano Pacífico.

---

<sup>10</sup> Estreito de Taiwan ou Estreito da Formosa "é um braço do Oceano Pacífico com 100 milhas (160km) de largura no seu ponto mais estreito, situando-se entre a Província de Fukien na costa da China e a ilha de Taiwan (Formosa). O estreito estende-se de sudoeste para nordeste entre o Mar do Sul da China e o Mar da China Oriental. A sua profundidade máxima é de 230 pés (70m) e contém as Ilhas Pescadores (que são controladas pelo governo de Taiwan). O estreito deve o seu nome de Formosa aos navegadores portugueses do século XVI" (Taiwan Strait, 2010).



Neste contexto, a China tenta ainda aproximar-se de Estados párias e de ditaduras que sejam permissivos à diplomacia chinesa, e posteriormente usá-los como uma ferramenta contra a Índia e o Japão. Os principais exemplos desses Estados que estão situados na esfera regional de influência chinesa são a Coreia do Norte e o Paquistão, que visam conter o Japão e a Índia, respetivamente.

- Estratégia assimétrica na competição comercial e na competição estratégia

A assimetria está na base na formulação de uma *grand strategy*, e a China recorre a esta tanto no âmbito estratégico como comercial.

Ao nível comercial são exemplos desta abordagem o uso de mão-de-obra barata e o modo de aplicação de investimentos estrangeiros na confecção e comercialização dos produtos.

Paralelamente, a China tenta numa maneira concertada ganhar o apoio dos países em desenvolvimento, através do envio de pacotes de ajuda e projetos de infraestruturas. Com o uso destas ferramentas, de esforços diplomáticos, e dos acordos de segurança via ANSEA, a China visa aproximar-se dos países do sudeste asiático e até de África. Deste modo, e após assegurar ajuda económica e projetos de construção de infraestruturas, a China tenta também implementar uma estratégia comercial.

A nível militar, a China centra a sua estratégia na capacidade assimétrica. Esta visão é baseada na obra literária de Sun Tsu, de onde sobressai *A Arte da Guerra*. Ao invés de projetar uma capacidade militar convencional, a China visa criar infraestruturas e táticas desenhadas para combater e vencer um inimigo com capacidade militar superior.

No contexto das relações entre a China e Taiwan, esta abordagem vai de encontro aos Estados Unidos da América (EUA) e ao Japão. Assim, a China aposta numa estratégia de negação de área cujo principal objetivo é o desenvolvimento numa estratégia espaço-mar-terra coordenada, que visa desgastar e vencer um inimigo mais forte. Esta estratégia é abordada no capítulo 4.



- Economia doméstica protecionista e práticas económicas desleais

Para além dos fatores atrás referidos, como o emprego de mão-de-obra barata, a China protege aguerridamente o seu mercado doméstico. Para além da aplicação de preços bastante abaixo da média do mercado, a China tem também um longo historial de manipulação da sua moeda, o iuane (¥), e da violação de direitos de autor e de direitos de propriedade intelectual.

Prova que a China tem logrado os seus objetivos é que as relações bilaterais entre Taiwan e os países do sudeste asiático são praticamente nulas, à exceção da Índia, com a qual Taiwan mantém ainda alguns contactos económicos e culturais (Prabhakar, 2009).

Paralelamente, foi também criada, em 2004, a Lei Antissecessão. Aprovada no 10º Congresso Popular Nacional, esta lei reforça a declaração de soberania da RPC sobre Taiwan, obrigando-se a invadir a ilha com meios militares, caso haja uma declaração de independência (Tkacik Jr., 2004).

Não obstante, a China tem vindo a perceber nos últimos tempos que tem muito mais possibilidades de granjear os seus objetivos ao optar por políticas económicas em detrimento de políticas belicistas, e trocando a hostilidade pela paciência (Fernandes, 2009). Esta nova abordagem tem gerado dividendos económicos para ambos os países. Em apoio a esta nova dinâmica foram estabelecidas, em 2008, serviços postais, carreiras marítimas, e linhas aéreas de várias cidades chinesas para Taiwan (Economist, 2010).



A nível interno, a China enfrenta ameaças à sua soberania na forma de grupos separatistas, como os grupos muçulmanos Uighurs da província de Xinjiang. Neste contexto, a China chega ainda ao ponto de considerar o Dalai Lama como uma ameaça (Medeiros, 2009).

A nível internacional, as principais disputas terrestres são com a Índia e o Paquistão, como mostrado nas figuras 10 e 11 (Economist, 2010).

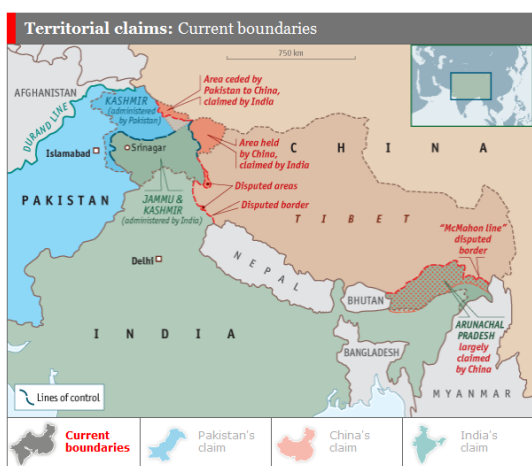


Figura 11 Fronteiras atuais (Economist, 2012)



Figura 10 Reivindicações chinesas (Economist, 2012)

Para além das disputas terrestres, a China também tem disputas territoriais marítimas, muito devido à existência de recursos energéticos, como o petróleo e o gás natural. As principais disputas marítimas recaem sobre (Economist, 2010):

- Ilhas Diaoyu (ou Senkaku), com o Japão (Mar da China Oriental);
- Ilhas Parcel, com a República Socialista do Vietname e a República da China (Mar do Sul da China);
- Ilhas Spratly, com a República Socialista do Vietname, República das Filipinas, Estado do Brunei Darussalam, República da Indonésia, República da China e a Malásia (Mar do Sul da China).



A figura 12, abaixo, mostra as disputas territoriais chinesas.



Figura 12 Disputas territoriais chinesas (Economist, 2010)

### 2.1.2 A perspetiva chinesa do ambiente de segurança internacional

A visão chinesa do ambiente de segurança internacional salienta dois pontos: o sucesso da China está dependente das relações com a comunidade internacional, e a incerteza das ameaças aos interesses económicos e de segurança chineses. Esta visão do ambiente de segurança internacional pode ser sumariada nos seguintes pontos (Medeiros, 2009):

- Guerra em grande escala como improvável

A China considera improvável uma Guerra em grande escala entre as várias grandes potências, dando lugar a um período de paz onde a China pode crescer e modernizar-se.



- Globalização

A globalização aumentou substancialmente a importância económica da China a nível mundial e preponderância das suas relações bilaterais.

- Balança de poder mundial

Apesar de Washington se apresentar como potência dominante, a multipolaridade está a ganhar forma. E se, por um lado a China considera os EUA como uma ameaça, por outro é também o seu principal parceiro.

- Desafios de segurança não convencionais

Devido às presentes ameaças de terrorismo, proliferação de armas, estupefacientes, tráfico humano, degradação do ambiente, propagação de doenças infecciosas e catástrofes naturais.

- Insegurança energética

A China avalia-se como vulnerável às duas variáveis da segurança energética: a volatilidade do preço e a segurança do transporte. Este sentimento de vulnerabilidade tem levado a China a expandir os seus esforços para assegurar o acesso ao petróleo e gás natural, principalmente no Médio Oriente e África.

- Ascensão chinesa

Ciente de que a sua ascensão influencia a economia e segurança mundial, a China conta com o seu aparelho diplomático para desmistificar os receios internacionais da *ameaça chinesa*, especialmente na Ásia.

Não obstante, a liderança chinesa prevê uma janela de oportunidade nos próximos quinze a vinte anos que possibilitará à China continuar a sua revitalização e a sua Ascensão pacífica (Medeiros, 2009).



## 2.2 Organização da ação externa

### 2.2.1 Agentes intervenientes na formulação da política externa chinesa

Como afirma Marc Lanteign no seu livro *Chinese Foreign Policy: An Introduction*, analisar a política externa chinesa mostra-se uma tarefa morosa e difícil. De facto, muito do processo de decisão da política externa chinesa continua relativamente opaco, e a análise das agências estatais chinesas que formulam a política externa apenas mostra uma visão parcial das intenções de Pequim (Lanteign, 2009).

No entanto, tem sido possível observar uma evolução significativa na formulação da política externa chinesa. Uma das principais mudanças foi o aumento da sua abrangência. De facto, enquanto que no passado a China atuava apenas no âmbito regional e a sua ligação às instituições internacionais era diminuta, atualmente abarca praticamente todo o sistema internacional. Por outro lado, o número de intervenientes na sua formulação tem aumentado significativamente, resultado de alguma descentralização do poder (Lanteign, 2009).

Das numerosas agências que contribuem para a elaboração da política externa, existem três preponderantes: o Comité Central do Partido Comunista Chinês, o Conselho de Estado, e as Forças Armadas chinesas. A sua atuação é resumida nos seguintes pontos (Jakobson & Knox, 2010):

- Comité Central do Partido Comunista Chinês

O Comité Central do Partido Comunista Chinês influencia a política externa chinesa através das seguintes agências:

- Comité Permanente do Politburo (CPP)

Este comité é a instância hierarquicamente mais alta na tomada de decisão relativa à política externa chinesa. Este comité é composto por nove elementos do Politburo e é presidido por Hu Jintao, reunindo-se a cada 7 a 10 dias. Apesar de se procurar que as decisões sejam tomadas por consenso, salientam-se a influência de Hu Jintao e Wen Jiabao.



- Grupos de Trabalho de Política Externa

Estes grupos de trabalho são compostos por membros do CPP e outros elementos relevantes do PCC. Esta entidade tem funções a dois níveis: ao nível das decisões não capitais, delibera e decide, ao qual o CPP dá apenas o aval formal. Ao nível das decisões capitais, estes grupos de trabalho atuam numa forma consultiva, deliberando e propondo formulações, as quais são encaminhadas para o CPP, para que sejam avaliadas e sujeitas a aprovação.

- Departamento de Pesquisa Política

Faz pesquisa, aconselha e esboça documentos diplomáticos antes da tomada de grandes decisões.

- Departamento Geral

Proporciona apoio administrativo e logístico ao Politburo.

- Departamento Internacional

Mantém as ligações entre o PCC e todos os partidos e movimentos políticos estrangeiros. De salientar o papel ativo que tem para a formulação das políticas chinesas no que concerne à Coreia do Norte, Irão e Myanmar, devido aos laços estreitos que são mantidos com os regimes desses países.



- O Conselho de Estado

O Conselho de Estado é a principal autoridade administrativa da China. Presidido por Wen Jiabao, compreende numerosos ministérios, administrações e departamentos, e representa a China nas relações interestatais. Os principais elementos do Conselho de Estado na formulação da política externa chinesa são:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros

Este ministério atua a dois níveis. Ao nível das decisões cruciais, ou nas relações com as potências mundiais ou com países relevantes da região, atua apenas ao nível da implementação das medidas tomadas. Ao nível inferior, o das relações com Estados de menor importância, o MNE chinês assume-se como a principal agência na formulação da política externa<sup>11</sup>.

- Embaixadores

Apesar da função principal destes membros do MNE ser implementar as formulações da política externa, estes podem também revelar-se produtores de política externa, a partir das suas recomendações.

- Outras instituições governamentais

De facto, verifica-se uma grande competição na estrutura governamental chinesa para a formulação de política externa. Algumas das entidades que tentam continuamente influenciar a formulação de política externa são: o Ministério do Comércio, o Banco Popular da China, o Ministério das Finanças, e o Ministério da Segurança Estatal (a agência de informações estatal chinesa).

---

<sup>11</sup> Para a União Europeia, o MNE é a principal agência na formulação de política externa, à exceção das relações com a França, a Alemanha, e o Reino Unido (Jakobson & Knox, 2010).



- Forças Armadas chinesas

As Forças Armadas chinesas participam nas formulações de política externa em matérias como sistemas de armas, disputas territoriais, não-proliferação de armas, e assuntos de segurança nacional relativos a países como Índia, Japão, Paquistão, Rússia e EUA. Outro dos assuntos em que as Forças Armadas participam na formulação da política externa é a relação com Taiwan, e a interferência americana nas relações entre ambas. No topo desta hierarquia militar está a Comissão Militar Central, que é um dos principais canais das Forças Armadas chinesas para influenciar a formulação de política externa.

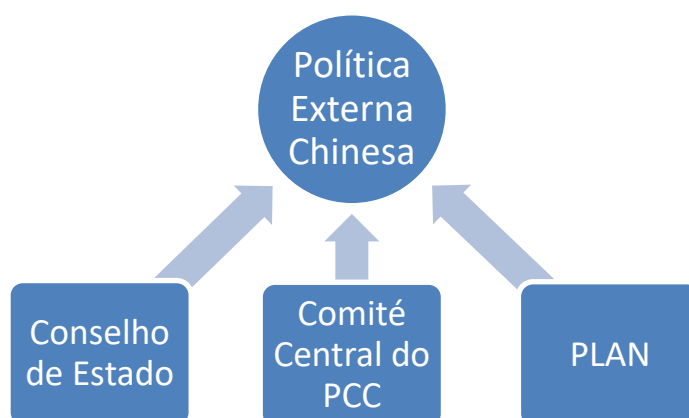


Figura 13 Agentes intervenientes na formulação da política externa chinesa (Jakobson & Knox, 2010)



## 2.2.2 Fatores influenciadores na formulação da política externa chinesa

Existem numerosos fatores que influenciam o processo de tomada de decisão da política externa chinesa. Destes podem salientar-se (Jakobson & Knox, 2010):

- A necessidade de consenso na tomada de decisão  
É importante devido aos numerosos atores que tomam parte na formulação da política externa chinesa.
- A significância das relações políticas e pessoais  
Apesar da tentativa de institucionalizar o processo de tomada de decisão, a proximidade pessoal e os canais informais de influência mantêm uma grande relevância.
- O impacto da educação (a nível nacional e estrangeiro)  
Devido à evolução de qualificações da classe dirigente chinesa, sendo esta educação ministrada tanto na China como no estrangeiro<sup>12</sup>.
- A interpretação da História por parte do PCC  
A qual influencia a mentalidade chinesa no que concerne às relações com o Japão, Taiwan, os EUA e o Ocidente, em geral.



Figura 14 Principais influências na formulação da política externa chinesa (Jakobson & Knox, 2010)

<sup>12</sup> Desde a abertura ao mundo iniciada por Deng Xiaoping, cerca de 1,4 milhões de chineses realizaram estudos no estrangeiro (Jakobson & Knox, 2010).



## 2.3 Mundo harmonioso e Desenvolvimento pacífico

Após apresentar a estrutura da política externa chinesa, há que enunciar o pensamento central da política externa chinesa: o conceito de Mundo harmonioso. O significado da palavra *harmonia* vem do confucionismo e é diferenciada de paz pois “paz apenas descreve a ausência de conflito presente sem mencionar se existem ou não tensões, enquanto *harmonia* descreve efetivamente uma relação cordial que garante a ausência de conflito” (Kwok, 2011, p. 125).

Hu Jintao<sup>13</sup> reforçou esta visão discursando na cimeira do 60º aniversário da ONU, em 2005. Neste seu discurso, intitulado *Making Great Efforts to Build a Harmonious World with Long-lasting Peace and Common Prosperity*, Hu Jintao invocou a importância de evoluir do paradigma de segurança da Guerra Fria cultivando um novo conceito de segurança (Jintao, 2005).

Depois, para explicar a sua visão do Mundo harmonioso, declarou (Jintao, 2005, p. n.d.):

(...) we should respect the right of each country to independently choosing its social system and development road and support the efforts of countries to realize rejuvenation and growth according to their own national conditions. We should maintain the diversification of civilizations in the spirit of equality and openness, reinforce dialogue and exchanges among different civilizations and join hands to build a harmonious world where various civilizations coexist.

O conceito do Mundo harmonioso derivou na visão estratégica de Desenvolvimento pacífico – inicialmente chamada de Ascensão pacífica.

---

<sup>13</sup> Hu Jintao (Taizhou, 1942) é um estadista chinês. Ao longo da sua carreira política exerceu funções de Primeiro Secretário do Secretariado Central do PCC de outubro de 1992 a novembro de 2002, Vice-presidente da RPC de março de 1998 a março de 2003. Atualmente é o Secretário-geral do PCC desde novembro de 2002, Presidente da RPC desde março de 2003 e Presidente da Comissão Militar Central da RPC desde março de 2005 (Hu Jintao, 2010).



A Ascensão pacífica representa uma visão estratégica do papel global chinês e das suas responsabilidades, que assenta na premissa duma proeminência internacional chinesa como uma potência global responsável e pacífica (Suettinger, 2004).

Esta visão começou a circular em vários círculos académicos e centros de estudo (ou *think tanks*) chineses e foi apresentada em novembro de 2003 por Zheng Bijian, numa sessão plenária do Fórum Ba'ao no seu discurso intitulado *A New Path for China's Peaceful rise and the Future of Asia* (Bijian, 2003).

Em declarações posteriores, Bijian afirmou que começou a explorar esta ideia depois da sua viagem aos EUA, no final de 2002. Esta viagem reforçou a sua preocupação em dois possíveis caminhos que a China poderia tomar: emergir rapidamente (à semelhança da Alemanha no período pré-Primeira Guerra Mundial e do Japão e Alemanha no período pré-Segunda Guerra Mundial), ameaçando os EUA, ou colapsar como um Estado falhado (Suettinger, 2004).

No decorrer deste discurso, Bijian afirmou que, apesar de a China depender apenas das suas capacidades, necessitaria dum ambiente internacional pacífico para trazer prosperidade ao seu povo assegurando ainda que a China tornar-se-á uma potência global sem destabilizar a ordem mundial ou oprimir os seus vizinhos (Bijian, 2003, p. 15):

Modern history has time and again testified to the fact that the rise of a new major power often results in dramatic change in the international configuration and the world order – it may even trigger a world war. An important reason for this outcome is that these powers have followed an aggressive path of war and expansion. Such a path is doomed to failure. In today's world, how can Asian countries – China included – follow a path that serves nobody's interests? China's only choice is to strive to rise and, more importantly, to strive for a peaceful rise.

Este conceito foi posteriormente elevado a formulação política por Wen Jiabao e Hu Jintao (Suettinger, 2004).



Em março de 2004, na segunda sessão do 10º Congresso Popular Nacional, Wen Jiabao articulou os cinco pontos essenciais da Ascensão pacífica (Jiabao, 2004):

1. Tirar partido da paz mundial para promover o desenvolvimento chinês e salvaguardar a paz mundial através do desenvolvimento chinês;
2. Basear o desenvolvimento na capacidade nacional e no trabalho árduo, assim como no amplo mercado chinês, nos abundantes recursos humanos, nas reservas de capitais e na inovação dos sistemas;
3. Continuar a política de abertura e desenvolver o comércio internacional com os seus parceiros internacionais na base da igualdade e benefícios mútuos;
4. Contar com o trabalho árduo de várias gerações do povo chinês;
5. Desenvolver uma atitude não hegemónica e de cooperação.

Devido à atenção dada pela liderança chinesa a este conceito, vários círculos intelectuais chineses dedicaram-se desde logo ao estudo e ao debate do tema. Este debate tomou forma através da discussão interna no PCC, em artigos escritos em periódicos da especialidade, na internet, em conferências dadas em Universidades, e grupos de reflexão por todo o país. Nestes círculos eram abordadas as suas ambições, as possíveis reações internacionais, a sua validade teórica e as suas possíveis complicações (Suettinger, 2004, p. 4).

Mas, apesar da grande divulgação que foi dada inicialmente, este conceito caiu em desuso passando dum conceito estratégico defendido pela liderança para uma mera teoria académica. Para tal, contribuíram as numerosas críticas formuladas nos círculos intelectuais chineses e internacionais sobre o significado e rigor desta expressão. Destas, salienta-se o uso do termo *rise*, argumentando que tanto seria precoce considerar que a China estaria em ascensão – devido aos numerosos problemas socioeconómicos com que se debatia com a transição para uma economia de mercado – como essa palavra poderia ter uma conotação negativa, o que poderia causar consternação à comunidade internacional e em particular aos seus vizinhos. Em relação aos países asiáticos, essa preocupação centrava-se na interpretação do termo *rise* como sugestão duma *transição de poder* na região liderada pela China dando igualmente lugar à criação dum novo centro de poder



asiático com sede em Pequim. Para além disso, a forma como a Ascensão pacífica tratava a questão de Taiwan também levantou numerosas críticas. Estas críticas incidiam sobre a Ascensão pacífica na medida em que enviava uma mensagem pouco clara e contraditória e que minava a capacidade chinesa de dissuadir Taiwan de separar-se formalmente da China continental. Tudo isto era agravado pela situação tensa e instável que se vivia no momento, numa altura em que as relações entre a China e Taiwan estavam instáveis e cada vez mais militarizadas (Medeiros, 2004). Após esta contestação, a liderança chinesa revitalizou este conceito, ao apelidá-lo de Desenvolvimento pacífico, com o objetivo de mitigar as críticas passadas.

#### 2.4 A aproximação aos países do sudeste asiático

Devido à sua proximidade e ao elevado número de interesses envolvidos, o sudeste asiático assume uma importância preponderante na política externa chinesa. De facto, é vital para a China que esta região se mantenha estável e permissiva aos objetivos chineses, para que Pequim mantenha o seu poder e prestígio na arena internacional (Paul, 2011). A aproximação aos países do sudeste asiático pode ser definida pelos seguintes pontos (Prabhakar, 2009):

- Minimizar a convergência de estratégias entre os EUA, a Índia e o Japão

Este objetivo serve a consolidação da China sobre a região a nível estratégico e para facilitar o acesso a recursos e a mercados. Em relação à questão de Taiwan, a China espera que quanto mais isoladas estiverem estas potências, menor será a sua capacidade de ação e maior será a influência chinesa.



- Consolidar e aumentar a cooperação a nível dos transportes e das viagens transnacionais

Esta estratégia visa integrar o potencial geoeconómico dos mercados e recursos da sua região Ocidental. As vias ferroviárias e rodoviárias são eixos essenciais de transporte de pessoas e bens. Mas, se por um lado estas redes aumentam o *soft power* chinês a nível económico e comercial, também aumentam a capacidade de projeção de força, já que estas infraestruturas portuárias e terrestres aumentam a mobilidade das Forças Armadas.

- Manter a segurança nas suas linhas de comunicação marítima no que concerne ao transporte de recursos energéticos e de mercadorias

Para este objetivo, a China desenhou a modalidade estratégica do *string of pearls*, que será abordado em profundidade no capítulo 3.

- Manter o seu papel de moderador na escalada de crises e conflitos no sudeste asiático

Com isto, e através da sua influência económica e diplomática, a China visa garantir a sua influência regional e ter numerosas opções estratégicas disponíveis. Deste modo, acredita ter mais possibilidades de influenciar os acontecimentos a favor da *One-China policy* e de outros interesses nacionais.



## 2.5 Desafios à política externa chinesa

Na medida em que os objetivos da política externa chinesa já foram enunciados, é imperativo definir os seus desafios.

No seu percurso de revitalização, a China tem encontrado diversos desafios, tanto internos como externos. Estes podem ser sumarizados nos seguintes pontos (Medeiros, 2009):

- Manter-se à altura das expectativas dos outros países

A ascensão chinesa fez com que o envolvimento chinês seja cada vez mais solicitado a nível internacional, para contribuir de forma construtiva nas esferas da economia global e dos assuntos de segurança. Muita desta tentativa de integração da China serve como um repto para provar que a sua ascensão é pacífica e que é um interveniente responsável.

- Questão de Taiwan

Devido à diplomacia coerciva que Pequim por vezes usa nas relações com outros Estados relativamente à questão de Taiwan, o que descredibiliza o seu conceito de Ascensão pacífica e que gera antagonismo nos seus vizinhos e nas potências regionais.

- Desafios governamentais internos

Estes desafios podem afetar a política externa na medida em que, se os problemas internos mencionados em 2.1.1.1 não forem resolvidos, podem extravasar para o estrangeiro. Um exemplo disso é a incapacidade chinesa para lidar com problemas ambientais e.g. poluição de rios que continuam o seu curso para outros países. Não obstante, existem problemas internos que, apesar de não terem uma influência direta no estrangeiro, minam a imagem chinesa perante a comunidade internacional. Um exemplo disso é o modo como a liderança chinesa lida com o descontentamento público e protestos.



- Ineficácia do sistema de decisão chinês

Devido à burocracia que está instalada no processo de tomada de decisão em assuntos de segurança nacional, o que está relacionado com a falta de capacidade das estruturas de decisão militares, e a falta de coordenação entre entidades civis e militares.

- Risco de ser visto como um país explorador

À medida que a China vai expandindo a sua influência pelo mundo, cresce o sentimento que a China contribui pouco para o desenvolvimento dos países ao passo que colhe numerosos dividendos económicos das suas intervenções. Isto deve-se ao modelo de operação de muitas empresas chinesas que, quando vão operar no estrangeiro, levam a mão-de-obra e os materiais.

- Nacionalismo

Na medida em que este sentimento nacional degrada a capacidade de decisão da liderança chinesa em lidar com os países estrangeiros, sendo o Japão o exemplo mais evidente.

- Escassez de recursos nacionais

Na medida em que esta desvantagem diminui a capacidade diplomática da China na região, quando comparada com outras potências que atuam na área como os EUA e os seus aliados.

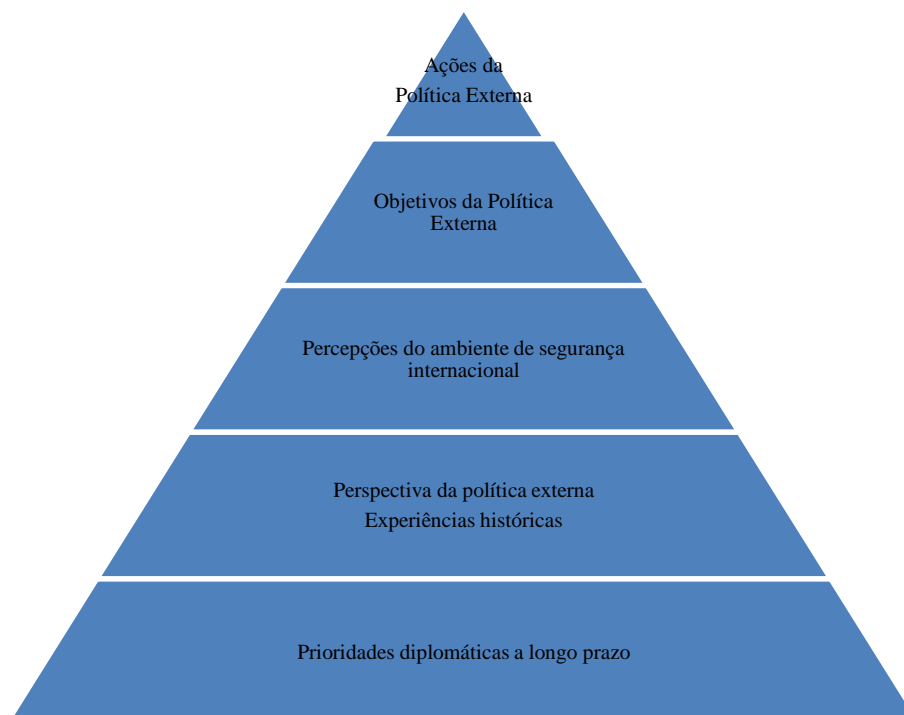


Figura 15 Representação gráfica do comportamento internacional chinês (Medeiros, 2009)

## 2.6 Aspectos a reter

Na procura da resposta à questão derivada nº1 – Quais são os desafios externos que a China enfrenta no início do século XXI? – verificou-se que:

- O acesso aos recursos energéticos é a principal preocupação a nível global que a China enfrenta no século XXI. Esta preocupação é devida a dois fatores. Por um lado, os recursos energéticos têm uma importância vital para Pequim, na medida em que estes são a pedra basilar para o desenvolvimento económico e para o modo de vida chinês. Em última análise, a própria legitimidade do PCC para governar está correlacionada com o acesso aos recursos energéticos, na medida em que o PCC assume o compromisso de providenciar ao povo chinês uma economia sustentável e uma relativa qualidade de vida. O segundo fator é a insegurança no acesso aos recursos naturais, na medida em que as vias de comunicação marítima por onde viajam grande parte das importações energéticas chinesas são vulneráveis a vários tipos de ameaças. Estas ameaças serão descritas no capítulo 3.



- A um nível regional, os principais desafios externos que a China enfrenta são a questão de Taiwan e as disputas relativas à integridade territorial de territórios insulares. Estes desafios irão exigir muita moderação e diálogo da parte da China para com os seus vizinhos do sudeste asiático, pois existe a possibilidade de desencadear uma resposta regional, com um possível envolvimento americano.
- Para além dos supracitados, outro dos grandes desafios que a China enfrenta no século XXI é ser reconhecida como um interveniente responsável perante o sistema internacional. Para tal, terá de mostrar um maior envolvimento nas instituições internacionais e regionais e manter uma atitude cooperante e transparente. Estas atitudes são bastante importantes, na medida em que o Desenvolvimento pacífico chinês estará sempre dependente do reconhecimento e aprovação da comunidade internacional.



### 3. *STRING OF PEARLS*

#### 3.1 O que é o *string of pearls*?

O *string of pearls* é a designação da modalidade de ação estratégica adoptada pela China, com o objetivo principal de garantir a sua segurança energética. Mais do que uma estratégia regional, o *string of pearls* é uma parte integrante da *grand strategy* chinesa para atingir o estatuto de grande potência e para assegurar o seu futuro económico. O *string of pearls* é um produto da ascensão marítima chinesa, em que cada *pearl* corresponde a umnexo de influência geopolítica ou militar chinesa, sendo escolhidas segundo a sua posição estratégica e pela sua situação relativa às outras *pearls*, criando assim uma corrente. Estas esferas de influência são asseguradas através de relações diplomáticas, militares, geopolíticas ou económicas (Pehrson, 2006), (Lin, 2008), (Lin, 2011) e (Kim, 2011).

Para o estabelecimento duma estratégia do tipo *string of pearls* são necessários três elementos (Lin, 2011):

- Obtenção da garantia de acesso a portos e aeródromos

Isto pode ser alcançado através do estabelecimento de relações diplomáticas estreitas com os países que possuam estas instalações, ou através da modernização ou construção de novas instalações portuárias.

- Manutenção das relações diplomáticas

De modo a assegurar que as vias aéreas e marítimas estarão sempre abertas. Dado que a segurança dum *string of pearls* depende da articulação entre vários locais bastante afastados, é muito importante que cada *pearl* se mantenha segura relativamente a países vizinhos.



- Modernização das Forças Armadas

São necessárias Forças Armadas – em especial a Marinha – modernas para efetuarem uma discussão eficaz a potenciais hostilidades contra uma *pearl* ou contra a liberdade de navegação da zona. Se esta dissuasão não for suficiente, e se se verificar um ataque, as Forças Armadas serão necessárias para defender essa *pearl*. Para além disto, as Forças Armadas são também relevantes para o reforço da diplomacia através de exercícios e outras ações. No anexo 4 encontra-se uma relação dos exercícios militares em que as Forças Armadas chinesas participaram, entre 2006 e 2011.

As *pearls* que integram esta estratégia chinesa consistem em portos, terminais de contentores, aeródromos e estações militares costeiras. Estas estão espalhadas da China até ao Mar Mediterrâneo, através do Oceano Índico, como mostrado na figura 16, abaixo. A disposição das *pearls* foi pensada de modo a estas acompanharem as vias de comunicação marítima de que a China mais depende para a sua segurança energética. Neste sentido, a estratégia do *string of pearls* é implementada de modo a assegurar o apoio mútuo e a contornar ameaças através da criação de alternativas (Pehrson, 2006), (Lin, 2008), (Lin, 2011) e (Kim, 2011).

O termo *string of pearls* foi cunhado por Booz Allen Hamilton, num estudo apresentado ao Departamento de Defesa dos EUA em 2004, onde eram descritos as ações e os objetivos políticos chineses no Oceano Índico no que concerne à segurança energética (Kostecka, 2011).

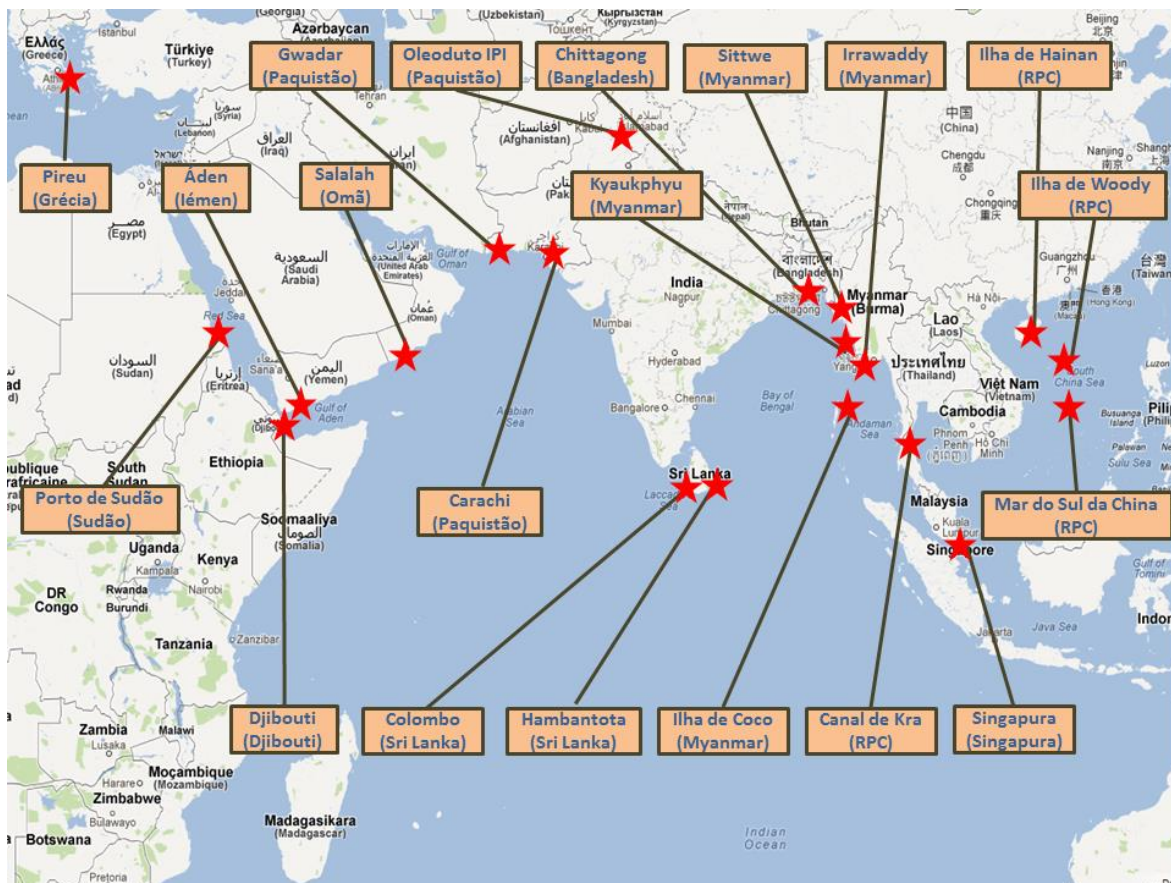


Figura 16 Localização das *pearls* (compilado pelo autor com base em (Pehrson, 2006), (Lin, 2008) (Kaplan, 2009), (Prabhakar, 2009), (Lin, 2011), (Kostecka, 2011) e (Kim, 2011)

### 3.2 Antecedentes

Como seria expectável para uma estratégia desta envergadura, o estabelecimento desta rede geoestratégica tem apresentado desafios a diversos níveis. Uma das principais limitações a nível político é que a China, por imperativo da sua política externa, não pode manter instalações militares ou estacionar militares em território estrangeiro, pois isso contraria o seu princípio de não interferência.



Assim o atesta a Constituição chinesa, ao declarar (People's Republic of China, 1982, p. n.d):

China adheres to an independent foreign policy as well as to the five principles of mutual respect for sovereignty and territorial integrity, mutual non-aggression, non-interference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit, and peaceful coexistence in developing diplomatic relations and economic and cultural exchanges with other countries; China consistently opposes imperialism, hegemonism and colonialism (...).

Esta política de não interferência é uma pedra basilar da política externa chinesa, que pretende demonstrar perante a comunidade internacional que – não obstante o seu crescimento económico e militar – a China será sempre um país pacífico e nunca haverá o risco de se tornar numa potência hegemónica ou visar objetivos imperialistas, como refere o livro branco (ou *white paper*) intitulado *China's National Defense in 2000* (State Council of the PRC, 2000, p. n.d.):

China resolutely opposes hegemonism and power politics, and combats the policies of war, aggression and expansion. China also objects to any country imposing in any form its own political system and ideology on other countries. China does not seek military expansion, nor does it station troops or set up military bases in any foreign country. China opposes arms race, and supports the international community in its efforts to promote world and regional peace, security and stability.

No entanto, devido a motivações como a segurança energética e as missões de combate à pirataria, a China sentiu necessidade de contornar este imperativo da sua política externa, a fim de se adequar à sua realidade estratégica.

Um exemplo desta nova abordagem à sua política externa é a mudança de opinião sobre as operações de manutenção de paz, sob a égide da ONU. No passado, Pequim criticava estas operações classificando-as de violações à soberania dos Estados em questão, mas tem vindo a mudar esta opinião. O marco inicial desta evolução foi em 1992, quando a China enviou quatrocentos engenheiros para o Camboja em missão de manutenção de paz. Desde daí, e até 2011, a China enviou mais de quinze mil elementos para missões de manutenção de paz (Kostecka, 2011).



O gráfico abaixo, na figura 17, representa uma parte dessa tendência, mostrando a contribuição chinesa a nível de tropas, observadores militares, e polícias civis. Esta informação é completada pelo anexo 5.

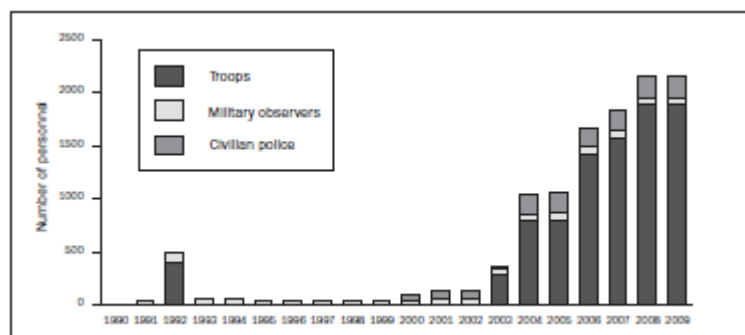


Figura 17 Contribuição chinesa para as missões de manutenção de paz da ONU de 1990 a agosto de 2009  
 Nota: Tropas representam engenheiros e elementos médicos, não forças combatentes (Gill & Huang, 2009).

Outro grande marco evolucionar tomou lugar em 2008, quando a China começou a empenhar navios da Marinha em missões de combate à pirataria no Oceano Índico. Com a participação nestas missões de cooperação a nível internacional, a China pretende mostrar-se perante a comunidade internacional como um país amigável, integrado nas instituições vigentes no sistema internacional, mostrando-se cooperante, relegando o revisionismo, e atuando como um interveniente responsável. Desse modo, espera mostrar-se à altura das expectativas da comunidade internacional. Estas missões da Marinha chinesa têm uma grande significância pois são pioneiras, na medida em que são as primeiras missões de cooperação internacional em que a China envia uma força combatente. Até aí, a participação chinesa nas operações resumia-se, regra geral, ao envio de forças não-combatentes (Nicoll, 2010).

Contudo, o uso de portos estrangeiros pela Marinha chinesa no decurso destas missões personifica uma evolução à abordagem da sua política de não interferência.



Sobre isto, Dai Xu, um Coronel da Força Aérea chinesa e um importante estratega chinês afirmou: “If we make things difficult for ourselves in this matter by maintaining a rigid understanding of the doctrines of nonalignment and the nonstationing of troops abroad, then it will place a lot of constraints on us across the board” (Chase & Erickson, 2009, p. n.d.).

Por outro lado, estas operações de combate à pirataria foram também usadas pela China como mais um pretexto para o estabelecimento de pontos de apoio no estrangeiro, dando a justificação de que esta rede logística é uma extensão lógica das missões da Marinha chinesa no âmbito do combate à pirataria, das operações manutenção de paz, da assistência a catástrofes e das missões humanitárias. Este conceito não é inédito, pois foi adotado por vários países como os EUA e a França, que chegaram a acordo com países como o Djibouti, a fim de assegurar o apoio logístico aos navios envolvidos no combate à pirataria no Oceano Índico (Kostecka, 2011).

Como visto, a estratégia do *string of pearls* é um elemento de peso no apoio desta nova abordagem da política externa por parte da China. Prova disso é que já existe uma rede logística e geopolítica regional a tomar forma (Kostecka, 2011).

Não se pense, no entanto, que estes pontos de apoio são equiparáveis a bases militares ao estilo americano, já que estas representariam elevados custos financeiros e políticos para Pequim, ao passo que apresentariam um valor estratégico questionável como refere (Kostecka, 2011, p. 74): “China’s investment in the construction of commercial port facilities (...) is presented as evidence that China is seeking to build naval bases in the Indian Ocean. However, converting these facilities into bases, viable in wartime, would require billions of dollars in military equipment and infrastructure. Even then, their exposed positions would make their wartime utility dubious against an enemy equipped with long-range precision-strike capability”.



Apesar do estreitamento das relações diplomáticas e económicas, é certo que ainda não foi tornado público qualquer acordo formal entre a China e os Estados onde estão localizadas as *pearls*, relativamente ao apoio logístico proporcionado à Marinha chinesa. Mas, como refere o Professor Shen Dingli, da Universidade de Fudan: “Whether the overseas military base has a proper name is not important. What is important is to contact the host countries which would allow our ships to harbor and provide the facilities for our navy soldiers to take a rest” (Dingli, 2010).

### 3.3 Motivações

Segundo Kim (2011) e Kostecka (2011), as motivações para o estabelecimento do *string of pearls* são as seguintes:

- Assegurar o fluxo de recursos energéticos;
  - Acesso a novos mercados;
  - Controlo do ciclo de produção e das rotas de abastecimento;
  - Desenvolvimento social e estabilidade política;
  - Neutralizar a competição;
  - Desbloquear os pontos de estrangulamento utilizando a combinação de portos e oleodutos;
  - Apoio logístico à Marinha chinesa durante as missões de combate à pirataria.
- 
- Assegurar o fluxo de recursos energéticos

Como visto, a sobrevivência da economia chinesa e do próprio PCC está intimamente ligada com a sua capacidade de assegurar o fluxo de recursos energéticos. De facto, a China apresenta-se atualmente como o segundo maior consumidor mundial de petróleo, e com tendência para aumentar a sua necessidade à medida que caminha no século XXI.



E assegurar acesso à energia passa por assegurar acesso a portos e oleodutos, e por garantir a segurança das suas vias de comunicação marítima (Kim, 2011).

Se por um lado o controlo sobre um porto significa que as rotas marítimas se manterão abertas, o desenvolvimento das infraestruturas também é importante pois possibilita a diminuição do tempo de viagem e dos períodos de reparação. Em relação ao caso chinês Kim (2011, p.26) afirma: “In like manner, not only do ports have to be developed, operated and secured from other neighboring states, each port has to be interlinked to one another to form a conduit that can ultimately lead back to China”. Relativamente ao Oceano Índico, a manutenção da segurança das vias de comunicação marítima é vital, já que 84% das importações chinesas de recursos energéticos são transportadas por via marítima do Oceano Índico até à China, via Estreito de Malaca (83%) e Estreito de Sunda (1%) (Kim, 2011) e (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011).

Através do *string of pearls*, a China visa otimizar e garantir a segurança do transporte dos recursos energéticos através do estabelecimento e controlo de portos, criando deste modo uma rede autossustentada e estreitamente interligada (Kim, 2011).

- Acesso a novos mercados

Outra das motivações para o desenvolvimento do *string of pearls* é o acesso a novos mercados, derivando este em duas vertentes principais.

A primeira, consiste na exploração dos mercados emergentes proporcionados pelos países com os quais a China mantém contato. Estes países em desenvolvimento apresentam uma classe média emergente que se mostra ansiosa por consumir produtos chineses, o que beneficia a economia chinesa. E a China, para além de ter de garantir a entrada contínua de recursos energéticos, necessita também de assegurar o escoamento dos seus produtos. Para tal, é essencial a manutenção da segurança ao longo das vias de comunicação marítima.



A segunda vertente deste acesso a novos mercados é protagonizada pelas empresas chinesas, que vêm nos projetos acordados nos países anfitriões excelentes oportunidades comerciais, já que os projetos financiados pela China encabeçam geralmente o uso de empresas e mão-de-obra chinesas (Kim, 2011).

Exemplos desta situação são a construção do porto de Hambantota (descrito adiante) e da beneficiação da rede rodoviária de Myanmar: neste projeto foram criados quarenta mil postos de trabalho para operários chineses, sendo que vinte mil mantiveram-se no país para assegurar a reparação e manutenção das estradas (Kim, 2011).

Por trás desta abordagem chinesa está uma estratégia financeira, já que a China, através dos pagamentos efetuados às suas empresas, vê ressarcidos os seus apoios estatais, minimizando a saída de moeda estrangeira. “This self-reinforcing cycle of ‘inter pocket money transfers’ means China forks out money under the pretext of assisting the host country in its infrastructure development only to get it back later in payments to Chinese businesses that help with the construction of these projects” (Kim, 2011, p. 27)

No entanto, esta estratégia não é incólume, já que desperta no Estado hospedeiro um sentimento nacional de insatisfação, dado o sentimento generalizado que o povo nacional ganha pouco ou nada com estes investimentos (Kim, 2011).

- Controlo do ciclo de produção e rotas de abastecimento

Como explicado anteriormente, a China atribui uma importância de segurança nacional à sua segurança energética. No entanto, recusa-se a comprar petróleo no mercado por defender que dessa maneira resguarda-se da dependência em multinacionais e nas flutuações do preço de mercado. Ao invés, a China escolheu negociar individualmente com cada Estado exportador a fim de assegurar as suas necessidades energéticas. Esta abordagem traz complicações potencialmente significativas, já que se traduz numa dependência de Estados instáveis que podem provocar uma quebra no fluxo energético se entrarem em guerra ou situação de crise (Kim, 2011). A figura 18, abaixo, demonstra isso, na medida em que vários Estados exportadores de recursos energéticos para a China apresentam-se como instáveis.

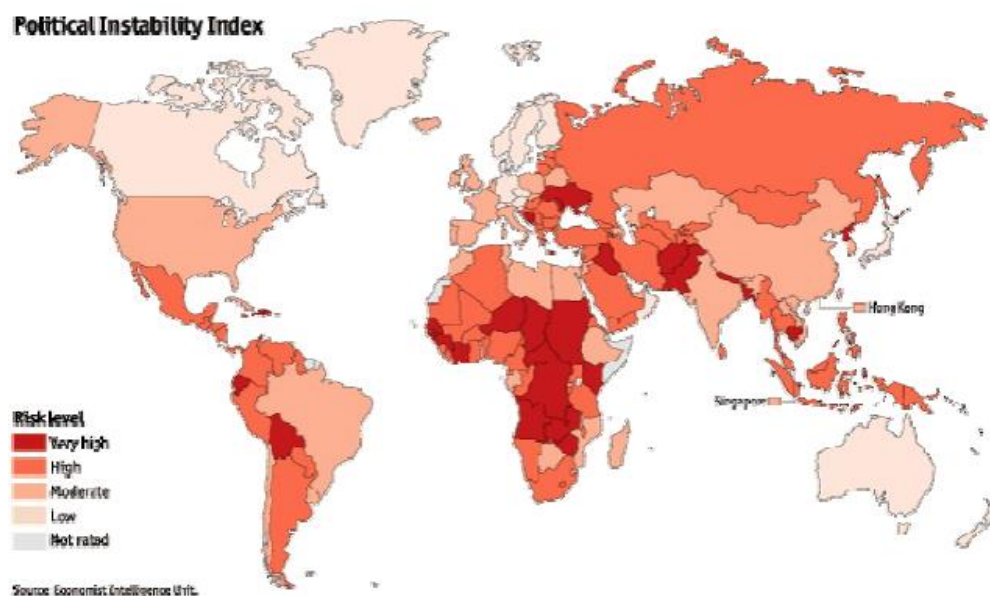


Figura 18 Índice de instabilidade política (Lança, 2011)

Ciente disto, a China desenvolve ações diplomáticas e políticas já que, protegendo o regime político vigente e controlando as infraestruturas energéticas e de distribuição, obtém um controlo muito mais rigoroso do fluxo energético (Kim, 2011).

Exemplo destas ações diplomáticas e políticas é o caso do Sudão, onde foram estacionados cerca de 4000 elementos paramilitares, a fim de proteger os interesses petrolíferos chineses. Para além disto a China vetou em 2004 resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas contra o Sudão, eximindo-o das subseqüentes sanções (Zweig & Jianhai, 2005).

Para além de controlar a produção, a China também tem por objetivo controlar o transporte dos recursos energéticos pois, controlando as rotas comerciais, garante a diversidade na aquisição de recursos e auxilia a contornar os picos de preços.



- Desenvolvimento social e estabilidade política

Outra das motivações para o desenvolvimento do *string of pearls* é o desenvolvimento social e a estabilidade política, já que 1,3 mil milhões de pessoas contam com o PCC para garantir a sua prosperidade. A situação social chinesa é agravada por fatores como a disparidade da qualidade de vida das províncias litorais relativamente às províncias interiores chinesas, já que estas pouco beneficiaram com a industrialização chinesa. Para além de dinamizar a economia através do fornecimento de energia, o *string of pearls* desenvolve também as regiões chinesas mais desfavorecidas como Xinjiang e Yunnan, já que os projetos derivados desta estratégia criam oportunidades de trabalho e oportunidades para as empresas (Kim, 2011).

Exemplos disso são os projetos da China National Petroleum Corporation (CNPC) em construir o oleoduto que liga o porto de Kyaukphyu (Myanmar) à cidade chinesa de Kunming (província de Yunnan), avaliado em 1,5 mil milhões de Dólares; os acessos ferroviários e rodoviários que ligam a província chinesa de Xinjiang ao porto paquistanês de Gwadar, através da passagem de Khunjerab; e o campo petrolífero de Uzen e respectivo oleoduto que liga o Cazaquistão à província chinesa de Xinjiang, avaliado em 4,4 mil milhões de Dólares (Kim, 2011). No caso de Myanmar, Walsh (2007) afirma que mais de um milhão de chineses migraram para esse país, para trabalhar.

- Neutralizar a competição

Por outro lado, a China está também ciente que não é a única potência mundial na corrida aos recursos energéticos, nomeadamente o petróleo. Corrida esta que irá intensificar-se no século XXI, sendo disputada por todas as nações mundiais, sendo os principais consumidores a China, os EUA a Índia e o Japão (Kim, 2011).

Com base neste cenário, a China vem tentando, de várias maneiras, limitar o acesso a recursos energéticos aos seus concorrentes, sendo a Índia o exemplo mais evidente desta atuação. Nesse sentido, a China usa todas as ferramentas diplomáticas, económicas e militares para vedar a influência indiana sobre os países ricos em recursos energéticos (Kim, 2011).



Para tal, a China tenta vedar o acesso da Índia a portos estratégicos, às rotas marítimas e terrestres e a contractos de oleodutos. Neste último ponto há a ressaltar a estratégia concertada que existe entre o Estado chinês e as empresas: “State sponsored Chinese companies routinely outbid various Indian companies for oil and gas concessions by paying artificially high prices for resources. Such generous bids are deliberately designed to erode India’s ability to develop meaningful business relationships with the host State on any significant scale” (Kim, 2011, p. 30).

Outra das características da diplomacia chinesa que tem por objetivo a garantia da segurança energética é que a China não restringe as relações diplomáticas e económicas a nenhum país. “By sticking to its hallmark of remaining amoral and coupled with its willingness to deal with just about anyone, irrespective of ideological orientations, China’s quest for ‘pearls’ reflects its enlightening pragmatism, instrumentality and flexibility in its foreign policy. It also attests to Beijing’s determination to do anything and everything to ensure secure access to energy resources” (Kim, 2011, p. 25).

No prolongamento dessa estratégia, a China faz igualmente uso do seu poder de veto junto do Conselho de Segurança das Nações Unidas. De facto, ao proteger Estados que estão na mira da comunidade internacional e em vias de sofrer sanções, a China vê favorecida a sua posição relativamente a esses países. Esta manobra política já granjeou concessões petrolíferas em países como o Equador, Myanmar e o Irão (Kim, 2011).

- Criação de alternativas aos pontos de estrangulamento utilizando a combinação de portos e oleodutos

Como já apresentado, um dos principais fatores para a existência duma estratégia de segurança energética chinesa é o facto de grande parte das rotas marítimas passarem por pontos de estrangulamento, o que se traduz numa vulnerabilidade estratégica. O Golfo de Áden é repetidamente alvo de ataques piratas. O Estreito de Ormuz vive na ameaça de ataques terroristas e de ser bloqueado caso um conflito entre Teerão e Washington seja despoletado. Por último, o Estreito de Malaca, uma faixa de água por onde passam 83%



das importações chinesas de petróleo e que no seu ponto mais estreito mede apenas 1,5 milhas náuticas de largura, onde as colisões são constantes e onde os navios mercantes são um alvo apetecível para piratas e terroristas. Para além disto, o Estreito de Malaca vive sobre a contínua ameaça de um bloqueio, destacando-se um eventual bloqueio perpetrado pela Marinha americana à navegação chinesa, na eventualidade dum conflito sobre Taiwan (Kim, 2011). Representando pois a artéria carótida de petróleo chinês Storey declarou “It is no exaggeration to say that whoever controls the Strait of Malacca will also have a stranglehold on the energy route of China” (Storey, 2006).

Neste aspecto o *string of pearls* desdobra-se em dois objetivos. Se por um lado pretende assegurar a livre navegação nestes pontos de estrangulamento, por outro tenta diminuir igualmente a dependência nestes, construindo para tal oleodutos, gasodutos e caminhos-de-ferro em locais estrategicamente escolhidos ao longo do Oceano Índico e com acessibilidades marítimas mais fáceis (Kim, 2011).

Exemplos destas alternativas são os projetos atrás referidos de oleodutos com início em Kyaukphyu (Myanmar) e em Gwadar (Paquistão) que visam ligar por meio terrestre o Oceano Índico às províncias chinesas de Yunnan e Xinjiang, respetivamente.

- Apoio logístico à Marinha chinesa durante as missões de combate à pirataria

As missões de combate à pirataria conduzidas pela Marinha chinesa desde 2008 vieram apresentar um considerável desafio logístico. Este desafio consiste em providenciar bens como combustível, alimentos, e outros serviços como reparações às unidades navais. Para além disso também é considerada a prestação de cuidados de saúde às guarnições, assim como a necessidade de descanso e da manutenção física dos militares. Como refere (Kostecka, 2011, p. 60): “port calls for rest and replenishment by PLAN ships deployed for counterpiracy operations, negotiation of defense agreements, and military engagement through goodwill cruises and exercises show that a regional support network is already taking shape”.



Através do reforço das relações com Estados amigos, a China visa assegurar aos seus navios todos estes elementos numa forma rápida e sem sobressaltos. Como contrapartida por este apoio, a China tem a possibilidade de proporcionar apoio militar nas áreas do treino, equipamento e educação. Esta situação não é inédita: através da celebração do *United States–Singapore Memorandum of Understanding*, a permissão do acesso da Marinha americana à base naval de Changi em Singapura foi moeda de troca para o treino da Força Aérea de Singapura nos EUA (Kostecka, 2011).

### 3.4 Estabelecimento do *string of pearls*

Para o estabelecimento de cada *pearl*, a China utiliza todas as ferramentas ao seu dispor dividindo os seus esforços em duas fases principais (Kim, 2011):

1. Diplomacia do Dólar, ou *Dollar diplomacy*, e construção de infraestruturas;
2. Estabelecimento numa relação de interesse mútuo: fomento numa relação ganho-ganho.

1. *Dollar diplomacy*, e construção de infraestruturas

Shee Poon Kim, no seu artigo *An Anatomy of China's String of Pearls*, afirma que as relações entre a China e um Estado anfitrião começam com ofertas comerciais ou visitas diplomáticas de altas entidades chinesas ao país. Após este passo inicial ser dado, a China aplica a chamada diplomacia do Dólar, que se traduz na atribuição de subsídios, pacotes de ajuda económica, empréstimos, no fornecimento de materiais e na cedência de especialistas técnicos. Através desta generosa dose de investimentos, estes países são induzidos a um apetecível mas subliminar crescimento económico. No entanto, esta injeção de investimentos induz o país anfitrião a uma grande dependência de empréstimos de baixo custo associado, a que muitos países têm dificuldade em recusar. Exemplo desta situação é Timor-Leste onde a China, motivada pelas abundantes reservas timorenses de petróleo e gás natural, lançou-se na construção de grande parte dos edifícios



governamentais, utilizando para tal fundos, materiais e mão-de-obra chineses. Outros exemplos desta situação são projetos em países como Papua-Nova Guiné, República das Fiji, República do Vanuatu e Ilhas Salomão (Baker, 2010) e (Kim, 2011).

Esta política é favorecida pelo facto de grande parte dos países anfitriões serem bastante pobres, o que se traduz numa grande necessidade de financiamento e torna os empréstimos de baixo custo associados chineses ainda mais apetecíveis. Para além disso, e dado que a China desenvolve relações bilaterais com Estados relegados pela comunidade internacional, países como o Paquistão, o Irão e o Bangladesh têm assim oportunidade de obter financiamento de modo acessível (Kim, 2011).

Esta diplomacia do Dólar é consubstanciada maioritariamente com a construção de infraestruturas nomeadamente: estradas; caminhos-de-ferro; autoestradas; portos; aeródromos militares e bases navais. É também cada vez mais comum que, após o desenvolvimento de vias de comunicação e infraestruturas, sejam construídos oleodutos. Exemplo disso é o oleoduto Myanmar-China que transporta petróleo e gás natural da Baía de Benguela até à província chinesa de Yunnan. Este mega investimento renderá a Myanmar 29 mil milhões de Dólares durante 30 anos (Kim, 2011).

2. Estabelecimento duma relação de interesse mútuo: fomento duma relação ganho-ganho.

O segundo passo deste estreitamento de laços entre a China e o Estado anfitrião passa por imiscuir-se nos investimentos efetuados pelas entidades locais. “Recognizing that its interests are best served by amalgamating the host countries’ stakes with its own, Beijing also strives to seek a confluence of interest with the host States’ stakeholders in the construction of its infrastructure” (Kim, 2011, p. 24). Exemplo disso é o apoio à construção do porto de Gwadar (Paquistão) que será abordado mais à frente.

Outra das ferramentas diplomáticas utilizadas pela China é a venda de armas aos Estados detentores de *pearls*, em favorecimento das relações bilaterais. Esta venda de armas é ainda mais apetecível, na medida em que vários desses Estados têm bastante



dificuldade em adquirir armas no estrangeiro, devido ao ostracismo a que foram votados pela comunidade internacional (Lin, 2008).

Para além do reforço das relações bilaterais, estas vendas de armas são importantes para a China na medida em que possibilitam aos Estados receptores debelar ameaças internas e combater atores não estatais como terroristas, o que contribui para a manutenção da segurança dos interesses chineses nesse país. Para além disto, permite a esses países afirmarem-se perante os seus vizinhos. Este último ponto tem especial importância no que concerne à Índia, pois deste modo a China espera aumentar o grau de contenção relativamente a Nova Déli (Lin, 2008). A nível mundial, estima-se a que a China tenha vendido armas convencionais no valor de 11 mil milhões de Dólares, entre 2005 e 2010, na proporção enunciada na figura 19 (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011).

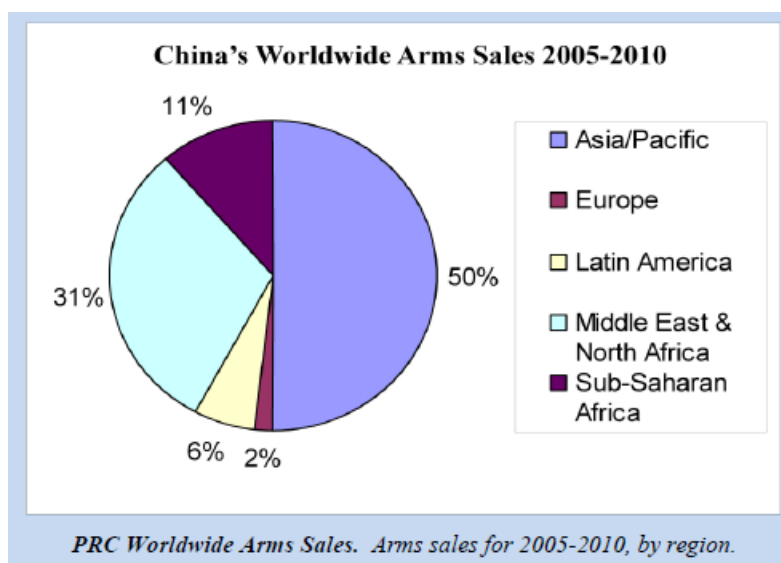


Figura 19 Destinos das vendas de armas chinesas, entre 2005 e 2010 (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011)



### 3.5 Objetivos operacionais

Quanto aos objetivos estratégicos operacionais. Prabhakar (2009) afirma serem:

- Desenvolver capacidades de dissuasão a um Estado que tenha intenções de comprometer as interações estratégicas e comerciais chinesas com outros países.

Este objetivo foi estabelecido com base na vulnerabilidade que a China apresenta perante a geografia e a importância das relações (comerciais e não comerciais) que mantém com o resto do mundo. De facto, a China tem presente que, no decorrer do seu Desenvolvimento pacífico, poderão haver ações hostis das potências mundiais ou regionais. O caso mais flagrante dessa situação é uma ação de interdição das vias de comunicação marítima em tempo de crise ou de guerra. Para prevenir e dissuadir esse tipo de situações, a Marinha chinesa está a operar de modo a garantir uma presença naval ao longo dos litorais, distribuindo o seu dispositivo de submarinos e restantes unidades navais ao longo das áreas de maior relevância de modo a executarem ações de vigilância (ou *surveillance*)<sup>14</sup>, e dissuasão.

- Assegurar e proteger os interesses energéticos chineses de agentes não estatais

Este objetivo foi formulado com base no aumento de ameaças não estatais, nomeadamente na zona arquipelágica do sudeste asiático onde a pirataria e os ataques terroristas têm vindo a aumentar, e na zona ocidental do Oceano Índico onde a pirataria prolifera. A nível continental, a China está a braços com grupos terroristas da Ásia central e grupos separatistas na sua província de Xinjiang. Por estas razões, a China vê o seu comércio marítimo como um alvo altamente apetecível para estes grupos criminosos.

- Confrontar as grandes potências navais enquanto estabelece um domínio regional, a par de garantir a hegemonia regional, deslocalizando as grandes potências económicas do Oceano Índico e da zona oeste do Pacífico.

---

<sup>14</sup> Vigilância consiste na observação sistemática dos meios de superfície, sub-superfície e aéreo e de lugares pessoas ou objetos através de meios visuais, acústicos, electrónicos, fotográficos etc. (Department of Defense of the USA, 2010).



- Afirmar-se como potência naval perante os seus adversários

Este objetivo é consubstanciado no aumento da capacidade de projetar força para a zona de modo a ter capacidade de desafiar e atingir objetivos militares em situação de crise ou guerra.

- Reforçar a sua capacidade de dissuasão a partir do mar.

Este objetivo vai de encontro às grandes potências regionais e traduz-se no emprego dos seus submarinos balísticos nucleares (*Ballistic Missile Submarine Nuclear Propulsion*, SSBN) e submarinos nucleares de ataque (*Attack Submarine Nuclear propulsion*, SSN), através de projeção avançada destes meios e de ações de patrulhamento na região.

Como visto, estes objetivos operacionais denotam que a China tem uma estratégia clara e ambiciosa no Oceano Índico. Sobre isto, Prabhakar conclui (2009, p. 11):

The 'String of Pearls' thus provides China an integrated defense strategy that would enhance its maritime presence reinforcing its trade and security strategy. The 'string of pearls' provides China with a reinforced access in every region where its maritime trade plies. It serves as a reminder to its rivals and adversaries a stark reminder that China would use ruthless methods to capture access.



### 3.6 Análise das *pearls*

São de seguida elencadas as *pearls* estabelecidas pela China. Estas estão ordenadas de oriente para ocidente.

- Projeto da construção do Canal de Kra, Tailândia

A China apresentou um projeto para a construção dum canal no istmo de Kra, no valor de 20 mil milhões de Dólares. Este canal teria por objetivo reduzir a dependência estratégica no Estreito de Malaca e a redução do tempo e custos de navegação nos navios que navegassem do Oceano Índico para a China (Lin, 2011).

- Porto de Singapura, República de Singapura

As boas relações diplomáticas entre a China e Singapura devem-se à existência de uma grande comunidade de etnia chinesa na região e à importância geográfica desta cidade-Estado, situada no Estreito de Malaca, sendo o ponto de estrangulamento com maior importância geopolítica para a China, já que 83% do petróleo destinado à China passa por aqui. Deste entendimento bilateral nasceu um Acordo de Defesa, assinado em janeiro de 2008. Outro exemplo do estreitamento das relações diplomáticas entre estes dois países é a participação de meios navais chineses no exercício multilateral IMDEX. No seguimento destas boas relações, Singapura tem sido um ponto de apoio de navios chineses no combate à pirataria, com a visita de vários navios da Marinha chinesa para reabastecimento (Kostecka, 2011).

Existem, no entanto, alguns constrangimentos à utilização deste porto. O primeiro é que os Estados ribeirinhos do Estreito de Malaca (Singapura, Malásia e Indonésia) são relativamente sensíveis às operações militares estrangeiras no estreito. A outra é que Singapura também tem uma relação bastante estreita com os EUA, consubstanciada no *Singapore Memorandum of Understanding*, um Acordo bilateral que aprova o uso da base naval de Changi pela Marinha americana (Kostecka, 2011).



Apesar destes constrangimentos espera-se que a Marinha chinesa continue a visitar regularmente Singapura, tanto para reabastecer como no âmbito de exercícios navais ou demais ações diplomáticas (Kostecka, 2011).

- Instalações de recolha de informações (ou intelligence)<sup>15</sup> na Ilha Coco, Myanmar

A china investiu na construção de instalações de recolha de informações em Yangon Haingyi Akyab Mergui, Ilha Coco (Prabhakar, 2009). Estas instalações têm por objetivo monitorizar as instalações de lançamento de mísseis indianas nas Ilhas Andamão e os movimentos das Marinhas estrangeiras, principalmente da indiana e americana. Estas instalações têm a capacidade de recolha de *Signals Intelligence* (SIGINT) e de *Electronic Intelligence* (ELINT), e são constituídas por uma antena de 45/50m de altura, radares e outros equipamentos eletrónicos (Lin, 2008) e (Prabhakar, 2009).

- Porto e oleoduto em Kyaukphyu, Myanmar

Em 2009 a China, através da sua CNPC, iniciou o financiamento da construção do oleoduto que liga Kyaukphyu (Myanmar) a Kunming (província chinesa de Yunnan). Com a extensão de 1450km, este investimento está avaliado em 1,5 mil milhões de Dólares (Kim, 2011). O objetivo é novamente diminuir a dependência do Estreito de Malaca e desenvolver a província de Yunnan, uma das províncias chinesas menos desenvolvidas. Para além disso, também foi iniciada, em 2008, a construção dum porto de águas profundas, servindo de ponto de ligação dos petroleiros para o oleoduto (Kim, 2011).

---

<sup>15</sup> Informações é o produto resultante da compilação, processamento, integração, avaliação, análise e interpretação de informação disponível sobre nações estrangeiras, forças ou elementos hostis e potencialmente hostis ou ainda sobre áreas de operações. Este termo também é aplicado à atividade que resulta no produto (Department of Defense of the USA, 2010).



- Porto de Colombo, República Democrática Socialista do Sri Lanka

A China mantém relações diplomáticas estáveis e cooperantes com o Sri Lanka, materializadas nas ajudas económicas providenciadas, e no apoio a projetos de construção de infraestruturas. A relação militar também tem vindo a ser estreitada, tendo a China apoiado a luta do Governo cingalês contra os separatistas Tigres Tamil (Tigres de Libertação do Tamil Eelam), tendo inclusive fornecido ao Sri Lanka de sete caças F-7G, em 2008 (Kostecka, 2011).

Colombo apresenta o maior porto e a maior base naval cingalesa, e a Marinha chinesa tem utilizado este porto regularmente para reabastecimento.

Apesar da sua posição geográfica ser relevante, devido à sua proximidade às principais vias de comunicação marítima, a utilização do porto de Colombo pela Marinha chinesa é sensível, devido a proximidade do Sri Lanka à Índia, correndo o risco de antagonização.

- Porto em Hambantota, República Democrática Socialista do Sri Lanka

A China lançou-se também na construção dum porto em Hambantota, já que este é um porto bastante importante para o reabastecer a Marinha chinesa aquando de ações de patrulhamento no Índico (Prabhakar, 2009). Com um custo inicial de 360 milhões de Dólares, é um bom exemplo da política chinesa dos dois bolsos: 85% do financiamento inicial foi feito pelo China's Exim Bank e a construção ficou a cargo de duas empresas chinesas, a China Harbour Engineering Company e a Sinohydro Corporation (Kim, 2011).

- Porto de Carachi, República Islâmica do Paquistão

A relação diplomática entre a China e o Paquistão começou em 1951, sendo bastante coesa e cooperante (Afridi & Bajoria, 2010). Prova desta boa relação diplomática é a participação regular da Marinha chinesa nos exercícios multilaterais AMAN, que são patrocinados pelo Paquistão (Kostecka, 2011).



Carachi é um dos pontos de apoio da Marinha chinesa no combate à pirataria, sendo visitada com alguma regularidade. Das suas vantagens salientam-se importantes instalações de construção e reparação naval e a proximidade à base aeronaval PNS Mehran, que opera os helicópteros chineses Z-9EC. Dadas as excelentes relações entre os dois países, é bastante plausível que o Paquistão providencie eventuais reparações, a pedido da Marinha chinesa (Kostecka, 2011).

Apesar de estar a mais de 1000 milhas náuticas do Golfo de Áden, o que inviabiliza o apoio logístico frequente, as excelentes relações sino-paquistanesas fomentaram as visitas da Marinha chinesa a Carachi, tanto no âmbito da participação de exercícios como em trânsito de, e para, o Golfo de Áden (Kostecka, 2011).

- Porto de Gwadar, República Islâmica do Paquistão

A importância de Gwadar está ligada à sua localização nevrálgica, junto ao Estreito de Ormuz, tornando-se preponderante no que concerne à segurança energética chinesa. Gwadar é muito importante para a China, na medida em que esta ambiciona ligar o porto de Gwadar à China, via oleoduto e via autoestrada do Caracórum, numa tentativa de depender menos dos vários pontos de estrangulamento. Por outro lado, é também um excelente ponto de monitorização do tráfego marítimo e das manobras de marinhas concorrentes à saía do Estreito de Ormuz, nomeadamente a americana e a indiana (Prabhakar, 2009).

Para além da China, o Paquistão também beneficiou bastante com a modernização do porto de Gwadar. Em primeiro lugar, por fornecer uma alternativa ao porto de Carachi, onde está estacionada grande parte da Marinha paquistanesa. Esta vantagem é aumentada por Gwadar distar mais 450km da fronteira indiana que Carachi. Este facto cria uma alternativa ao Paquistão para estacionar os seus submarinos e meios navais de superfície, o que se pode fazer a diferença em caso dum bloqueio indiana (Prabhakar, 2009). Esta situação não é inédita, já que o porto de Carachi foi alvo dum bloqueio durante a Guerra Indo-Paquistanesa, em 1991. Para além disso, a Índia voltou a mostrar esta capacidade e vontade em 1999, quando mostrou capacidade naval necessária e ameaçou bloquear Carachi, durante o conflito de Kargil (Pehrson, 2006).



A China ajudou bastante na construção do porto de Gwadar, injetando 198 milhões de Dólares na fase inicial do projeto, quatro vezes mais que o investimento paquistanês. Para mais, contribuiu com 200 milhões de Dólares para a construção da autoestrada que liga Gwadar a Carachi (Kim, 2011).

No entanto, o porto de Gwadar apresenta algumas desvantagens. Por um lado está situado numa zona altamente exposta, numa região do Paquistão subdesenvolvida e com fracos acessos rodoviários. Além do mais, a província paquistanesa do Baluchistão, onde está localizada a cidade portuária de Gwadar, é conhecida pela sua instabilidade, tendo até havido ataques a trabalhadores chineses em várias ocasiões (Kostecka, 2011).

Não obstante, Gwadar cada vez mais se apresenta como um pivô geoeconómico e geoestratégico bastante importante, tanto para o Paquistão como para a China.

- Porto de Salalah, Sultanato de Omã

Salalah tem uma localização estratégica, e a China e Omã mantém uma relação diplomática coesa e rentável. Muita desta relação comercial está ligada aos recursos energéticos omanenses, dado que a exportação de petróleo representa 90% de todo o comércio bilateral entre ambos. De facto, há bastantes anos que a China se apresenta como o maior comprador de petróleo omanense, representando 40% das exportações de petróleo de Omã. Para além do petróleo, a China está também interessada em gás natural. Nesse sentido, a China National Offshore Oil Corporation celebrou em setembro de 2008 um avultado acordo de compra e venda da Qalhat LNG of Oman (Kostecka, 2011).

A nível diplomático, a ação mais significativa foi tomada em 2003, quando a Guarda Real omanense adquiriu à China cinquenta veículos armados WZ-551 (Kostecka, 2011).

Como ponto de apoio logístico, Salalah apresenta-se como o porto mais visitado pela Marinha chinesa – só em agosto de 2010, Salalah recebeu por dezoito vezes os navios da Marinha chinesa. Os navios da Marinha chinesa utilizaram Salalah pela primeira vez durante a segunda rotação (2009), sendo um porto onde, para além de reabastecer



logisticamente um navio, estão reunidas as condições de segurança para licenças e descanso das guarnições (Kostecka, 2011).

Para além disso, Salalah opera igualmente um dos principais terminais de contentores na região, estando localizado num ponto-chave, já que está situado a menos de 100 milhas náuticas de uma das principais vias de comunicação marítima (Kostecka, 2011).

- Porto de Áden, República do Iémen

Os dois países mantêm relações saudáveis sendo parceiros económicos relevantes. Esta relação assume particular importância devido aos problemas internos e necessidade de ajuda económica iemenita.

Geograficamente, Áden é um porto privilegiado, situando-se na parte ocidental do Golfo de Áden, junto ao Estreito de Bab-el-Mandeb, o ponto de estrangulamento que separa o Mar Vermelho do Golfo de Áden.

Uma parte significativa das relações comerciais entre estes dois países deve-se ao petróleo, já que a China é o maior importador de petróleo iemenita. Em 2005, a empresa petrolífera Sinopec celebrou um contrato no valor de 72 milhões de Dólares com o governo iemenita, a fim de expandir a prospecção e produção de petróleo na região oriental do Iémen (Zambelis, 2006).

No entanto, a China não vê com bons olhos Áden, devido à presença ativa da Al-Qaeda na área – incluindo alguns líderes. Para além disto, estão também presentes na memória chinesa o ataque ao USS Cole (DDG 67) em 2000, e a tentativa de ataque do avião da companhia Northwest Airlines por membros da Al-Qaeda, em 2009.

Por estas razões, prevê-se que a Marinha chinesa continue a utilizar o porto de Áden para fins logísticos, apesar de este não granjear a total confiança de Pequim.



- Porto de Djibouti, República do Djibouti

A China e o Djibouti mantêm relações bilaterais desde 1979, sendo consideradas saudáveis, de onde se destaca a assinatura um acordo de cooperação técnico e económico. Nesse âmbito, foram assinados até ao ano de 2012 quatrocentos e setenta e oito contractos, tendo a China desenvolvido projetos de apoio, que se traduziram na construção de vários edifícios públicos. (Chinese Foreign Ministry, 2006).

O Djibouti está localizado numa posição estratégica, devido à sua proximidade ao Estreito de Bab-el-Mandeb.

Até 2011, o Djibouti foi visitado por quatro navios da Marinha chinesa no âmbito do combate à pirataria. Para além disso, em 2010 teve lugar a visita ao Djibouti do moderno navio hospital chinês Anwei (AH 866), numa visita diplomática muito mediatizada, onde o navio prestou apoio médico aos habitantes locais (Kostecka, 2011).

O Djibouti é um local muito importante no combate à pirataria, já que está aí localizado o quartel-general da European Naval Force Somalia (EU NAVFOR) – Operação ATALANTA, a força naval europeia destacada para combater a pirataria no Oceano Índico. Para além disto, estão também estacionadas forças de vários países no âmbito do apoio logístico como os EUA, a França, Alemanha, Coreia do Sul e Japão (Kostecka, 2011).

Outra das características importantes do Djibouti é a sua proximidade ao Sudão e à Etiópia, já que 40% dos militares chineses envolvidos em missões de manutenção de paz estão estacionados no Sudão. Para além disso, operários petrolíferos chineses foram assassinados em ambos os países. Neste contexto, seria muito mais fácil organizar uma operação de evacuação de não combatentes (Non-combatant Evacuation Operation, NEO) havendo uma presença chinesa no Djibouti (Kostecka, 2011).

Apesar da existência de Forças Armadas de vários países no Djibouti proporcionar a vantagem dum clima de segurança, este facto é uma das razões que leva a China a não escolher este porto como um ponto de apoio logístico principal, argumentando que a numerosa presença militar estrangeira provoca desconforto à Marinha chinesa. Apesar de não ostentar a importância de Salalah ou de Áden para o apoio às operações da Marinha chinesa no Golfo de Áden, é provável que a Marinha chinesa continue a usar o Djibouti como ponto de apoio ocasional (Kostecka, 2011).



- Porto de Pireu, Grécia

O porto de Pireu em Atenas é, segundo Lin (2011), a última e mais ocidental das *pearls* chinesas.

A nível comercial, a aproximação da China ao porto de Pireu deu o seu passo mais significativo em junho de 2010, quando a China Ocean Shipping Company (COSCO) adquiriu a gestão e o controlo operacional dum importante cais comercial, num acordo avaliado em 2,8 mil milhões de Libras Esterlinas, e que se estende por um prazo de 35 anos, com a possibilidade de expansão. Com este acordo, a China aproximou-se da Grécia, o país que controla um quinto da frota mercante mundial, sendo o maior cliente dos estaleiros navais chineses (Lin, 2011).

Para além do porto de Pireu, a China tem intenção de apoiar os endividados caminhos-de-ferro gregos, construir um aeroporto na Ilha de Creta e um centro logístico a norte de Atenas (Lin, 2011).

A nível das relações diplomáticas entre a China e a Grécia, nota-se a visita de navios da Marinha chinesa ao porto de Pireu e o encontro das chefias militares gregas com o Ministro da Defesa chinês em 2010, a fim de fomentar a cooperação militar entre os dois países (Lin, 2011).

Com esta aproximação ao porto de Pireu, a China visa aproximar-se dos mercados emergentes do Mar Negro e Mediterrâneo (Lin, 2011).



Para além destas, são também consideradas *pearls*:

- Instalações militares recentes construídas na Ilha de Hainan, RPC (Pehrson, 2006) e (Lin, 2011);
- Um aeródromo na Ilha de Woody, RPC (Pehrson, 2006) e (Lin, 2011);
- Plataformas petrolíferas e navios de pesquisa oceanográfica no Mar do Sul da China (Lin, 2011);
- Porto de águas profundas em Sittwe, Myanmar (Pehrson, 2006);
- Projeto de extensão do Oleoduto IPI de Islamabad até Kashgar, na província chinesa de Xinjiang (Kim, 2011) e (Lin, 2011);
- Instalações em Porto de Sudão, Sudão (Lin, 2011);
- Terminal de contentores em Chittagong, Bangladesh (Pehrson, 2006) e (Lin, 2011);
- Projeto dum corredor de transporte pelo rio Irrawaddy, ligando a baía de Benguela à província chinesa de Yunnan (Kaplan, 2009) e (Lin, 2011).

Como visto pela Tabela 1, na página seguinte, o número e a localização das *pearls* varia bastante de autor para autor e até é possível argumentar que a China tem nexos de influência geopolítica em numerosos lugares no mundo. Neste aspecto, é importante reter que o *string of pearls* compreende essencialmente o Oceano Índico e as aproximações marítimas à China.



	Pehrson (2006)	Kaplan (2009)	Lin (2008)	Prabhakar (2009)	Lin (2011)	Kostecka (2011)	Kim (2011)
Ilha de Hainan (RPC)	X		X		X		
Ilha de Woody (RPC)	X		X		X		
Mar do Sul da China (RPC)					X		
Canal de Kra (Tailândia)	X	X			X		
Singapura (Singapura)						X	
Irrawaddy (Myanmar)		X			X		
Ilha de Coco (Myanmar)		X	X	X	X		
Kyaukphyu (Myanmar)							X
Sittwe (Myanmar)	X		X		X		
Chittagong (Bangladesh)	X	X	X	X	X		X
Colombo (Sri Lanka)				X		X	
Hambantota (Sri Lanka)			X	X	X		X
Oleoduto IPI (Paquistão)			X		X		X
Carachi (Paquistão)				X		X	
Gwadar (Paquistão)	X	X	X	X	X	X	X
Salalah (Omã)						X	
Áden (Iémen)					X	X	
Djibouti (Djibouti)						X	
Porto de Sudão (Sudão)					X		
Pireu (Grécia)					X		

Tabela 1 – Resumo das *pearls*, compilado pelo autor com base em (Pehrson, 2006), (Lin, 2008) (Kaplan, 2009), (Prabhakar, 2009), (Lin, 2011), (Kostecka, 2011), (Kim, 2011).

### 3.6 Aspectos a reter

Na procura da resposta à questão derivada nº2 – O *string of pearls* corresponde aos principais interesses marítimos chineses no Oceano Índico? – verificou-se que:

O *string of pearls* apresenta-se como uma modalidade estratégica que corresponde aos interesses marítimos chineses a vários níveis.



Ao nível do acesso aos recursos energéticos, o *string of pearls*:

- Assegura o acesso a portos, oleodutos e a segurança das vias de comunicação marítima. Esta segurança das vias de comunicação marítima tem especial incidência nos pontos de estrangulamento – com especial ênfase no estreito de Malaca. Esta manutenção de segurança vai de encontro a ameaças não estatais como pirataria e terrorismo e potenciais ameaças estatais. E por ser um *string*, esta estratégia está implementada de modo a assegurar o apoio mútuo, contornando as ameaças através da criação de alternativas;
- Apoia o controlo da produção de recursos energéticos no país de origem, através do controlo parcial das infraestruturas energéticas e de distribuição. Este apoio tem particular relevância na medida em que muitos Estados exportadores de recursos energéticos são internamente instáveis;
- Fomenta a criação de alternativas aos pontos de estrangulamento. Exemplo disso são os projetos de construção de portos, oleodutos e gasodutos que ligam vários países do Oceano Índico à China, diretamente por via terrestre;
- Neutraliza a competição no acesso a energia por parte dos concorrentes chineses, nomeadamente da Índia.



Ao nível do reforço das relações bilaterais entre a China e os Estados do Índico, o *string of pearls*:

- Estreita as relações diplomáticas entre a China e os Estados do Índico através de ações diplomáticas, ajudas económicas e a realização de exercícios militares em conjunto;
- Fomenta as exportações de produtos chineses para esses países que, regra geral, têm classes médias em ascensão, ansiosas por consumir produtos chineses;
- Facilita a venda de armas da China a esses países. Estas vendas são relevantes para Pequim, na medida em que auxiliam a proteger os seus interesses energéticos no país e a conter a Índia;
- Dá oportunidades comerciais às empresas chinesas na construção de infraestruturas nesses países, como linhas rodoviárias, ferroviárias, portos, e oleodutos.

Ao nível das missões de combate à pirataria desenvolvidas pela Marinha chinesa no Oceano Índico, o *string of pearls*:

- Facilita o fornecimento de combustível, alimentos, e outros serviços como reparações às unidades navais. Para além disso, também é considerada a prestação de cuidados de saúde à guarnição assim como a necessidade de descanso e da manutenção física dos militares.

Para além dos pontos elencados, o *string of pearls*:

- Favorece a monitorização das Marinhas americana e indiana;
- Apoia a China na sua afirmação como potência naval perante os seus adversários;
- Favorece a segurança das vias de comunicação marítima usadas no transporte das exportações chinesas.

Apesar da forma esquematizada pela qual a informação está apresentada, é de notar que estas variáveis estão todas intimamente inter-relacionadas, de modo a salvaguardar os interesses marítimos chineses no Oceano Índico.



## 4. PODER NAVAL CHINÊS

### 4.1 Ascensão da estratégia marítima chinesa

A China encontra-se presentemente num ponto de viragem civilizacional, na medida em que se esforça por evoluir duma potência continental para uma potência marítima. Evolução esta que está na consciência da população e da liderança chinesa, já que o ambiente marítimo dá diariamente provas da sua importância para o desenvolvimento económico e para a segurança nacional. Para além de ter o objetivo de se tornar numa potência marítima durante o século XXI, a China tem a convicção de que tem de aproveitar a janela de oportunidade estratégica que as duas primeiras décadas do século XXI lhe oferecem (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011).

Esta ascensão marítima é devida em grande parte a dois fatores (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011):

- Evolução do ambiente geoestratégico

Durante a Guerra Fria, o ambiente estratégico chinês era caracterizado por uma ameaça continental e pela possibilidade duma Guerra Nuclear com a Rússia. Após a queda do muro de Berlim, a China começou a orientar as suas atenções para outras ameaças, nomeadamente Taiwan.

- Desenvolvimento económico chinês

Devido à importância da exploração de recursos marinhos, dos quais se salientam os recursos piscícolas e os recursos energéticos, e da dependência chinesa nos oceanos como via de transporte, já que a grande maioria das suas exportações e importações são transportadas por via marítima<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Neste aspecto é de salientar que 90% do comércio chinês viaja por mar e 50% do comércio mundial transita pela sua vizinhança (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011).



## 4.2 Modernização naval chinesa

Os primeiros passos da modernização naval chinesa começaram a ser dados na década de 1980 quando o Comité Militar Central aprovou o conceito estratégico de defesa do litoral, ou *offshore defense*<sup>17</sup>. Este conceito estratégico orientava a Marinha chinesa a preparar-se para as seguintes missões (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011):

- Manter o inimigo afastado e resistir a uma invasão vinda do mar;
- Proteger a soberania territorial chinesa;
- Salvaguardar a unidade nacional e os direitos marítimos.

Já na década de 1990, a China sentiu que as suas Forças Armadas estavam muito desadequadas às ameaças atuais, na medida em que a utilização de modernas tecnologias e novas plataformas por parte de alguns países tornavam as defesas chinesas completamente obsoletas. Esta conclusão deveu-se em grande parte ao desempenho das Forças Armadas americanas durante a Guerra do Golfo de 1991, e ao incidente naval ocorrido em 1996 - no qual os EUA enviaram dois grupos de porta-aviões<sup>18</sup> para o Estreito de Taiwan, em resposta aos testes de mísseis e exercícios navais efetuados pela China no estreito (Bennett, 2010).

---

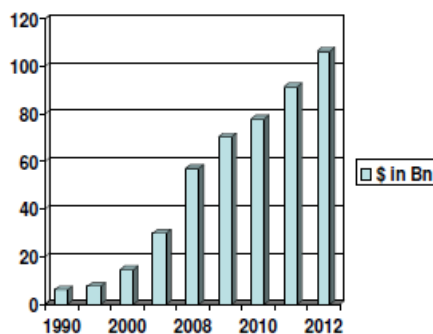
<sup>17</sup> A liderança chinesa define litoral como a área contida na sua ZEE, nomeadamente o Mar Amarelo, o Mar da China Oriental e o Mar do Sul da China.

<sup>18</sup> Os grupo de porta-aviões, ou *Carrier Strike Group*, consistem numa força naval permanente onde estão integrados um porta-aviões com destacamento de voo, navios de superfície e, se solicitados, submarinos. Operam em apoio mútuo com a tarefa de destruir unidades hostis que estejam dentro da sua área operacional atribuída como submarinos, navios de superfície e unidades aéreas, atacar alvos que se situem na faixa costeira inimiga ou ainda projetar poder para terra (Department of Defense of the USA, 2010).



Esta situação levou a liderança chinesa a repensar a sua defesa nacional, como demonstrado no livro branco da defesa de 2008: “Entering the 1990s, the PLA began to vigorously promote RMA<sup>19</sup> with Chinese characteristics. It established the military strategic guideline of active defense for the new era, based on winning local wars in conditions of modern technology, particularly high technology (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (PRC), 2009, p. 11).

Estas novas diretivas tiveram repercussões nos orçamentos de defesa desde então, como mostra a figura 20, abaixo. De notar que alguns observadores ocidentais acusam a China de falta de transparência e de ocultar parte dos seus gastos de defesa. No entanto, estas acusações são difíceis de provar, devido à opacidade da China nesta matéria (Erickson & Liff, 2011) e (Perlo-Freeman, 2012).



CHINA’S DEFENCE BUDGET IN US \$

Figura 20 Evolução do orçamento da defesa chinês (Singh & Kumar, 2012)

Como seria de esperar, também contribuíram para esta tomada de decisão argumentos geoestratégicos. De facto, a China sente-se geograficamente cercada e ameaçada por potências navais como os EUA, o Japão e a Índia (Bennett, 2010).

Estas preocupações são compreensíveis já que, geograficamente, a China situa-se no centro da atividade da esquadra americana do Pacífico. Esta esquadra é o maior comando naval do mundo e domina a zona ocidental do Pacífico, mantendo uma presença naval assídua no Japão e na Coreia do Sul, exercendo igualmente uma grande influência

<sup>19</sup> *Revolution in Military Affairs* (RMA) - Este conceito teve a sua génese nos Estados Unidos da América no início da década de 1990, quando, no seguimento dos desenvolvimentos conceptuais soviéticos, diversos analistas militares americanos do Pentágono reformularam a problemática do impacto do aparecimento das suas próprias novas tecnologias na condução da guerra (Lança, 2011).



sobre Taiwan. Por seu turno, o Japão está localizado a algumas centenas de milhas da China e possui a segunda maior marinha asiática, que está em crescimento. A Índia é igualmente considerada como uma ameaça, devido ao seu interesse por rotas marítimas vitais para a China e por possuir a terceira maior marinha asiática (Bennett, 2010).

A China tem um fatídico historial de violações à sua soberania por parte de potências estrangeiras, durante os séculos XIX e XX. No seguimento das Guerras do Ópio (1839-1842, 1856-1860), o Império Britânico impôs a colonização e o comércio forçado. A Guerra Sino-Francesa (1884-1885) resultou na perda da Indochina para a França. A primeira Guerra Sino-Japonesa (1884-1885) resultou na ocupação japonesa de Taiwan, das Ilhas Pescadores, da Coreia e das Ilhas Ryukyu. Na Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), o Japão anexou a Manchúria ao qual se seguiu a invasão da China. Durante este longo período de conflitos a China perdeu igualmente a influência sobre a Mongólia e o Tibete (Bennett, 2010).

Devido a todas estas violações, a atual liderança chinesa caracteriza estes conflitos como uma humilhação nacional. E, como seria expectável, estes ataques à soberania chinesa – e todas as atrocidades cometidas durante os mesmos – criaram um forte sentimento nacionalista junto da liderança chinesa no que concerne às questões de soberania (Bennett, 2010).

E, apesar destes conflitos estarem dispersos por um século, a liderança chinesa reconhece um denominador comum em todas as potências estrangeiras invasoras: todas elas eram potências marítimas com capacidades de projeção de força (Bennett, 2010).



Em 2004, Hu Jintao reiterou a postura global chinesa ao formular as novas missões das Forças Armadas numa declaração intitulada *Historic Missions of the Armed Forces in the New Period of the New Century*<sup>20</sup>. Estas missões são (Mulvenon, 2009):

- Providenciar uma garantia de força para que o PCC consiga consolidar a sua liderança;
- Providenciar uma garantia de segurança para salvaguardar a oportunidade estratégica que o século XXI apresenta para o desenvolvimento chinês;
- Providenciar suporte estratégico para salvaguardar os interesses nacionais;
- Desempenhar um papel relevante na manutenção da paz mundial e na promoção do desenvolvimento comum.

Estas novas missões representam uma adequação da liderança chinesa ao ambiente de segurança internacional e a evolução da percepção da sua defesa nacional. Daqui se espera um maior envolvimento das Forças Armadas no desenvolvimento chinês e na defesa da integridade territorial. Estas missões reiteram igualmente o dever das Forças Armadas em defender os interesses chineses a nível internacional e a grande distância e na capacidade de efetuar operações militares que não sejam de guerra. Para mais, ao correlacionar os interesses económicos chineses com a segurança nacional, a liderança chinesa expressa uma clara intenção de alargar as missões das Forças Armadas a uma escala global (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011). Estas missões fomentaram uma maior aproximação à comunidade internacional, por parte da liderança militar chinesa, como demonstrado no anexo 6.

Como referido, a liderança chinesa percebe a duas primeiras décadas do século XXI como uma janela de oportunidade estratégica, em que estão reunidas as condições internas e externas para a China aumentar o seu poder nacional alargado<sup>21</sup>. Deste modo, a liderança chinesa espera alcançar os seus objetivos estratégicos a longo prazo e perpetuar a liderança do PCC.

---

<sup>20</sup> Posteriormente, em 2007, estas missões foram introduzidas na Constituição do PCC (Mulvenon, 2009).

<sup>21</sup> O poder nacional alargado (*comprehensive national power*) é um conceito chinês que abarca todos os elementos do poder nacional, incluindo a capacidade económica, o poder militar e a diplomacia (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011).



A China precisa igualmente de manter relações estáveis com os EUA e os seus vizinhos, a fim de assegurar a estabilidade na zona que permitirá o seu desenvolvimento. Devido a isso, a China tem-se esforçado em publicitar o seu conceito de Desenvolvimento pacífico, e que não terá intenções hegemónicas. Mas, fatores como incidentes no Mar do Sul da China opondo forças chinesas a navios estrangeiros e a falta de transparência no que concerne à modernização militar chinesa aumentam as incertezas e as preocupações na região (Glaser, 2012). Nesse sentido, Pequim mostra uma especial preocupação com os desenvolvimentos militares dos seus vizinhos e com a possibilidade deles estabelecerem coligações para conter a ascensão chinesa.

O livro branco da defesa de 2012 afirma que as prioridades estratégicas da defesa nacional são (Information Office of the State Council of the PRC, 2011):

- Salvar a soberania nacional, a segurança e o desenvolvimento nacional;
- Manter a harmonia e a estabilidade social;
- Acelerar a modernização defesa nacional e das Forças Armadas;
- Manter a paz e estabilidade mundial.

Este documento ressalva ainda que a China adere a uma estratégia nuclear de legítima defesa, e que nunca entrará numa corrida nuclear com outro país (Information Office of the State Council of the PRC, 2011).



#### 4.2.1 Principais objetivos

O primeiro objetivo da modernização naval chinesa é assegurar a segurança e a autoridade do Estado chinês e gerir as tensões que tomem lugar dentro da ZEE chinesa, ou primeira corrente de ilhas (ver figura 21, que também mostra a segunda corrente de ilhas), de acordo com as seguintes prioridades (O'Rourke, 2012):

- Reforçar e estender a zona marítima, com o intuito de servir como um tampão, a fim de evitar um ataque ou interferência;
- Apoiar as disputas territoriais marítimas chinesas, em particular no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China;
- Proteger as vias de comunicação marítimas a nível regional;
- Reforçar a imagem chinesa como uma grande potência;
- Operacionalizar, no futuro, plataformas navais de dissuasão nuclear.



Figura 21 Primeira e segunda corrente de ilhas (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011)



A principal ameaça dentro da primeira corrente de ilhas é a questão de Taiwan. Com o objetivo de responder a esta questão, a China lançou-se na criação de várias opções militares para os vários cenários possíveis de acontecer em Taiwan. Para além disso, desenvolveu igualmente uma estratégia de negação de área (*Anti-Access and Area Denial, A2AD*) com o objetivo de dissuadir uma potencial intervenção americana no conflito, ou atrasar e reduzir a capacidade combatente dos EUA, caso intervenham. Esta estratégia é consubstanciada na procura duma defesa em profundidade em que os elementos chave desta estratégia são: mísseis balísticos anti-navio (*Anti-Ship Ballistic Missile, ASBM*), mísseis de cruzeiro anti-navio (*Anti-Ship Cruise Missile, ASCM*), mísseis de cruzeiro para ataque a terra (*Land Attack Cruise Missiles, LACM*), submarinos de ataque, minas, e sistemas de Comando e Controlo<sup>22</sup>, Comunicações, Computadores, Informações, Vigilância e Reconhecimento<sup>23</sup> (*Command and Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance, C4ISR*) em apoio. Na eventualidade dum conflito armado em Taiwan, é expectável que Pequim desenvolva a sua atuação de acordo com a seguinte sequência (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011):

- Dissuadir uma intervenção americana ao assegurar que essa operação significaria elevados custos materiais e humanos, e minando a capacidade de tomada de decisão americana;
- Se o ponto anterior falhar, o objetivo será atrasar ao máximo essa intervenção e procurar uma vitória militar de forma assimétrica e rápida;
- Se o ponto anterior falhar, o objetivo será combater até um cessar-fogo e entrar em negociações de modo a chegar a acordo, após um longo combate.

---

<sup>22</sup> Comando e Controlo (C2) é o exercício da autoridade executado por um comandante sobre uma força militar que está encarregue do cumprimento duma missão. Estas funções são desenvolvidas sobre o conjunto de meios, pessoal, comunicações, instalações e procedimentos empregues pelo comandante no planeamento, supervisão, coordenação e controlo dessa força militar no cumprimento da missão (Department of Defense of the USA, 2010).

<sup>23</sup> Reconhecimento - consiste na missão que visa obter, através de observação visual ou outros métodos de detecção, informações acerca de atividades ou meios adversários ou ainda recolher dados das características hidrográficas, geográficas e meteorológicas duma área particular. Também é designado por RECON (Department of Defense of the USA, 2010).



Para além dos objetivos principais atrás elencados, são objetivos secundários (O'Rourke, 2012):

- Reforçar a visão chinesa de que a China tem o direito de regular as atividades militares estrangeiras dentro das 200 milhas náuticas da sua ZEE;
- Proteger as principais vias de comunicação marítima chinesas a um nível alargado, com especial enfoque naquelas que se estendem pelo Oceano Índico até ao Golfo Pérsico, devido à dependência chinesa de recursos energéticos;
- Proteger e evacuar cidadãos chineses que estão espalhados pelo mundo;
- Afastar a influência americana no Oceano Pacífico.

Estes objetivos não relacionados com Taiwan tem significâncias a vários níveis. Em primeiro lugar mostram que mesmo que a situação de Taiwan se resolva, a China encontrará razões para continuar a sua modernização estratégica (O'Rourke, 2012).

Em segundo lugar sugere que, mesmo que a situação de Taiwan se resolva ou a China complete o seu dispositivo militar para responder à questão Taiwan, a modernização naval chinesa pode mudar o seu foco para um âmbito mais alargado, operando porta-aviões, numerosos submarinos nucleares de ataque, numerosos *destroyers*, navios anfíbios, reabastecedores, navios hospital, bases e pontos de apoio logístico no estrangeiro (O'Rourke, 2012).

Em terceiro lugar sugere que as reivindicações territoriais chinesas e a sua suposta legalidade sobre o controlo da sua ZEE podem continuar a dar azo a tensões nas relações sino-americanas (O'Rourke, 2012).

Por último sugerem que, na ausência dum conflito as Forças Armadas chinesas – e em especial a Marinha – serão utilizadas no dia-a-dia para reforçar a posição política chinesa no Pacífico (O'Rourke, 2012).



#### 4.2.2 Principais limitações

Em termos de limitações à modernização naval chinesa, sobressaem (O'Rourke, 2012):

- Capacidade limitada de sustentar forças navais de grande envergadura a longa distância;
- Capacidade limitada em executar operações conjuntas com outros ramos das Forças Armadas chinesas;
- Capacidade limitada dos seus sistemas de C4ISR;
- Capacidade limitada na luta anti-aérea (*Anti-Air Warfare*, ou AAW), luta antissubmarina (*Anti-Submarine Warfare*, ou ASW), e na luta anti-minas;
- Dependência de fornecedores estrangeiros no que concerne a equipamentos chave de navios e.g. equipamentos que envolvam alta tecnologia;
- Falta de experiência operacional em situações de combate.

#### 4.3 Principais elementos da modernização naval chinesa

Como visto, a China está empenhada numa modernização em todo o espectro militar com o principal objetivo de ter capacidade para conduzir operações militares regionais de alta intensidade, das quais se destacam as operações de contra intervenção<sup>24</sup> (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012).

Neste contexto, e dado que Taiwan se apresenta como a principal preocupação, a China estaciona grande parte dos seus sistemas de armas mais avançados nas zonas militares mais próximas da ilha. Não obstante, devido à sua tecnologia e ao seu alcance, estas forças têm a capacidade de atuar em vários conflitos ou crises regionais (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012).

---

<sup>24</sup> Por contra intervenção a China entende um conjunto de tarefas operacionais para dissuadir forças militares estrangeiras de entrarem num conflito e negar à China a sua capacidade de alcançar objetivos militares (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012).



Relativamente às unidades navais, a Marinha chinesa tem vindo a evoluir as suas plataformas desde a década de 1990, desde plataformas capazes de desempenhar apenas uma missão para plataformas multimissão e tecnologicamente mais avançadas.

Esta evolução tecnológica deve-se à integração de sistemas avançados de defesa aérea de área, de torpedos e de mísseis ASCM. Deste modo, para além de aumentar a capacidade operacional – principalmente na guerra de superfície – esta modernização permite às unidades navais operarem a distâncias superiores ao apoio aéreo proporcionado pelas aeronaves estacionadas em bases terrestres (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012).

A figura 22 demonstra as presentes capacidades da Marinha chinesa, em comparação com Taiwan. Esta informação é complementada pelo anexo 7, que mostra algumas previsões futuras. O anexo 8 mostra a localização das principais bases navais chineses e a distribuição das forças navais.

<b>Taiwan Strait Military Balance, Naval Forces</b>			
	<b>China</b>		<b>Taiwan</b>
	<i>Total</i>	<i>East and South Sea Fleets</i>	<i>Total</i>
<i>Destroyers</i>	26	16	4
<i>Frigates</i>	53	44	22
<i>Tank Landing Ships/ Amphibious Transport Dock</i>	27	25	12
<i>Medium Landing Ships</i>	28	21	4
<i>Diesel Attack Submarines</i>	49	33	4
<i>Nuclear Attack Submarines</i>	5	2	0
<i>Coastal Patrol (Missile)</i>	86	68	61

**Note:** The PLA Navy has the largest force of principal combatants, submarines, and amphibious warfare ships in Asia. After years of neglect, the force of missile-armed patrol craft is also growing. In the event of a major Taiwan conflict, the East and South Sea Fleets would be expected to participate in direct action against the Taiwan Navy. The North Sea Fleet would be responsible primarily for protecting Beijing and the northern coast, but could provide mission-critical assets to support other fleets.

Figura 22 Forças navais chinesas e forças navais taiwanesas (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011)



Para cumprir com os objetivos estratégicos assumidos durante a década de 1990, a China lançou-se num extenso processo de desenvolvimento das suas Forças Armadas. Os principais elementos da modernização naval chinesa são os seguintes (O'Rourke, 2012):

- Mísseis balísticos anti-navio

A China tem vindo a desenvolver um míssil balístico anti-navio ASBM. Equipado com um veículo de reentrada manobrável (*Maneuverable Reentry Vehicle*, MaRV), este míssil é destinado a atingir navios em movimento<sup>25</sup>.

Acredita-se que este míssil tenha um alcance de 810 milhas náuticas e que seja destinado a atacar grandes navios, como por exemplo, porta-aviões. Presume-se que durante o guiamento use uma combinação de sensores ópticos e de radar e que para o impacto, use uma ogiva de alto explosivo, uma frequência rádio ou uma ogiva de fragmentação.

O desenvolvimento desta arma tem suscitado muita consternação pois, combinado com sistemas de targeting<sup>26</sup> e uma vigilância marítima alargada, este míssil dá a capacidade à China para efetuar ataques a grandes plataformas a grande distância do seu território.

- Mísseis de cruzeiro anti-navio

Para além de possuir um extenso inventário de mísseis de cruzeiro anti-navio (ASCM) de fabrico chinês, a China tem vindo a adquirir à Rússia este tipo de armas.

Os modelos mais eficazes destas aquisições à Rússia são o míssil SS-N-22 *Sunburn* (que está instalado nos *destroyers* de fabrico russo da Classe Sovremenny) e o míssil SS-N-27 *Sizzler* (instalado em dez submarinos de fabrico russo da Classe Kilo).

---

<sup>25</sup> Dependendo dos alcances, estes mísseis dividem-se em mísseis de curto, médio, e intermédio alcance ou short-range ballistic missiles (SRBMs), medium-range ballistic missiles (MRBM), e intermediate-range ballistic missiles (IRBM) (O'Rourke, 2012).

<sup>26</sup> Processo de seleção e priorização de alvos e posterior escolha da resposta adequada para os mesmos, considerando os recursos disponíveis e os requisitos operacionais (Department of Defense of the USA, 2010).

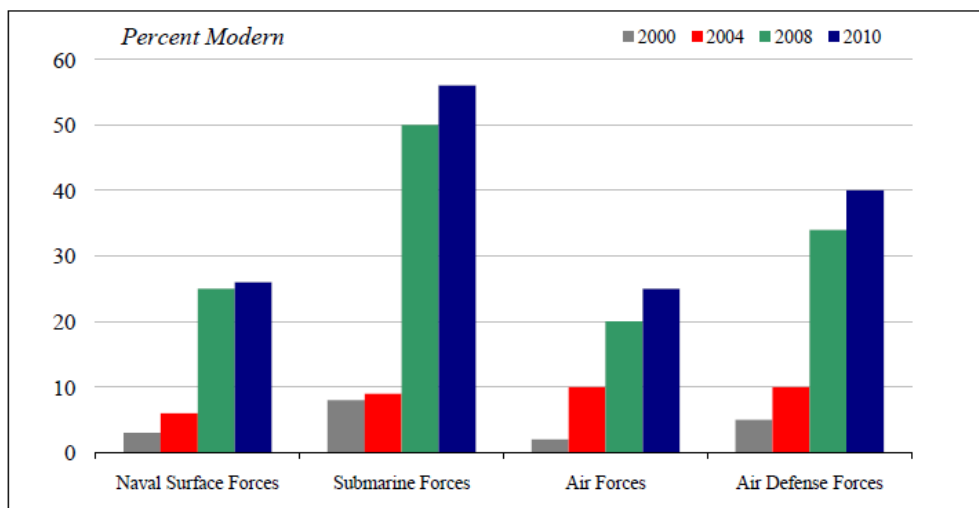


A nível nacional, a China tem vindo a aumentar os seus esforços no desenvolvimento e produção de mísseis ASCM e espera-se que no futuro os submarinos das classes Song, Yuan, Shang e Type 095 (que ainda está em desenvolvimento) venham a integrar os mísseis ASCM de longo alcance CH-SS-NX-13, de fabrico chinês.

- Submarinos

Os submarinos ostentam uma importância ímpar na modernização naval chinesa já que foram considerados desde 1990 como um dos seus principais vetores de desenvolvimento (ver figura 23, abaixo).

Esta tendência é justificada dado que os submarinos desempenham duas tarefas muito relevantes. Por um lado detêm uma grande capacidade ofensiva, principalmente num contexto de negação de área. Por outro, são um meio de inquestionável importância na proteção duma força naval expedicionária dotada de uma unidade de grande importância (*High Value Unit*, HVU), como porta-aviões ou navios anfíbios.



*PLA Modernization Areas, 2000 – 2010. This graphic compares the expansion of modern operational systems within the PLA in 2000, 2004, 2008, and 2010.*

Footnote: For surface combatants “modern” is defined as multi-mission platforms with significant capabilities in at least two warfare areas. “Modern” for submarines is defined as those platforms capable of firing an anti-ship cruise missile. For air forces, “modern” is defined as 4th generation platforms (Su-27, Su-30, F-10) and platforms with 4th generation-like capabilities (FB-7). “Modern” SAMs are defined as advanced, long-range Russian systems (SA-10, SA-20), and their PRC indigenous equivalents (HQ-9).

Figura 23 Comparação de sistemas ao longo da modernização naval chinesa (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011)



Nesse sentido, e desde 1990, a China tem vindo a adquirir à Rússia doze submarinos da Classe Kilo e desenvolveu quatro classes de submarinos:

- Classe Jin (Type 094), SSBN;
- Classe Shang (Type 093), SSN;
- Classe Yuan (Type 041 ou 039A), SS<sup>27</sup>;
- Classe Song (039 ou 039G), SS.

Acredita-se igualmente que o Type 093 vai ser sucedido pelo Type 095 dentro de poucos anos. Para além disso, foi reportado, em 2010, o lançamento de um novo submarino do tipo SS, provavelmente um sucessor da Classe Yuan.

Em termos de armamento, os submarinos chineses possuem: mísseis ASCM, torpedos filoguiados, torpedos seguidores de esteira, e minas. Há igualmente relatos de que os últimos oito submarinos da Classe Kilo adquiridos à Rússia possuem os eficazes mísseis ASCM SS-N-27 *Sizzler*. Relativamente à Classe Shang, para além do armamento convencional, é possível que transporte mísseis cruzeiro para ataque em terra (LACM).

Não se pense no entanto que os submarinos mais antigos e obsoletos tenham perdido a sua importância tática, pois poderão ser usados para depositar minas ou para servir de engodo para forças inimigas, de modo a que estas sejam neutralizadas por submarinos mais modernos.

No anexo 9 é apresentada a evolução da aquisição de submarinos por parte da China. Nesse sentido, espera-se que nos próximos 10 a 15 anos a frota submarina chinesa venha a atingir as 75 unidades. No anexo 10 é apresentada a evolução da descrição dos submarinos nucleares e não nucleares, pertencentes à Rússia e à China.

Relativamente aos submarinos da Classe Jin, é expectável que estejam armados com, no máximo, doze mísseis nucleares balísticos (*Submarine-Launched Ballistic Missiles*, SLBM). Estima-se que estes mísseis tenham um alcance entre 3888 e 3996 milhas náuticas. Este será o primeiro meio de dissuasão nuclear naval chinês.

---

<sup>27</sup> SS- Submarine.



Existem igualmente relatos de que a China está a desenvolver novos veículos subaquáticos não tripulados (*Unmanned Underwater Vehicles*, UUV) e de que está a modernizar o seu arsenal de minas, o qual conta atualmente com cerca de 50000 unidades.

- Porta-aviões e aviação naval

Em 2006 a China começou a afirmar formalmente que tencionava operar porta-aviões. Para tal, adquiriu o porta-aviões Varyag à Ucrânia e encetou o projeto de desenvolvimento de um porta-aviões de fabrico chinês, o qual se espera que venha a integrar a esquadra entre 2015 e 2020.

Com estes esforços a China tenciona, entre outras coisas, colmatar a lacuna de ser o único membro permanente do Conselho de Segurança da ONU que não opera porta-aviões.

No que concerne ao Varyag, a China começou a efetuar testes de mar em 2011 e espera-se que venha a integrar a esquadra ainda em 2012. No entanto é expectável que o destacamento de voo só venha a integrar o navio algum tempo depois deste se tornar completamente operacional. Depois disso serão ainda necessários vários anos até que o navio atinja a mínima capacidade combatente.

Segundo o Departamento de Defesa americano uma das principais tarefas iniciais do Varyag será servir como plataforma de treino para a aviação naval, até que esta adquira a capacidade operacional mínima.

Relativamente à aviação naval, presume-se que a China tenha entrado em negociações com a Rússia a fim de adquirir até cinquenta caças Su-33, as aeronaves russas de aviação naval. Para além disso, foi reportado que a China se encontra a desenvolver a sua própria aeronave de aviação naval baseada no Su-33, o J-15. A nível da formação, o Departamento de Defesa americano afirma que a China tem um programa de treino em terra para os pilotos da aviação naval, mas que levará alguns anos até que sejam alcançados os níveis mínimos de operacionalidade.

Após estes dois esforços iniciais é previsível que a China se lance na construção de vários porta-aviões e navios de apoio.



Relativamente à questão de Taiwan, os porta-aviões representam uma vantagem tática bastante modesta pois a ilha está dentro do alcance da aviação chinesa baseada em terra, e o seu emprego iria necessitar de mais unidades navais para sua proteção. Assim, acredita-se que a China esteja a desenvolver este meio com o objetivo de cumprir outras missões a longa distância – também chamadas missões fora de área – do qual se destaca a projeção de força. No entanto, e sabendo que a capacidade operacional dos seus porta-aviões será praticamente nula a curto prazo, a China ressalva a capacidade destes meios para a condução de operações de interesse público.

Nesse contexto, um porta-aviões será utilizado apenas como uma porta-helicópteros (*Landing Helicopter Dock, LHD*) – servindo de plataforma para as operações de voo com helicópteros. Deste modo, a China afirma que um porta-aviões pode desenvolver missões de interesse público como:

- Assistência humanitária;
- Assistência a catástrofes;
- Evacuação de não combatentes.

A nível político, a liderança chinesa percebe os porta-aviões como um argumento valioso para consolidar o seu estatuto de potência mundial junto do sistema internacional, uma vez que os porta-aviões são correlacionados automaticamente com uma potência mundial. A nível interno, a liderança chinesa visa igualmente consolidar o seu poder recorrendo ao nacionalismo, pois é assumido que este meio trará orgulho ao povo chinês.



- Navios escoltas

A modernização dos navios escoltas (*destroyers* e fragatas) tem sido outro dos pontos centrais da modernização naval chinesa.

No que concerne aos *destroyers*, esta modernização tem vindo a ser feita de duas maneiras: por um lado, a China adquiriu quatro *destroyers* da Classe Sovremenny à Rússia, que operam os eficazes mísseis ASCM SS-N-22 *Sunburn*. Por outro, desenvolveu cinco classes de *destroyers*<sup>28</sup> de concepção nacional. Em comparação com os antigos *destroyers* da Marinha chinesa da Classe Luda (Type 051), estas novas classes apresentam evoluções em áreas como *design* do casco, sistemas de propulsão, sensores, armas, e componentes electrónicos. A Classe Luyang II aparenta possuir um radar *phased-array*, similar ao radar SPY-1 usado no sistema de combate americano *Aegis*. Incorpora também o míssil superfície-ar (*Surface-to-Air Missile*, SAM) HHQ-9 de fabrico chinês. Assim como os antigos *destroyers* Classe Luda, estas novas classes estão armadas com mísseis ASCM.

De notar que, entre 1994 e 2007, a China lançou à água apenas um ou dois navios de cada classe. Este facto sugere que a China tencionou desenvolver incrementalmente os seus *destroyers*, antes de começar a produzir em grande escala (ver anexo 11). Segundo o *Jane's Fighting Ships*, a China encontra-se a desenvolver a classe sucessora à Luyang II que se espera que entre ao serviço em 2012, sendo construídas 3 unidades.

A China desenvolveu igualmente quatro classes de fragatas de concepção chinesa<sup>29</sup> (ver anexo 12). Comparadas com as antigas fragatas da Classe Jianghu (Type 053), estas apresentam evoluções a nível de *design* de casco e do sistema de armas, nomeadamente na capacidade AAW. A Classe Jiangkai II incorpora ainda o míssil SAM de médio alcance HHQ-16, de lançamento vertical, de fabrico chinês.

---

<sup>28</sup> Classes Luhai (Type 052), Luhai (Type 051B), Luyang I (Type 052B), Luyang II (Type 052C), e Louzhou (Type 051C).

<sup>29</sup> Classes Jiangwei I (Type 053 H2G), Jiangwei II (Type 053H3), Jiangkai I (Type 054), e Jiangkai II (Type 054A).



- Lanchas rápidas armadas com mísseis

Adicionalmente, a China desenvolveu uma classe de lanchas rápidas (*Fast Attack Craft*, FAC), armadas com mísseis, ao qual deu o nome de Classe Houbei (Type 022). Estas plataformas, com *design* de cataramã e características furtivas têm a capacidade de transportar até oito mísseis ASCM YJ-83. Ao aumentar significativamente a capacidade chinesa de combate litoral e de patrulhamento, estas unidades permitem que as unidades combatentes de maior envergadura possam focar-se em operações de águas profundas e em missões fora de área. Estima-se que a Marinha chinesa opere cerca de sessenta navios desta classe, número este que se poderá estender às 100 unidades no futuro.

Estas aquisições de navios escoltas e lanchas transportadoras de mísseis denotam uma clara evolução na capacidade de defesa aérea de área (*Area Air-Defense*, AAD), o que tem sido apontado como uma das principais lacunas da esquadra chinesa.

Existem ainda relatos de se encontrar em desenvolvimento uma nova classe de corvetas, as Type 056.

- Navios anfíbios

A China desenvolveu igualmente uma classe de navios anfíbios, a Classe Yuzhao (Type 071). O primeiro navio desta classe entrou ao serviço em 2008, tendo já sido enviado para o Oceano Índico no combate à pirataria. Estima-se que este navio tenha um deslocamento de 16700 toneladas – ao passo que os navios polivalentes logísticos (*Landing Platform Dock*, LPD) americanos, da Classe San Antonio deslocam 25900 toneladas.

Presume-se igualmente que a China já se tenha lançado no desenvolvimento de outra classe de navios anfíbios: os navios anfíbios Type 081 (LHD). Estima-se que esta classe de porta-helicópteros tenha um deslocamento de 20000 toneladas, o que representa cerca de metade dos homólogos americanos. De acordo com uma revista de defesa taiwanesa, este navio terá uma velocidade máxima de 23 nós e uma autonomia de 25 a 30



dias. Terá a capacidade de embarcar até oito helicópteros e poderá transportar até 1068 fuzileiros.

Apesar destes navios representarem uma mais-valia num hipotético desembarque anfíbio durante um conflito relacionado com Taiwan, alguns autores defendem que a China está a operacionalizar estes meios com vista em missões fora de área. De facto, apesar da função primária destes navios seja a de apoiar operações anfíbias, também têm capacidades para executar as seguintes missões:

- Assistência humanitária;
  - Assistência a catástrofes;
  - Segurança marítima;
  - Evacuação de não combatentes;
  - Apoio à diplomacia.
- 
- Aviação baseada em terra e UAV

Das aeronaves integradas na Força Aérea chinesa, e na aviação naval da Marinha, salientam-se os modelos russos Su-27 e Su-30 e os modelos de concepção chinesa J-10 e J-11. Crê-se que alguns destes caças serão equipados com mísseis ASCM.

A China opera igualmente cem bombardeiros JH-7 armados com mísseis ASCM baseados em terra, que foram entregues entre 1998 e 2004.

Acredita-se ainda que a China esteja a desenvolver um novo tipo de caça furtivo, chamado J-20. Crê-se que a finalidade desta aeronave baseada em terra é atacar navios no mar.

O Departamento de Defesa dos EUA acredita ainda que a China está a adquirir e a desenvolver veículos aéreos não tripulados (*Unmanned Aerial Vehicle*, UAV) e veículos aéreos de combate não tripulados (*Unmanned Combat Air Vehicle*,UCAV) para missões de reconhecimento e ataque a longa distância.



- Sistemas de vigilância e de *targeting*

Acredita-se que a China esteja a desenvolver e a operar sistemas de reconhecimento marítimo e *targeting* a longa distância. Não só estes sistemas aumentam significativamente a capacidade chinesa de compilar panorama a longa distância, como poderão transmitir estas informações para outras unidades armadas com mísseis ASBM. Estes sistemas incluem vários tipos de radares, satélites eletro-óticos, satélites radar, e redes de boias sonar instaladas no leito oceânico.

Para além dos pontos elencados, a China está igualmente a desenvolver os seus sistemas de C4ISR, dado que são essenciais para a condução de operações conjuntas e para agilizar a defesa em profundidade. Deste modo, pretende-se melhorar a troca de informações e a compilação de panorama, e providenciar um melhor comando e controlo sobre as Forças Armadas nos níveis estratégico, operacional e tático, permitindo atuar com maior agilidade e sincronismo (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012).

Em termos gerais, é ainda importante referir que a modernização naval chinesa também compreende esforços em áreas como a logística, a doutrina naval, o treino e formação do pessoal, e a realização de exercícios (O'Rourke, 2012).

Para além dos meios operados pelas Forças Armadas, a China possui diversas organizações paramilitares que desenvolvem várias atividades litorais. Estas organizações possuem meios com armamento ligeiro, mas que podem ser bastante eficazes em confrontos com navios não armados como pesqueiros ou com navios estrangeiros pouco armados. São estas a (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011):

- Polícia Marítima;
- Departamento do Controlo de Fronteiras;
- Administração da Segurança Marítima;
- Administração Oceanográfica Estatal;
- Comando de Jurisdição Piscícola;
- Guarda Costeira chinesa.



#### 4.4 Operações navais fora de área

Apesar da Marinha chinesa focar-se em gerir as tensões na primeira e segunda corrente de ilhas, as operações fora de área estão a ganhar relevo, com especial ênfase em operações de combate à pirataria, assistência a catástrofes e missões de evacuação de não combatentes. Esta nova abordagem é um reflexo da percepção chinesa de que os seus interesses - como a segurança da navegação, a segurança de infraestruturas e mesmo a população chinesa - estão espalhados pelo mundo. Para além disto, reflete também o objetivo da China em afirmar-se como uma potência mundial.

O exemplo mais evidente desta nova abordagem são as operações de combate à pirataria, na medida em que foram a primeira missão operacional fora de área executada pela Marinha chinesa. Com estas missões, a Marinha chinesa tem vindo a provar que tem capacidade para projetar uma força naval de superfície moderna de pequena dimensão para além da segunda corrente de ilhas (O'Rourke, 2012).

Outra estreia foi o envio do navio hospital da Classe Anwei (alinhado de Arca da paz) em 2010 para o Oceano Índico a fim de prestar ajuda humanitária em cinco países na África e na Ásia. Outros exemplos destas novas missões que vão além das guerras tradicionais são: luta antiterrorista, manter a estabilidade social, assistência a catástrofes e salvamento, operações internacionais de manutenção de paz, proteção das vias de comunicação marítima, ciberguerras, segurança das instalações espaciais, condução de diplomacia militar e a preparação para eventos imprevisíveis (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011) e (O'Rourke, 2012).

Como visto, a Marinha chinesa está a desenvolver e a operar navios que, para além de capacidades militares, possuem atributos que lhes permitem desenvolver missões de assistência humanitária e assistência a catástrofes. Em termos de forças expedicionárias, a China possui: três divisões aerotransportadas, duas divisões de infantaria anfíbia, duas brigadas de fuzileiros e sete grupos de operações especiais (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011).



Apesar destas capacidades aumentarem a possibilidade da China conduzir missões de interesse público, aumentam igualmente a capacidade chinesa de coerção militar. Esta coerção pode ter vários objetivos como a obtenção de dividendos diplomáticos, e na resolução de disputas a seu favor (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011).

Nesse sentido é possível que a Marinha chinesa desenvolva as seguintes capacidades (Yung, Rustici, Kardon, & Wiseman, 2010):

- Acesso a instalações ou bases para reparação e apoio logístico;
- Reforço da legítima defesa e.g. ASW e AAW;
- Uso de depósitos logísticos e instalações flutuantes;
- Reforço dos meios de transporte aéreo integrados numa força naval (aeronaves da asa rotativa e fixa).

No entanto, é evidente que a China está longe de ser uma potência militar global. Para tal, falta, entre outras coisas, uma rede de instalações e de bases para a reparação dos seus navios. Sem esta rede, a China terá grandes dificuldades em desenvolver operações militares fora de área. Este factor é considerado como preponderante para compreender as intenções chinesas: caso a China desenvolva estas bases é porque tenciona expandir as suas capacidades a longa distância do paradigma da manutenção da segurança das vias marítimas para o paradigma das operações de combate de grande envergadura (Yung, Rustici, Kardon, & Wiseman, 2010).



Para além do acesso a instalações portuárias, diversos autores chineses argumentam que a China deve ainda desenvolver as seguintes ações de modo a aumentar a sua capacidade de operar a longa distância (Yung, Rustici, Kardon, & Wiseman, 2010):

- Modificar a preparação de comida que é servida nas unidades navais;
- Aumentar o número e reforçar o uso de helicópteros embarcados;
- Aumentar o número de navios de superfície e aumentar a sua capacidade para desenvolver operações fora de área;
- Obter melhor acesso a cuidados de saúde durante a realização de operações fora de área;
- Proporcionar comunicações por satélite a todas as missões fora de área;
- Produzir mais navios reabastecedores.

De qualquer modo, ao desenvolver estas a missões, a Marinha chinesa alarga a sua experiência em áreas como a navegação, a marinharia ou as operações a longa distância: “China’s growing involvement in international peacekeeping efforts, military diplomacy, counter-piracy operations, humanitarian assistance and disaster relief, evacuation of Chinese citizens from overseas trouble spots, and exercise activity, will improve the PLA’s capability to operate at greater distances from the mainland” (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2011). A tabela contida na figura 24 mostra a evolução genérica das operações navais a grande distância.



**Table 4. Continuum of Out of Area Operations**

Stage 1	Stage 2	Stage 3	Stage 4	Stage 5
“Baby Steps”	Military diplomacy	Noncombatant contingency operations	Out of area low intensity conflict	Major combat operations
Surveillance <sup>1</sup>	Show the flag	Noncombat evacuation operations	Counterpiracy operations	Maritime supremacy
Reconnaissance <sup>2</sup>	Port visits	Humanitarian assistance/ disaster relief	Escort operations	Carrier operations
Training	Exercises with other militaries	Maritime peace-keeping	Freedom of navigation operations	Out of area anti-submarine/ antisurface/anti-aircraft warfare
Experimentation		Other support missions	Maritime intercept operations	Out of area joint forcible entry operations/amphibious assault

<sup>1</sup> *Surveillance* is the systematic observation of aerospace, surface or subsurface areas, places, persons, or things by visual, aural, electronic, photographic, or other means.

<sup>2</sup> *Reconnaissance* is a mission undertaken to obtain by visual observation or other detection methods information about the activities and resources of an enemy or potential enemy, or to secure data concerning the meteorological, hydrographic, or geographic characteristics of a particular area.

**Figura 24** Evolução das operações fora de área (Yung, Rustici, Kardon, & Wiseman, 2010)

Nesse sentido (Yung, Rustici, Kardon, & Wiseman, 2010, p. 2) afirmam:

The PLAN still has some ways to go before it can operate effectively out of area. At present, it can effectively replenish at sea, conduct intra-task force resupply, perform long-distance navigation, conduct formation-keeping with competent seamanship, and operate in all weather conditions. The PLAN cannot currently conduct a full-scale joint forcible entry operation, maintain maritime superiority out of area, conduct multicarrier or carrier strike group operations, or provide comprehensive protection against threats to an out of area task force (anti-aircraft warfare, ASW, and antisurface warfare).



Apesar da expansão naval chinesa estar a provocar alguma preocupação a nível mundial, toda a comunidade internacional tem vindo a solicitar um maior envolvimento chinês a nível do combate às ameaças comuns como a pirataria. Não obstante, esta expansão está a ser executada dum forma incremental, o que dá à comunidade internacional a possibilidade de desenvolver abordagens que fomentem a cooperação e diminuam os atritos (Yung, Rustici, Kardon, & Wiseman, 2010).



#### 4.5 Aspectos a reter

Na procura da resposta à questão derivada nº3 – O desenvolvimento das capacidades da Marinha Chinesa parece ajustar-se ao *string of pearls?* – verificou-se que:

Grande parte da modernização naval chinesa está vocacionada para as operações fora de área e para missões relacionadas. Estas missões são:

- Combate à pirataria;
- Assistência a catástrofes;
- Assistência humanitária;
- Evacuação de não combatentes;
- Luta antiterrorista;
- Proteção das vias de comunicação marítima;
- Condução de diplomacia militar;
- Dissuasão nuclear;
- Vigilância.

Como tal, a China tem desenvolvido plataformas para o cumprimento dessas missões em vista. São estas:

- Navios escoltas com maior autonomia;
- Submarinos SS e SSN;
- Submarinos SSBN;
- Porta-aviões (em breve);
- Navios anfíbios, nomeadamente navios polivalentes logísticos e navios porta-helicópteros;
- Navios reabastecedores;
- Navios hospitais.



Para além dos pontos elencados, a China está igualmente a desenvolver as suas capacidades em áreas como C4ISR, logística, doutrina naval, e a realização de exercícios com outras marinhas do Oceano Índico. Há ainda a salientar que as missões de combate à pirataria têm uma relevância ímpar, na medida em que são as primeiras missões fora de área conduzidas pela Marinha chinesa. Nesse sentido, estas missões têm proporcionado à Marinha chinesa uma oportunidade única para consolidar e evoluir áreas como a navegação, a logística a grande distância e as operações a longa distância, de uma forma geral. Adicionalmente, dão ainda a possibilidade para a Marinha chinesa ir conhecendo e adquirindo informação operacional sobre o Oceano Índico e os Estados ribeirinhos.



## 5. O *STRING OF PEARLS* COMO MODALIDADE DE AÇÃO ESTRATÉGICA

Um dos principais desafios externos da China é a demanda desenfreada por energia, um reflexo do desenvolvimento económico chinês e do aumento das exigências da população, relativamente à qualidade de vida.

A partir desta conjuntura, a liderança chinesa decidiu considerar a sua segurança energética como um assunto de segurança nacional, e usar todas as ferramentas ao seu dispor, de modo a assegurar o fluxo contínuo de energia para o seu país. Desta visão estratégica, resultou a criação de duas esferas principais de atuação.

A primeira esfera, a terrestre, é consubstanciada em acordos diplomáticos e na construção de oleodutos, gasodutos, linhas ferroviárias e linhas rodoviárias. Mas – não bastando o facto de a médio prazo essas construções terem uma contribuição mínima para a enorme demanda energética chinesa – estas infraestruturas acarretam consideráveis desvantagens. Por um lado necessitam da criação de laços diplomáticos bastante estreitos, e por outro apresentam-se muito vulneráveis a ataques – de grupos separatistas, terroristas, etc.

Para além da esfera terrestre existe a esfera marítima, consubstanciada na criação duma modalidade de ação estratégica: o *string of pearls*.

Existem numerosos indícios de que o *string of pearls* representa efetivamente a principal modalidade estratégica da China no que respeita ao Oceano Índico. Estes indícios poderão ser divididos em dois grupos: os indícios diplomáticos e económicos, e os indícios militares.



## 5.1 Indícios diplomáticos e económicos

Pequim tem utilizado todas as ferramentas diplomáticas que tem ao seu dispor, de modo a aproximar-se dos países que servem os seus objetivos geoestratégicos. Esta abordagem é consubstanciada em numerosos tipos de apoio como a atribuição de meios financeiros, a construção de infraestruturas e o envio de especialistas das mais variadas áreas. Tanto mais que muitas destas infraestruturas ostentam uma potencial utilidade para os interesses chineses.

Dois exemplos que espelham a importância substancial que a China dá a estas relações bilaterais é a venda de armas e o veto de sanções a esses países, junto do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A importância destes exemplos é explicada na medida em que, ao desenvolver estas ações, a China vê a sua imagem perante a comunidade internacional ficar lesada – pois estes países são muitas das vezes Estados párias – pondo assim em causa o seu desenvolvimento a sua imagem de interveniente responsável.

Com estes esforços diplomáticos, a China espera estreitar as suas relações com estes países, de modo a assegurar que os acordos *ad hoc* com as *pearls* estejam garantidos, e assim garantir o acesso às infraestruturas necessárias à sua segurança energética.

No entanto, não deve ser descurada a possibilidade destas relações bilaterais serem um preâmbulo a acordos formais com esses países possuidores de *pearls*, no que concerne ao acesso a portos e, quiçá, bases navais. Estes acordos formais podem derivar das necessidades chinesas no combate à pirataria ou simplesmente na evolução da Marinha chinesa para uma força capaz de participar num conflito em grande escala num contexto fora de área.



Não obstante, a China não demonstra uma atitude colonialista ou intervencionista para com os assuntos domésticos desses países.

## 5.2 Indícios militares

Os argumentos militares mais evidentes prendem-se com a adaptação e desenvolvimento dos meios militares chineses ao nível das operações fora de área.

Esta abordagem deriva inicialmente das novas missões históricas proclamadas por Hu Jintao, na medida em que – ao declarar que as Forças Armadas deverão desenvolver outras capacidades para além das destinadas à guerra, e ao correlacionar os interesses económicos chineses com a segurança nacional – atribuiu um carácter global às Forças Armadas chinesas.

Apesar do conceito de operações fora de área significar precisamente a extensão da área em que uma marinha pode operar, o que pode derivar numa expansão chinesa tanto para o Índico como para o Pacífico, é evidente que o Oceano Índico será a primeira prioridade para uma Marinha chinesa expedicionária. Em primeiro lugar, a sua estratégia para o Pacífico – que vai de encontro a um conflito com os EUA – não é de projeção de força, mas sim duma defesa por camadas, recorrendo a táticas e a meios assimétricos, de forma a desgastar o adversário e a causar o menor número de perdas de material e pessoal. Em segundo lugar, as operações fora de área são vocacionadas para o Índico na medida em que, aí é que se encontram os interesses chineses – nomeadamente recursos energéticos. Relativamente a isso, Pequim sente-se no dever de proteger as suas vias de comunicação marítima, diminuindo assim a sua dependência da Marinha americana.



Os primeiros passos do alargamento da área de operações chinesas confirmam isso mesmo. O primeiro passo foi a inclusão da Marinha chinesa nas missões de combate à pirataria. Esta não foi uma escolha imponderada, na medida em que Pequim tem bem ciente que esta participação terá menos probabilidade de causar consternação às potências regionais, uma vez que se tratam de missões de interesse público.

Por outro lado, assiste-se ao desenvolvimento de uma verdadeira diplomacia militar. Esta é consubstanciada na realização de exercícios multinacionais, no envio do seu navio hospital para a prestação de cuidados de saúde na Ásia e em África e na promessa que os seus meios principais meios de projeção de força – porta-aviões e navios anfíbios – serão utilizados em missões de interesse público, como a prestação de assistência humanitária.

Deste modo, e de forma a forma a diminuir as desconfianças, a China está a desenvolver incrementalmente os meios vocacionados para as operações fora de área.

Deste modo, observa-se que existem numerosos e relevantes indícios de que o *string of pearls* representa efetivamente a principal modalidade de ação estratégica da China no que respeita ao Oceano Índico.



### 5.3 Provas da Estratégia

Após encontradas as respostas às três questões derivadas e à questão principal, é necessário validar o *string of pearls* como principal modalidade de ação estratégica da China no que respeita ao Oceano Índico.

Nesse sentido, optou-se por submeter esta modalidade de ação estratégica às três provas da Estratégia: a adequabilidade; a exequibilidade; e a aceitabilidade.

- Adequabilidade

A adequabilidade é o critério que verifica se a modalidade de ação estratégica é compatível com as circunstâncias em que um Estado atua e se desenvolve. A adequabilidade está associada à lógica em que a modalidade se baseia, de que modo cria ou mantém a vantagem estratégica à medida que considera os desafios do ambiente externo, e em que medida contempla as potencialidades internas e é consistente com a cultura nacional e o contexto político (Ribeiro, 2009).

Como visto, o *string of pearls* adequa-se a vários níveis aos desafios que a China enfrenta no início do século XXI, na medida em que esta modalidade estratégica responde a um dos principais desafios externos com que a China se depara atualmente: o acesso aos recursos energéticos. Apesar do povo chinês não ter uma tradição marítima muito acentuada, esta modalidade estratégica é adequada na medida em que o povo chinês está a aperceber-se rapidamente das potencialidades e da importância da maritimidade chinesa. Ao nível do contexto político, o *string of pearls* vai ao encontro das principais prioridades a longo prazo que foram enunciadas pela liderança chinesa.

Verifica-se portanto que a modalidade estratégica do *string of pearls* é adequada, na medida em que serve os interesses chineses a longo prazo e é compatível com a sua atual situação política e geoestratégica.



- Exequibilidade

A exequibilidade dum modalidade de ação “depende da disponibilidade de meios humanos e materiais para empreender e sustentar as acções que permitam alcançar ou preservar os objectivos” (Ribeiro, 2009, p. 193).

Como visto, a liderança chinesa tem-se desdobrado no emprego de meios diplomáticos, financeiros e humanos na prossecução desta modalidade estratégica.

A nível dos meios materiais – nomeadamente meios navais – a China demonstra ainda possuir algumas lacunas ao nível das operações fora de área. No entanto, tem-se observado um notável esforço para modernizar a Marinha chinesa nesse sentido, com resultados bastantes significativos.

Por último, o desenvolvimento económico da China serve como garantia de que iram sempre existir os recursos necessários à manutenção desta modalidade estratégica.

Verifica-se portanto que, a modalidade estratégica do *string of pearls* é exequível na medida em que existe uma significativa alocação de meios de modo a alcançar os objetivos.

- Aceitabilidade

A aceitabilidade dum modalidade de ação está dependente de três premissas fundamentais: a consistência entre os objetivos definidos pela liderança e os resultados da modalidade de ação; a atratividade desses resultados; e os riscos decorrentes da implementação dessa modalidade de ação (Ribeiro, 2009).

Como demonstrado, o *string of pearls* providencia à China dividendos a vários níveis. A importância destes dividendos é indiscutível, na medida em que muitos deles estão integrados no seu conceito de segurança nacional. Por último, esta modalidade de ação não traz, à partida, riscos consideráveis, pois a sua implementação está dependente da cooperação voluntária dos Estados e é em grande medida tolerada pela comunidade internacional.

Verifica-se portanto que, a modalidade estratégica do *string of pearls* é aceitável na medida em produz dividendos significativos e o rácio benefícios/riscos é bastante proveitoso.



Observa-se portanto que o *string of pearls* é uma modalidade de ação estratégica adequada, exequível e aceitável.



## 6. CONCLUSÕES

Este capítulo visa resumir todo o trabalho efetuado, apresentar as conclusões finais e sugerir propostas para futuros estudos.

Este trabalho teve por objetivos: identificar as principais prioridades da política externa chinesa; identificar os principais desafios internacionais que estão a ser colocados à China; analisar a implantação da estratégia do *string of pearls* no Oceano Índico; identificar as principais tendências da modernização naval chinesa; e validar o *string of pearls* como principal modalidade de ação estratégica da China no Oceano Índico.

Tendo por base as conclusões obtidas das questões derivadas, respondeu-se à questão principal – Em que medida o *string of pearls* representa a principal modalidade de ação estratégica da China no que respeita ao Oceano Índico? – concluindo-se que:

- Existem fortes indícios, a vários níveis, que comprovam a hipótese do *string of pearls* como a principal modalidade de ação estratégica da China no Oceano Índico, por forma a responder, principalmente, aos desafios colocados à China no plano da sua segurança energética.
- O *string of pearls* é parte integrante da *grand strategy* chinesa na medida em que é bastante relevante para a prossecução dos três objetivos a longo prazo estabelecidos pela liderança chinesa: o desenvolvimento económico, a maximização do *status* e respeito a nível internacional, e soberania e integridade territorial.
- O *string of pearls* é tanto um produto como um objetivo da modernização naval chinesa, no que concerne à adaptação da Marinha chinesa às operações fora de área.
- O *string of pearls* apresenta-se como uma modalidade de ação estratégica adequada, exequível e aceitável.



Após cumpridos os objetivos propostos e concluído este trabalho, é possível afirmar que este trabalho de investigação individual dá uma contribuição para um tema atual e assaz importante.

Para trabalhos futuros sugerem-se estudos que abordem temas atuais e relacionados com o tema desenvolvido, tais como:

- Reexaminar o *string of pearls* como uma estratégia que visa atingir objetivos não coincidentes com as declarações dadas;
- Segurança no Mar do Sul da China;
- A questão de Taiwan e os reflexos no planeamento naval chinês;
- A modernização naval chinesa e os seus desenvolvimentos no que concerne às missões fora de área.

Esta dissertação de mestrado é o último passo na longa caminhada da formação académica adquirida na Escola Naval. Nesse sentido, é possível dizer que a realização deste trabalho de investigação individual foi proveitosa na medida em que desenvolveu várias capacidades. A título de exemplo, podem citar-se a pesquisa bibliográfica, as técnicas de investigação, a leitura sistemática, a capacidade de argumentação, de escrita, de raciocínio, e a comunicação interpessoal.

Este trabalho em particular revelou-se bastante proveitoso pois obrigou o mestrando a munir-se de alguns conceitos de Estratégia e a aplicá-los a um tema relativamente complexo. Para além disso, deu a conhecer ao autor um importante acervo bibliográfico, de temas bastante atuais e de importância abrangente.

Para além da pertinência e da atualidade, a escolha deste tema por parte do autor deveu-se igualmente à originalidade. De facto, esta foi uma das prioridades que acompanharam toda a realização deste trabalho de investigação, na medida em que o mestrando teve a intenção de dar um contributo válido, ao trabalhar um tema relevante mas pouco divulgado.



ESTA PÁGINA É INTENCIONALMENTE BRANCA



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afridi, J., & Bajoria, J. (6 de Junho de 2010). *China-Pakistan Relations*. Obtido em 23 de Janeiro de 2012, de Council on Foreign Relations: <http://www.cfr.org/china/china-pakistan-relations/p10070>
- Baker, R. (24 de Agosto de 2010). *Dispatch: Chinese Influence Expands in South Pacific*. Obtido em 12 de Julho de 2012, de Stratfor: [http://www.stratfor.com/analysis/20100824\\_dispatch\\_chinese\\_influence\\_expands\\_south\\_pacific](http://www.stratfor.com/analysis/20100824_dispatch_chinese_influence_expands_south_pacific)
- Bennett, D. (Primavera de 2010). China's Offshore Active Defense and the People's Liberation Army Navy. *Global Security Studies*, 1(1), pp. 126-141. Obtido em 12 de Março de 2012, de <http://globalsecuritystudies.com/Bennett%20China%20CORRECT.pdf>
- Bijian, Z. (3 de Novembro de 2003). *A new path for China's Peaceful Rise and the future of Asia*. Obtido em 13 de Janeiro de 2012, de China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004: <http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf>
- Bijian, Z. (Setembro/Outubro de 2005). China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. *Foreign Affairs*, 84, nº5, pp. 18-24. Obtido em 12 de Setembro de 2011, de <http://www.foreignaffairs.com/articles/61015/zheng-bijian/chinas-peaceful-rise-to-great-power-status>
- Cajarabille, V. (2002). *Cadernos Navais nº2 - Papel das Marinhas no âmbito da política externa dos Estados*. Lisboa, Portugal: Comissão Cultural da Marinha - Grupo de Estudo e Reflexão Estratégica.
- Carvalho, V. (1999). *Elementos de cultura histórica, política, estratégia e militar* (1ª ed.). Lisboa, Portugal: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- Central Intelligence Agency. (2012). *The World Factbook - Regional Maps*. Obtido em 25 de Junho de 2012, de Central Intelligence Agency: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>
- Chase, M. S., & Erickson, A. S. (24 de Setembro de 2009). *Changes in Beijing's Approach to Overseas Basing?* Obtido em 12 de Fevereiro de 2012, de The Jamestown Foundation: [http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=35536&tx\\_ttnews%5BbackPid%5D=25&cHash=1e7c04ad8f](http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=35536&tx_ttnews%5BbackPid%5D=25&cHash=1e7c04ad8f)
- Chinese Foreign Ministry. (10 de Outubro de 2006). *Djibouti*. Obtido em 13 de Março de 2012, de China Internet Information Center: <http://www.china.org.cn/english/features/focac/183543.htm>
- Correia, A. (2010). Portugal e os Desafios Marítimos do Século XXI. In A. Feiteira (Ed.), *I Congresso Nacional de Segurança e Defesa* (1ª ed., pp. 197-222). Loures, Portugal: Diário de Bordo.



- Deng Xiaoping. (2010). *Encyclopædia Britannica Ultimate Reference Suit*. Chicago, Estados Unidos da América: Encyclopædia Britannica.
- Department of Defense of the USA. (15 de Julho de 2010). *Department of Defense - Dictionary of Military Terms*. Obtido em 20 de Agosto de 2012, de Defense Technical Information Center:  
[http://www.dtic.mil/doctrine/dod\\_dictionary/?zoom\\_query=CSG&zoom\\_sort=0&zoom\\_per\\_page=10&zoom\\_and=1](http://www.dtic.mil/doctrine/dod_dictionary/?zoom_query=CSG&zoom_sort=0&zoom_per_page=10&zoom_and=1)
- Dingli, S. (28 de Janeiro de 2010). *Don't shun the idea of setting up overseas military bases*. Obtido em 19 de Fevereiro de 2012, de China Internet Information Center:  
[http://www.china.org.cn/opinion/2010-01/28/content\\_19324522.htm](http://www.china.org.cn/opinion/2010-01/28/content_19324522.htm)
- Economist, T. (2 de Dezembro de 2010). *Brushwood and gall*. Obtido em 3 de Março de 2012, de The Economist: <http://www.economist.com/node/17601499>
- Economist, T. (24 de Fevereiro de 2010). Videographic: China's territorial claims. Obtido em 12 de Junho de 2012, de <http://www.youtube.com/watch?v=8JS4VZbCWj8>
- Economist, T. (25 de Maio de 2012). *China in your hand*. Obtido em 12 de Julho de 2012, de The Economist: <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2012/05/daily-chart-16>
- Economist, T. (8 de Fevereiro de 2012). *Indian, Pakistani and Chinese border disputes: Fantasy frontiers*. Obtido em 3 de Março de 2012, de Economist, The:  
[http://www.economist.com/blogs/dailychart/2011/05/indian\\_pakistani\\_and\\_chinese\\_border\\_disputes](http://www.economist.com/blogs/dailychart/2011/05/indian_pakistani_and_chinese_border_disputes)
- Erickson, A. S., & Liff, A. P. (9 de Março de 2011). Understanding China's Defense Budget: What it Means, and Why it Matters. *PACNET*, 16, p. n.d. Obtido em 30 de Junho de 2012, de <http://csis.org/files/publication/pac1116.pdf>
- Fernandes, A. R. (2009). *China versus Taiwan*. Trabalho de investigação individual, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Gill, B., & Huang, C.-H. (2009). *China's Expanding Role in Peacekeeping: Prospects and Policy Implications*. Estocolmo: Stockholm International Peace Research Institute. Obtido em 12 de Dezembro de 2011, de <http://books.sipri.org/files/PP/SIPRI25.pdf>
- Glaser, B. (Abril de 2012). *Armed Clash in the South China Sea*. Obtido em 26 de Julho de 2012, de Council on Foreign relations: <http://www.cfr.org/east-asia/armed-clash-south-china-sea/p27883>
- Hu Jintao. (2010). *Encyclopaedia Britannica Ultimate Reference Suite*. Chicago, Estados Unidos da América: Encyclopædia Britannica.



- Information Office of the State Council of the PRC. (Janeiro de 2009). *China's National Defense in 2008*. Obtido em 18 de Março de 2012, de The Federation of American Scientists: [http://www.fas.org/programs/ssp/nukes/2008DefenseWhitePaper\\_Jan2009.pdf](http://www.fas.org/programs/ssp/nukes/2008DefenseWhitePaper_Jan2009.pdf)
- Information Office of the State Council of the PRC. (Março de 2011). *China's National Defense in 2010*. Obtido em 27 de Dezembro de 2011, de Official web Portal of the Central People's Government of the People's Republic of China: [http://english.gov.cn/official/2011-03/31/content\\_1835499.htm](http://english.gov.cn/official/2011-03/31/content_1835499.htm)
- Jakobson, L., & Knox, D. (2010). *New Foreign Policy Actors in China*. Stockholm International Peace Research Institute. Solna, Suécia: Stockholm International Peace Research Institute. Obtido em 12 de Janeiro de 2012, de <http://books.sipri.org/files/PP/SIPRI26.pdf>
- Jiabao, W. (14 de Março de 2004). *Full Text of Chinese Premier's Press Conference*. (X. N. Agency, Editor) Obtido em 5 de Janeiro de 2012, de Xinhua News Agency: [http://english.people.com.cn/200403/15/eng20040315\\_137493.shtml](http://english.people.com.cn/200403/15/eng20040315_137493.shtml)
- Jintao, H. (16 de Setembro de 2005). *Hu Jintao Delivers an Important Speech at the UN Summit*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2012, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zjyh/t212614.htm>
- Kaplan, R. (Março/Abril de 2009). Center Stage for the Twenty-first Century. *Foreign Affairs*, 88(2), 15-32. Obtido em 23 de Setembro de 2011, de <http://www.foreignaffairs.com/articles/64832/robert-d-kaplan/center-stage-for-the-21st-century>
- Kim, S. (Primavera de 2011). An Anatomy of China's 'String of Pearls' Strategy. *The Hikone Ronso*(387), pp. 22-37. Obtido em 11 de Junho de 2012, de <http://www.biwako.shiga-u.ac.jp/eml/Ronso/387/Kim.pdf>
- Kostecka, D. (Inverno de 2011). Places and Bases: The Chinese Navy's Emerging Support Network in the Indian Ocean. *Naval War College Review*, 64(1), pp. 59-78. Obtido em 1 de Maio de 2012, de <http://www.usnwc.edu/getattachment/0ecf6fde-e49e-485a-b135-c240a22e8a13/Places-and-Bases--The-Chinese-Navy-s-Emerging-Supp>
- Kwok, O. (Julho de 2011). China's foreign Policy: Harmonious world. Is it a Mere Strategem, or an Abiding Policy the World can Trust? Hong Kong. Obtido de Royal College of Defense Studies: <http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/DF8E89C7-013C-4C83-808E-47F1EAD0892>
- Lança, T. (2011). *Um Olhar de Jano: Análise do Processo de Transformação Naval no Início do Século XXI. O Caso da Marinha Portuguesa*. Dissertação de Mestrado, Escola Naval. Alfeite, Portugal: Escola Naval.
- Lanteign, M. (2009). *Chinese Foreign Policy: An Introduction* (1ª ed.). (Routledge, Ed.) Abingdon, Oxfordshire, Reino Unido.



- Liebscher, P. (1998). *Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program* (1ª ed.). Tallahassee, Florida, Estados Unidos da América: Library Trends.
- Lin, C. (2008). *Militarisation of China's Energy Security Policy – Defence Cooperation and WMD Proliferation Along its String of Pearls in the Indian Ocean*. Center for Security Studies (CSS). Zurique, Suíça: Institut für Strategie- Politik- Sicherheits- und Wirtschaftsberatung ISPSW. Obtido em 21 de Abril de 2012, de <http://www.ispsw.de/english/publikationen.htm>
- Lin, C. (Abril de 2011). *The New Silk Road - China's Energy Strategy in the Greater Middle East*. Obtido em 11 de Março de 2012, de The Washington Institute for Near East Policy: <http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/PolicyFocus109.pdf>
- McLean, I., & McMillan, A. (Edits.). (n.d.). *The Concise Oxford Dictionary of Politics*. (Oxford University Press) Obtido em 24 de Dezembro de 2011, de Answers Corporation: <http://www.answers.com/library/Political+Dictionary-cid-80659>
- Medeiros, E. (22 de Junho de 2004). *China Debates Its "Peaceful Rise" Strategy*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2012, de Yale Global Online: <http://yaleglobal.yale.edu/content/china-debates-its-%E2%80%9Cpeaceful-rise%E2%80%9D-strategy>
- Medeiros, E. S. (2009). *China's international behavior : activism, opportunism, and diversification*. Obtido em 22 de Dezembro de 2011, de RAND Corporation: [http://www.rand.org/pubs/monographs/2009/RAND\\_MG850.pdf](http://www.rand.org/pubs/monographs/2009/RAND_MG850.pdf)
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (18 de Agosto de 2003). *China's Independent Foreign Policy of Peace*. Obtido em 12 de Outubro de 2011, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/wjzc/t24881.htm>
- Moreira, C. (2007). *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mulvenon, J. (9 de Janeiro de 2009). Chairman Hu and the PLA's "New Historic Missions". *China Leadership Monitor*(27), pp. 1-11. Obtido em 22 de Junho de 2012, de <http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM27JM.pdf>
- Nicoll, A. (Ed.). (Outubro de 2010). China's Three-Point Naval Strategy. *IISS Strategic Comments*, 16(37). Obtido em 12 de Dezembro de 2011, de <http://www.iiss.org/publications/strategic-comments/past-issues/volume-16-2010/october/chinas-three-point-naval-strategy/>
- Office of the Secretary of Defense of the USA. (2011). *Annual Report to Congress - Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2011*. Relatório, Washington D.C., Estados Unidos da América. Obtido em 19 de Março de 2012, de [http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2011\\_cmpr\\_final.pdf](http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2011_cmpr_final.pdf)



- Office of the Secretary of Defense of the USA. (2012). *Annual Report to Congress - Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Relatório, Washington D.C., Estados Unidos da América. Obtido em 22 de Agosto de 2012, de [http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2012\\_CMPR\\_Final.pdf](http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2012_CMPR_Final.pdf)
- O'Rourke, R. (2012). *China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities— Background and Issues for Congress*. Washington D.C., Estados Unidos da América: Congressional Research Service. Obtido em 13 de Julho de 2012, de <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>
- Paul, D. J. (2011). *China and Japan: Scrambling for Regional Space*. Tóquio, Japão: National Institute for Defense Studies. Obtido em 12 de Março de 2012, de <http://www.nids.go.jp/english/publication/commentary/pdf/commentary023.pdf>
- Pehrson, C. (2006). *String of Pearls: Meeting the Challenge of China's Rising Power Across the Asian Littoral*. Carlisle: Strategic Studies Institute. Obtido em 12 de Novembro de 2011, de <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub721.pdf>
- People's Republic of China. (4 de Dezembro de 1982). *Constitution of the People's Republic of China*. Obtido em 11 de Outubro de 2011, de People's Daily Online: <http://english.people.com.cn/constitution/constitution.html>
- Perlo-Freeman, S. (5 de Março de 2012). *March 5: China increases defence budget for 2012 by 11.2% to 670.3 billion Yuan*. Obtido em 17 de Abril de 2012, de Stockholm International Peace Research Institute: <http://www.sipri.org/media/expert-comments/exp1>
- Prabhakar, W. (2009). China's 'String of Pearls' in Southern Asia-Indian Ocean: Implications for India and Taiwan. In M. Vinod, Y. Ger, & S. Kumar, *Security Challenges in the Asia-Pacific Region: The Taiwan Factor* (pp. 39-60). New Delhi, India: Viva Books International. Obtido em 13 de Março de 2012, de Centre for Security Analysis: <http://www.csa-chennai.org/Files/China's%20String%20of%20Pearls.pdf>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa, Portugal: Gradiva.
- Ribeiro, A. (2009). *Teoria Geral da Estratégia - o essencial ao processo estratégico* (1ª ed.). Coimbra, Portugal: Edições Almedina.
- Ribeiro, H. (2008). *Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico* (1ª ed.). Lisboa, Portugal: Gradiva.
- Scissors, D. (28 de Janeiro de 2010). *10 China Myths for the New Decade*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2012, de The Heritage Foundation: <http://www.heritage.org/research/reports/2010/01/10-china-myths-for-the-new-decade>



- Singh, M., & Kumar, L. (28 de Março de 2012). *China's Defence Budget 2012: An Analysis*. Obtido em 23 de Abril de 2012, de The Institute for Defence Studies and Analyses: [http://www.idsa.in/system/files/IB\\_ChinasDefenceBudget2012\\_MandipLalit.pdf](http://www.idsa.in/system/files/IB_ChinasDefenceBudget2012_MandipLalit.pdf)
- Snowdon, D. (2009). *China's economy: its greatest weapon or weak point?* Obtido em 13 de Dezembro de 2011, de North Atlantic Treaty Organization: [http://www.nato.int/docu/review/2009/Asia/rise\\_china\\_geopolitical/EN/index.htm](http://www.nato.int/docu/review/2009/Asia/rise_china_geopolitical/EN/index.htm)
- State Council of the PRC. (Outubro de 2000). *China's National Defense in 2000*. Obtido em 12 de Dezembro de 2011, de China Internet Information Center: <http://www.china.org.cn/e-white/2000/index.htm>
- Storey, I. (2006). *China's "Malacca Dilemma"*. Obtido em 12 de Julho de 2012, de The Jamestown Foundation: [http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=3943&tx\\_ttnews%5BbackPid%5D=196&no\\_cache=1](http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=3943&tx_ttnews%5BbackPid%5D=196&no_cache=1)
- Suettinger, R. (30 de Outubro de 2004). *The Rise and descent of "Peaceful Rise"*. Obtido de China Leadership Monitor, Nº 12: <http://weblog.leidenuniv.nl/media/blogs/76061/kijkennaardepers/archives/zheng%20bijian.pdf>
- Taiwan Strait. (2010). *Encyclopaedia Britannica Ultimate Reference Suite*. Chicago, Estados Unidos da América: Encyclopædia Britannica.
- Tkacik Jr., J. (2004 de Dezembro de 2004). *China's New "Anti-Secession Law" Escalates Tensions in the Taiwan Strait*. Obtido em 2 de Dezembro de 2011, de The Heritage Foundation: <http://www.heritage.org/research/reports/2004/12/chinas-new-anti-secession-law-escalates-tensions-in-the-taiwan-strait>
- U.S. Energy Information Administration. (4 de Setembro de 2012). *Country Analysis Brief: China*. (U. E. Administration, Editor) Obtido em 5 de Setembro de 2012, de U.S. Energy Information Administration: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CH>
- Walsh, J. (8 de Agosto de 2007). *Myanmar Solves Malacca Dilemma*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2012, de Suit 101: <http://suite101.com/article/myanmar-solves-malacca-dilemma-a28005>
- World Trade Organization. (2010). *Encyclopaedia Britannica Ultimate Reference Suite*. Chicago, Estados Unidos da América: Encyclopædia Britannica.
- Yung, C. D., Rustici, R., Kardon, I., & Wiseman, J. (2010). *China's Out of Area Naval Operations: Case Studies, Trajectories, Obstacles, and Potential Solutions*. National Defense University. Washington D.C., Estados Unidos da América: Institute for National Strategic Studies. Obtido em 22 de Agosto de 2012, de <http://www.ndu.edu/inss/docuploaded/ChinaStrategicPerspectives3.pdf>



Zambelis, C. (2006). *Burgeoning China-Yemen Ties Showcase Beijing's Middle East Strategy*.

Obtido em 9 de Fevereiro de 2012, de The Jamestown Foundation:

[http://www.jamestown.org/single/?no\\_cache=1&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=3952](http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=3952)

Zweig, D., & Jianhai, B. (Setembro/Outubro de 2005). China's Global Hunt for Energy. *Foreign*

*Affairs*, 84(5), pp. 24-38. Obtido em 23 de Dezembro de 2011, de

<http://www.liv.ac.uk/~jan/teaching/References/Zweig%20&%20Bi%202005.pdf>

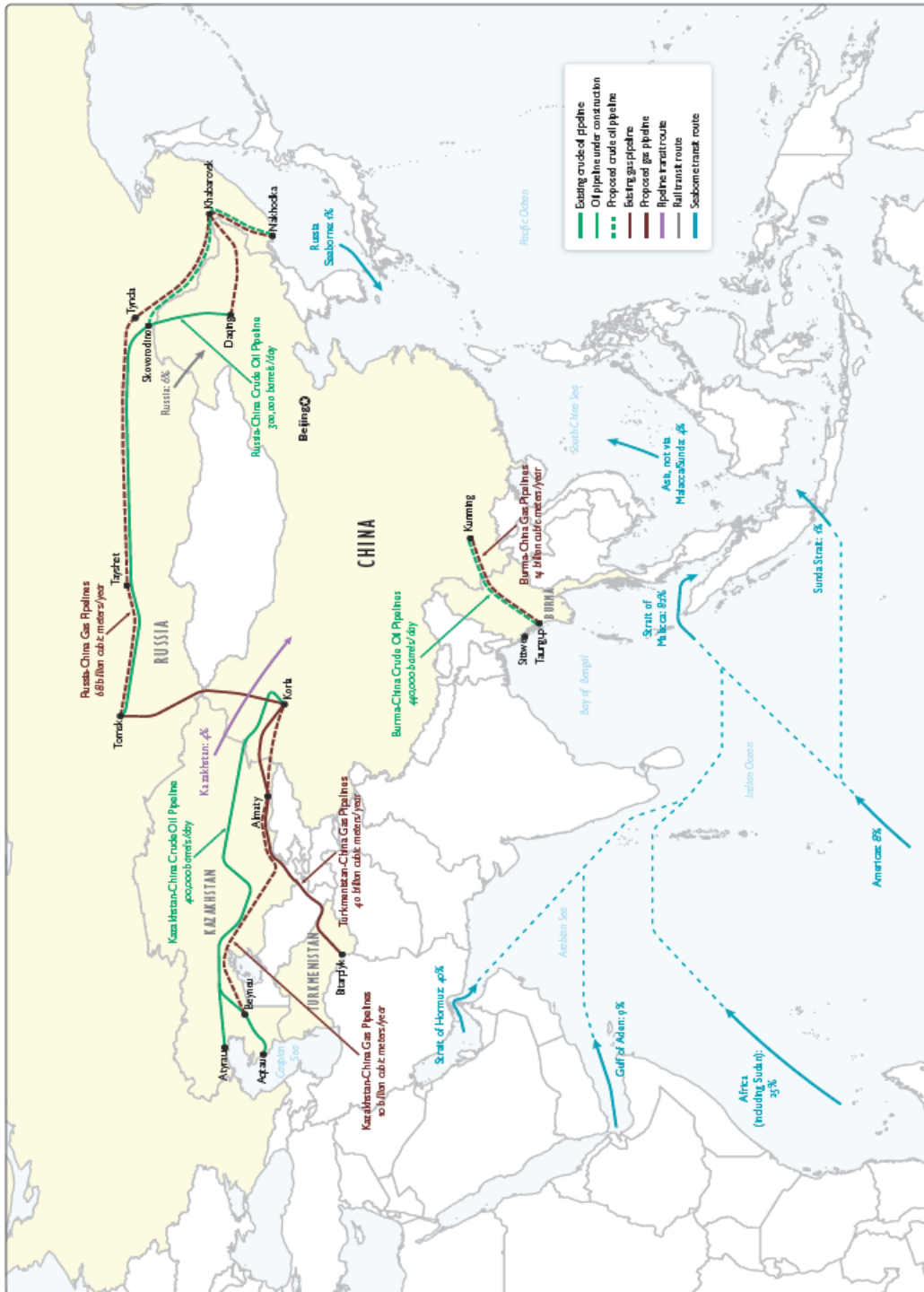


## ANEXOS





Anexo 2 Mapa da Ásia (Central Intelligence Agency, 2012)



Anexo 3 Vias de comunicação marítima e projetos no âmbito da segurança energética (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012)



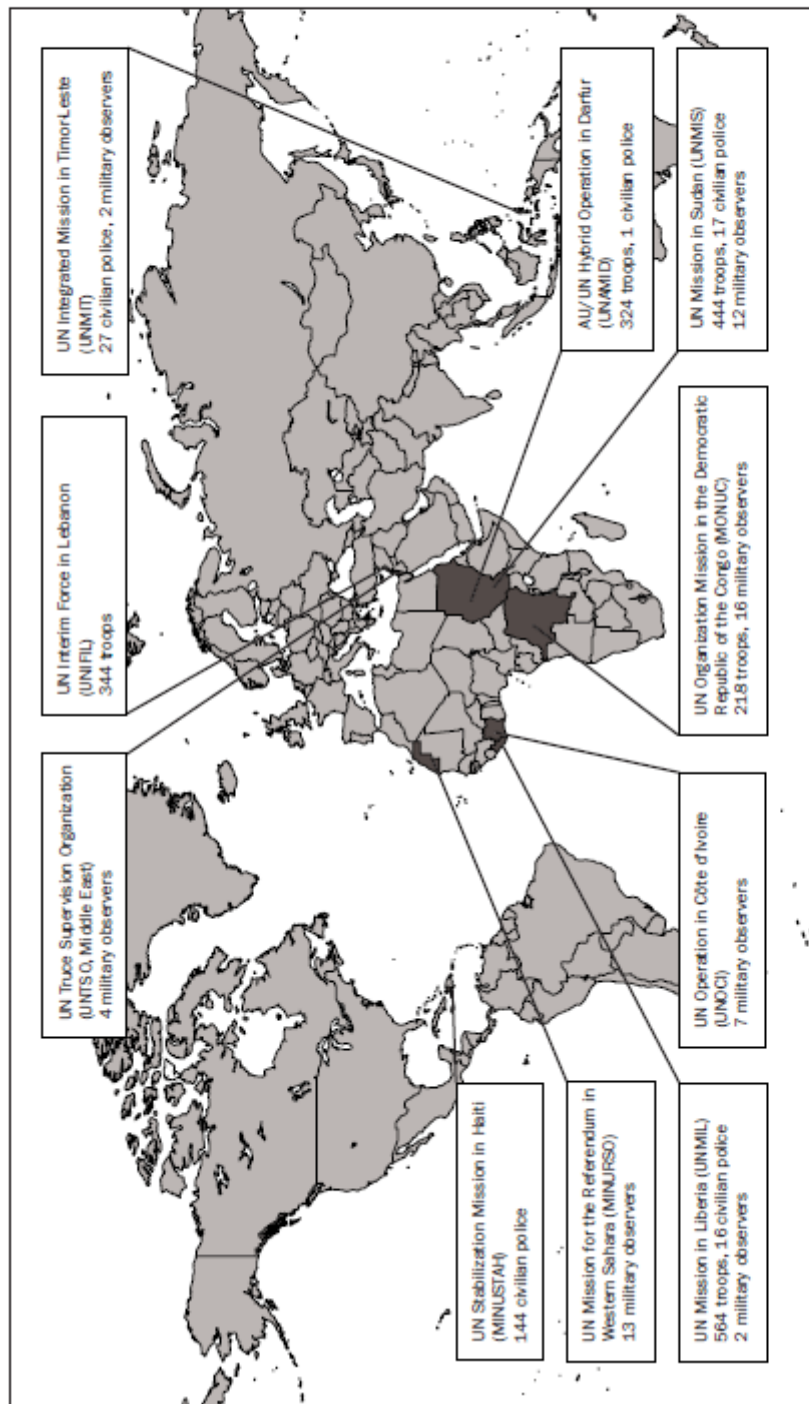
*Chinese participation in bilateral and multilateral military exercises since 2006.*

<b>Year</b>	<b>Exercise Name</b>	<b>Type of Exercise</b>	<b>Participants</b>
<b>2011</b>	Khan Quest	Peacekeeping	Mongolia, Vietnam, U.S., Japan, South Korea
	Brisk Eagle	Counter-terrorism	Belarus
	Sharp Blade	Special Forces	Indonesia
	Unnamed	Counter-piracy	Pakistan
	Unnamed	Counter-terrorism	Tanzania
	Unnamed	UN Military Observer	Hosted by China, United Nations (14 countries participated)
	Peace 11	Counter-terrorism	Pakistan, Italy, France, Indonesia, and Malaysia
	Shaheen-1	Air	Pakistan
	Cooperation Spirit	HA/DR	Australia
	ASEAN Regional Forum	HA/DR	ASEAN
	Youyi-IV	Counter-terrorism	Pakistan
<b>2010</b>	Blue Strike/Blue Assault 2010	Counter-terrorism	Thailand
	Cooperation 2010	Counter-terrorism	Singapore
	Friendship 2010	Counter-terrorism	Pakistan
	Friendship Action 2010	Ground (Mountain Warfare)	Romania
	Peace Angel 2010	Medical	Peru
	Peace Mission 2010	Counter-terrorism	Russia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan
	Strike 2010	Counter-terrorism	Thailand
	Unnamed	Search and Rescue	Australia
	Unnamed	Maritime	New Zealand
	Unnamed	Counter-piracy	South Korea
	Unnamed	Search and Rescue	Taiwan
	Unnamed	Air	Turkey
	Unnamed	Ground	Turkey
	Unnamed	Search and Rescue	Vietnam

**Anexo 4 Participação chinesa em exercícios militares bilaterais e multilaterais, entre 2006 e 2011 (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012)**



<b>2009</b>	Aman (Peace) 2009	Maritime	Hosted by Pakistan (38 countries participated)
	Cooperation 2009	Counter-terrorism	Singapore
	Country-Gate Sharp Sword 2009	Counter-terrorism	Russia
	Peace Angel 2009	Medical	Gabon
	Peacekeeping Mission 2009	Peacekeeping Operations	Mongolia
	Peace Mission 2009	Counter-terrorism	Russia
	Peace Shield 2009	Counter-piracy	Russia
	Unnamed	Maritime	Singapore
<b>2008</b>	Hand-in-Hand 2008	Counter-terrorism	India
	Strike 2008	Counter-terrorism	Thailand
<b>2007</b>	Aman (Peace) 2007	Search and Rescue	Pakistan
	China-France Friendship 2007	Maritime	France
	China-Spain Friendship 2007	Maritime	Spain
	Cooperation 2007	Counter-terrorism	Russia
	Hand-in-Hand 2007	Counter-terrorism	India
	Peace Mission 2007	Counter-terrorism	Russia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan, Uzbekistan
	Strike 2007	Counter-terrorism	Thailand
	Western Pacific Naval Symposium	Search and Rescue	United States, France, Japan, Australia, New Zealand, India, Pakistan, ROK, Singapore
	Unnamed	Maritime	India
	Unnamed	Search and Rescue	Australia, New Zealand
<b>2006</b>	Cooperation 2006	Counter-terrorism	Tajikistan
	Friendship 2006	Counter-terrorism	Pakistan
	Unnamed	Search and Rescue	United States



**Figure A.1.** Type, number and location of Chinese personnel contributions to United Nations peacekeeping operations, August 2009

AU = African Union; UN = United Nations

Note: China does not presently provide combat troops. Personnel listed as troops are chiefly medical personnel and engineers.

Source: UN Department of Peacekeeping Operations, 'UN missions summary detailed by country', 31 Aug. 2009, <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/contributors/>>.

Anexo 5 Contribuições chinesas para as operações de manutenção de paz (Gill & Huang, 2009)



Countries Visited by Senior Chinese Military Leaders, 2006-2011					
2011	2010	2009	2008	2007	2006
Austrália	Angola	Austrália	Bahrain	Argentina	Austrália
Bolívia	Austrália	Bulgária	Belarus	Chile	Belarus
Bulgária	Brazil	Burma	Brazil	Cuba	Burma
Chile	Colômbia	Finland	Brunei	Greece	Cambodia
Colômbia	Congo-Kinshasa	Germany	Chile	Japan	Denmark
Croatia	Egypt	Japan	Germany	Kuwait	France
Cuba	Germany	New Zealand	Hungary	Kyrgyzstan	Hungary
France	Indonesia	North Korea	India	Mongolia	India
Germany	Kazakhstan	Pakistan	Indonesia	Philippines	Laos
Ghana	Kenya	Papua New Guinea	Italy	Russia	Malaysia
Indonesia	Macedonia	Russia	Japan	South Korea	New Zealand
Israel	Mexico	Serbia-Montenegro	Nepal	Thailand	North Korea
Italy	Mongolia	Singapore	Norway	United States	Norway
Japan	Namibia	Slovakia	Oman	Uzbekistan	Pakistan
Kazakhstan	New Zealand	South Korea	Qatar	Vietnam	Romania
Lebanon	North Korea	Thailand	Saudi Arabia		Russia
Nepal	Pakistan	Turkey	Serbia-Montenegro		Singapore
New Zealand	Romania	United States	Singapore		South Korea
Pakistan	Russia	Vietnam	South Korea		Tajikistan
Peru	Serbia		Tajikistan		Thailand
Philippines	Singapore		Thailand		United States
Russia	Tanzania		United Arab Emirates		Vietnam
Serbia	Turkmenistan		Venezuela		
Seychelles	United Kingdom				
Singapore	Vietnam				
Sweden					
Turkey					
Uganda					
Ukraine					
United Kingdom					
United States					
Uruguay					
Uzbekistan					
Vietnam					
Zimbabwe					

**Anexo 6** Relação de países visitados pela liderança chinesa, entre 2006 e 2011 (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012)



**Table 4. Numbers of PLA Navy Ships and Aircraft Provided by Office of Naval Intelligence (ONI)**

(Figures include both older and less capable units and newer and more capable units)

	1990	1995	2000	2005	2009	Projection for 2015	Projection for 2020
<b>Ships</b>							
Ballistic missile submarines	1	1	1	2	3	4 or 5?	4 or 5?
Attack submarines (SSNs and SSs)	80	82	65	58	59	~70	~72
SSNs	5	5	5	6	6	n/a	n/a
SSs	75	77	60	52	53	n/a	n/a
Aircraft carriers	0	0	0	0	0	1?	2?
Destroyers	14	18	21	25	26	~26	~26
Frigates	35	35	37	42	48	~45	~42
<b>Subtotal above ships</b>	<b>130</b>	<b>136</b>	<b>124</b>	<b>127</b>	<b>136</b>	<b>~146 or ~147?</b>	<b>~146 or ~147?</b>
Missile-armed attack craft	200	165	100	75	80+	n/a	n/a
Amphibious ships	65	70	60	56	58	n/a	n/a
Large ships (LPDs/LHDs)	0	0	0	0	1	~6?	~6?
Smaller ships	65	70	60	56	57	n/a	n/a
Mine warfare ships	n/a	n/a	n/a	n/a	40	n/a	n/a
Major auxiliary ships	n/a	n/a	n/a	n/a	50	n/a	n/a
Minor auxiliary ships and support craft	n/a	n/a	n/a	n/a	250+	n/a	n/a
<b>Aircraft</b>							
Land-based maritime strike aircraft	n/a	n/a	n/a	n/a	~145	~255	~258
Carrier-based fighters	0	0	0	0	0	~60	~90
Helicopters	n/a	n/a	n/a	n/a	~34	~153	~157
<b>Subtotal above aircraft</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>~179</b>	<b>~468</b>	<b>~505</b>

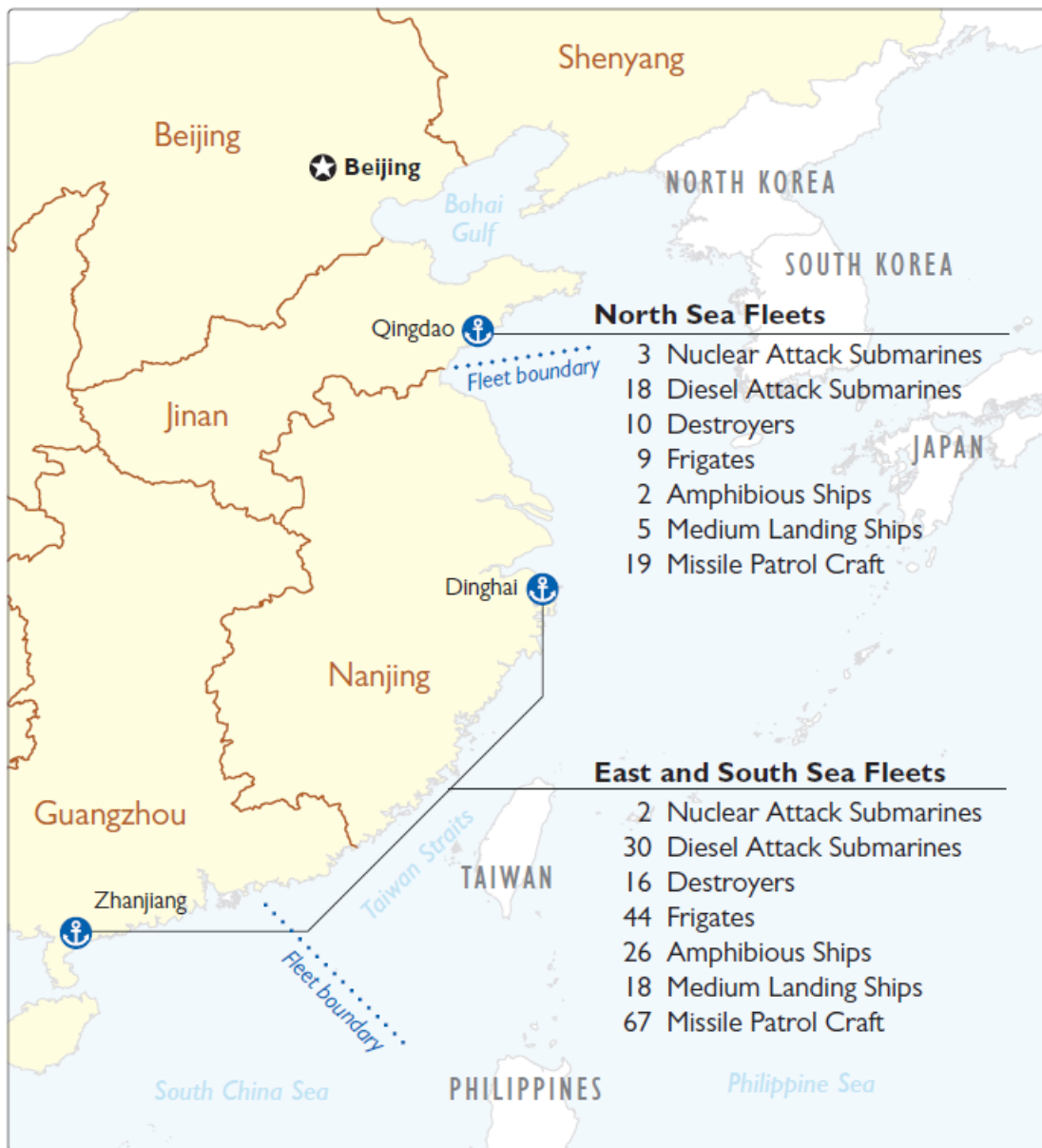
**Source:** Prepared by CRS. Source for 2009, 2015, and 2020: 2009 ONI report, page 18 (text and table), page 21 (text), and (for figures not available on pages 18 or 21), page 45 (CRS estimates based on visual inspection of ONI graph entitled “Estimated PLA[N] Force Levels”). Source for 1990, 1995, 2000, and 2005: Navy data provided to CRS by Navy Office of Legislative Affairs, July 9, 2010.

**Notes:** n/a is not available. The use of question marks for the projected figures for ballistic missile submarines, aircraft carriers, and major amphibious ships (LPDs and LHDs) for 2015 and 2020 reflects the difficulty of resolving these numbers visually from the graph on page 45 of the ONI report. The graph shows more major amphibious ships than ballistic missile submarines, and more ballistic missile submarines than aircraft carriers. Figures in this table for aircraft carriers include the ex-Ukrainian carrier Varyag, which is likely to enter service before any new-construction indigenous carrier. The ONI report states on page 19 that China “will likely have an operational, domestically produced carrier sometime after 2015.” Such a ship, plus the Varyag, would give China a force of 2 operational carriers sometime after 2015.

The graph on page 45 shows a combined total of amphibious ships and landing craft of about 244 in 2009, about 261 projected for 2015, and about 253 projected for 2015.

Since the graph on page 45 of the ONI report is entitled “Estimated PLA[N] Force Levels,” aircraft numbers shown in the table presumably do not include Chinese air force (PLAAF) aircraft that may be capable of attacking ships or conducting other maritime operations.

## Anexo 7 Relação dos meios navais da Marinha chinesa entre 1990 a 2009, e previsões futuras (O'Rourke, 2012)



**Anexo 8 Localização das principais bases navais chinesas e distribuição dos meios navais (Office of the Secretary of Defense of the USA, 2012)**



**Table 1. PLA Navy Submarine Commissionings**  
Actual (1995-2010) and Projected (2011-2016)

	Jin (Type 094) SSBN	Shang (Type 093) SSN	Kilo SS (Russian- made)	Ming (Type 035) SS <sup>b</sup>	Song (Type 039) SS	Yuan (Type 041) SS <sup>a</sup>	Annual total for all types shown	Cumulative total for all types shown	Cumulative total for modern attack boats <sup>c</sup>
1995			2 <sup>d</sup>	1			3	3	2
1996				1			1	4	2
1997				2			2	6	2
1998			1 <sup>d</sup>	2			3	9	3
1999			1 <sup>d</sup>		1		2	11	5
2000				1			1	12	5
2001				1	2		3	15	7
2002				1			1	16	7
2003					2		2	18	9
2004			1		3		4	22	13
2005			4		3		7	29	20
2006		1	3		2 <sup>e</sup>	1	7	36	27
2007	1	1 <sup>f</sup>					2	38	28
2008							0	38	28
2009						2	2	40	30
2010	1					1	2	42	31
2011						2	2	44	33
2012	1					1	2	46	34
2013	1					n/a	n/a	n/a	n/a
2014	1					n/a	n/a	n/a	n/a
2015						n/a	n/a	n/a	n/a
2016	1 <sup>g</sup>					n/a	n/a	n/a	n/a

Source: *Jane's Fighting Ships 2011-2012*, and previous editions.

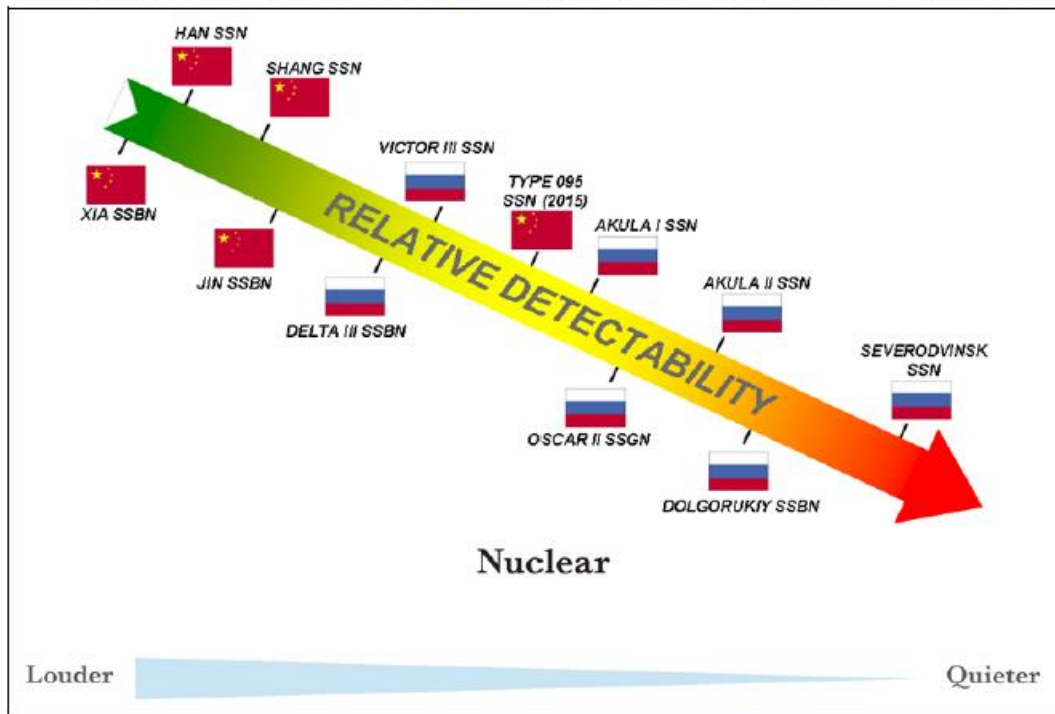
Note: n/a = data not available.

- Some observers believe the Yuan class to be a variant of the Song class and refer to the Yuan class as the Type 039A.
- Figures for Ming-class boats are when the boats were launched (i.e., put into the water for final construction). Actual commissioning dates for these boats may have been later.
- This total excludes the Jin-class SSBNs and the Ming-class SSs.
- Jane's Fighting Ships 2011-2012* lists the commissioning date of the Kilo as December 15, 1994. The first four Kilo-class boats are to be refitted in Russia; upgrades are likely to include installation of SS-N-27 ASCM. *Jane's* reports that the first of the two boats shown in the table as entering service in 1995 was commissioned into service on December 15, 1994, while it was still in Russia, and arrived in China by transporter ship in February 1995.
- No further units expected after the 12<sup>th</sup> and 13<sup>th</sup> shown for 2006.
- Jane's Fighting Ships 2011-2012* states that production of the two Shang-class boats shown in the table may be followed by production of a new SSN design possibly known as the Type 095 class. A graph on page 22 of *2009 ONI Report* (reprinted in this CRS report as **Figure 3**) suggests that ONI expects the first Type 095 to enter service in 2015.
- A total of six Jin-class boats is expected by *Jane's*, with the sixth unit projected to be commissioned in 2016.

## Anexo 9 Relação da aquisição de submarinos por parte da Marinha chinesa, entre 1995 e 2012, e previsões futuras (O'Rourke, 2012)



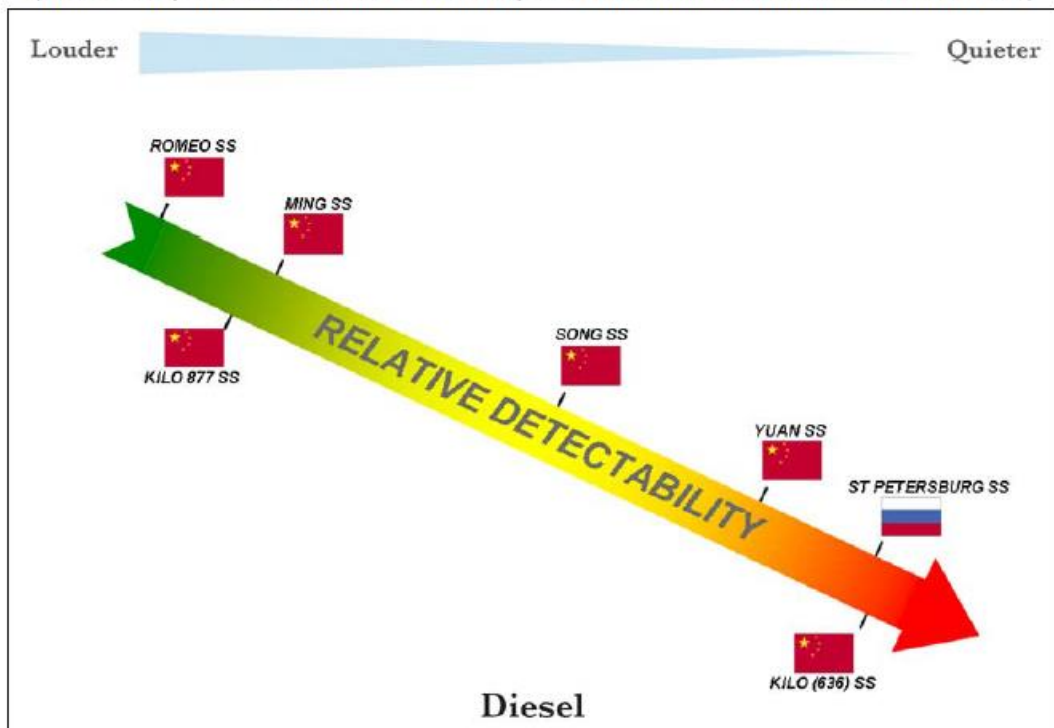
Figure 3. Acoustic Quietness of Chinese and Russian Nuclear-Powered Submarines



Source: 2009 ONI Report, p. 22.

Figure 4. Acoustic Quietness of Chinese and Russian Non-Nuclear-Powered Submarines

(Non-nuclear-powered submarines are commonly referred to as diesel or diesel-electric submarines)



Source: 2009 ONI Report, p. 22.

Anexo 10 Em cima: evolução da descrição dos submarinos nucleares russos e chineses. Em baixo: evolução da descrição dos submarinos não nucleares russos e chineses (O'Rourke, 2012)

NÃO CLASSIFICADO



**Table 2. PLA Navy Destroyer Commissionings**  
Actual (1994-2010) and Projected (2011-2012)

	Sovremenny (Russian-made)	Luhu (Type 052)	Luhai (Type 051B)	Luyang I (Type 052B)	Lyugang II (Type 052C)	Louzhou (Type 051C)	Annual total	Cumulative total
1994		1					1	1
1995							0	1
1996		1					1	2
1997							0	2
1998							0	2
1999	1		1				2	4
2000							0	4
2001	1						1	5
2002							0	5
2003							0	5
2004				2	1		3	8
2005	1				1		2	10
2006	1					1	2	12
2007						1	1	13
2008							0	13
2009							0	13
2010							0	13
2011							0	13
2012							1	14

/Error!  
Reference source  
not found.

Source: *Jane's Fighting Ships 2011-2012*, and previous editions.

### Anexo 11 Relação da aquisição de *destroyers* por parte da Marinha chinesa, entre 1994 e 2012 (O'Rourke, 2012)



**Table 3. PLA Navy Frigate Commissionings**

Actual (1991-2010) and Projected (2011-2013)

	Jiangwei I (Type 053 H2G)	Jiangwei II (Type 053H3)	Jiangkai I (Type 054)	Jiangkai II (Type 054A)	Annual total	Cumulative total
1991	1				1	1
1992	1				1	2
1993	1				1	3
1994	1				1	4
1995					0	4
1996					0	4
1997					0	4
1998		1			1	5
1999		4			4	9
2000		1			1	10
2001					0	10
2002		2			2	12
2003					0	12
2004					0	12
2005		2	1		3	15
2006			1		1	16
2007					0	16
2008				4	4	20
2009					0	20
2010				2	2	22
2011				2	2	25
2012				3	3	28
2013				1	1	29

Source: *Jane's Fighting Ships 2011-2012*, and previous editions.

**Anexo 12 Relação da aquisição de fragatas pela Marinha chinesa, entre 1991 e 2013 (O'Rourke, 2012)**



ESTA PÁGINA É INTENCIONALMENTE BRANCA